

AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ

Edital 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	323031-AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ	FELIPE DOS SANTOS ALMEIDA	11/06/2026 16:11 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		48610230384202417

1. CONCORRÊNCIA] OU PREGÃO ELETRÔNICO Nº/20... (Processo Administrativo nº.....)

PREGÃO ELETRÔNICO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

Torna-se público que a AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, por meio da Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições, com seu escritório central na Avenida Rio Branco, nº 65, do 12º ao 22º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.090-004, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para sustentação do parque tecnológico que atende ao Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP, sob gestão da Superintendência de Dados Técnicos – SDT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país.

3.5.1 - Caso o licitante enquadre-se em alguma das hipóteses do art. 5º, I a III do Decreto nº 7174/10 e esteja com proposta até 10% da menor oferta, deverá manifestar-se no chat do sistema ou pelo email contido no edital (ca@anp.gov.br), após convocação no chat, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, conforme art. 8º do decreto, para exercer este direito, sob pena de preclusão.

3.5.2 – A manifestação mencionada deverá informar o valor da oferta necessária para igualar ou superar a menor oferta. Caso não mencione, será considerado o valor igual ao da menor oferta.

3.5.3 – O pregoeiro registrará a oferta baseada no Decreto nº 7174/10 a partir da funcionalidade de negociação do sistema.

3.5.4 – Como o sistema não tem campo para assinalar o direito de preferência do Decreto 7174/10, não é necessário enviar nenhuma declaração, mas apenas a manifestação mencionada no item 3.8.1.

3.5.4.1 - A comprovação de que faz jus ao direito previsto no mencionado Decreto deverá ser enviada junto com os documentos de habilitação.

3.5.4.2 – A manifestação falsa sobre o enquadramento em alguma das hipóteses do art. 5º, I a III do Decreto nº 7174/10 pode ensejar a aplicação de penalidades previstas no edital.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. sociedades cooperativas, **devido à inaplicabilidade do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;**

3.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5. Considerando que o único item não é de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário do item;*

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no item 1.1 do Termo de Referência;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. Considerando que se trata de serviços com fornecimento de mão de obra, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14. *Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.*

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um) por cento.

7.8.1. É vedada a oferta de lances com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Considerando que será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Considerando que o único item não é de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), considerando que trata-se de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), considerando que trata-se de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.19.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances),

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas brasileiras;

7.21.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.25. A proposta deverá:

7.25.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou pelo seu representante legal;

7.25.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante para fins de pagamento;

7.25.3 Conter a razão social, CNPJ, endereço completo, e-mail e telefone da licitante, além do nome completo do seu Representante Legal.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Considerando que trata-se serviços com fornecimento de mão de obra, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados as orientações contidas na Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023 no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.8. A Portaria indicada no subitem acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios, convenções coletivas ou Portarias adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Como o custo global estimado do objeto licitado foi decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4.. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30 %, SALVO SE HOVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO] [A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico assinado com a chave ICP-Brasil

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal,

nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio do telefone (21)-2112-8503 ou pelo e-mail secretaria_sdt@anp.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12.. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. . A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Antes da convocação para ~~na~~ assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico mediante Pesquisa Pública (SEI) ao processo 48610.230384/2024-17 em <<https://www.gov.br/anp/pt-br/servicos/processo-eletronico-sei>>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.2. impedimento de licitar e contratar e

14.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes e-mails: ca@anp.gov.br com cópia para falmeida@anp.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/aceso-a-informacao/aquisicoes-licitacoes-contratos/licitacoes-administrativas> e mediante Pesquisa Pública (SEI) ao processo 48610.230384/2024-17 em <https://www.gov.br/anp/pt-br/servicos/processo-eletronico-sei>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO A - Minuta de Termo de Contrato;

16.11.2. ANEXO B - Termo de Referência;

16.11.2.1. ANEXO I-A - Qualificação dos Perfis Profissionais;

16.11.2.2. ANEXO I-B - Grupo de Serviços e Indicadores;

16.11.2.3. ANEXO I-C - Catálogo de Serviços;

16.11.2.4. ANEXO I-D - Modelo de Termo de Vistoria;

16.11.2.5. ANEXO I-E - Modelo de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo;

16.11.2.6. ANEXO I-F - Termo de Ciência;

16.11.2.7. ANEXO I-G - Fiscalização Técnica;

16.11.2.8. ANEXO I-H - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2.9. ANEXO I-I - Modelo de Proposta Comercial;

16.11.2.10. ANEXO I-J - Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preço;

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE DOS SANTOS ALMEIDA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 15:15:01.

ROGERIO PIMENTA DA COSTA

Revisor



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 15:29:05.

SORAYA XAVIER FRANCO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 16:11:06.



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
Avenida Rio Branco, 65, 12º a 22º andares - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-004
Telefone: (21) 2112-8100 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.anp.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 48610.230384/2024-17

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM, ENTRE SI, A
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP E A EMPRESA....

A **AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP**, Parquia Federal instituída pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, publicada no D.O.U. em 14/01/05, implantada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, quadra 603, módulos “H” e “I”, Brasília/DF, CEP: 70830-902, e Escritório Central na Avenida Rio Branco, nº 65, do 12º ao 22º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.090-004, inscrita no CNPJ sob o nº 02.313.673/0002-08, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, Sr....., matrícula nº, designado por meio do Decreto de, publicado no Diário Oficial da União em, no uso da competência que lhe foi atribuída no inciso IV, do Art. 9º, do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 48610.230384/2024-17 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90.005/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para sustentação do parque tecnológico que atende ao Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços especializados de operação, suporte e sustentação à infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP, com utilização de arquitetura cloud-native, microserviços, e orquestração via Kubernetes, bem como esteiras DevOps containers para integração e entrega contínua (CI/CD).	Mês	12	R\$	R\$

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos [arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de

declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos ;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio

Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.24. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato, sem necessidade de prestar o serviço de forma presencial, apenas quando solicitado pela Contratante para participar de reuniões.;

9.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser re cusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.34. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is);

9.34.1 Av. Rio Branco, 65, 19º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20001-940, e na Av. Pasteur, 404, Bloco A4, Urca, Rio de Janeiro, RJ, bem como em outros imóveis ocupados pela ANP nesta unidade da federação.

9.35. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição,

9.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e

responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.8.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.10. Os contratos de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo

aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. UG/Gestão: 323031/32205

II. Programa de Trabalho: 25.125.3103.212k.0001

III. Natureza de Despesa: 339040.21

IV. UGR: 323066

V. Fonte: 1050/1052/3050

VI. Nota de Empenho: A ser preenchido

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei

Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro/RJ, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Data e assinaturas eletrônicas

Rio de Janeiro, [data e assinatura eletrônicas]

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO PIMENTA DA COSTA, Coordenador de Licitações**, em 13/05/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE DOS SANTOS ALMEIDA, Pregoeiro**, em 14/05/2026, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5953156** e o código CRC **58694DB0**.

AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ

Termo de Referência 142/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

142/2026

323031-AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ

Editado por

LENILDO CARQUEIJA SILVA

Atualizado em

15/05/2026 16:08 (v 0.3)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC

Número da Contratação

48610.230384/2024-17

Processo Administrativo

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para sustentação do parque tecnológico que atende ao Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sob gestão da Superintendência de Dados Técnicos – SDT (área requisitante ou área de negócios).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (CATEGORIA DE SERVIÇOS)	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI-DADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Sustentação de Infraestrutura de Aplicações	27014	Mês	12	R\$ 120.905,27	R\$ 1.450.863,24
DESCRIÇÃO:		Serviços especializados de operação, suporte e sustentação à infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP, com utilização de arquitetura <i>cloud-native</i> , <i>microserviços</i> , <i>containers</i> e orquestração via Kubernetes, bem como esteiras DevOps para integração e entrega contínua (CI/CD).				
TOTAL (VALOR GLOBAL – 30 MESES):						R\$ 3.627.158.10

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, prestados preferencialmente por empresas fornecedoras de serviço técnico em TIC, conforme item 2.1.5 da Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 4 de outubro de 2024 (norma que altera a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados do início da vigência contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de administração e sustentação do parque tecnológico que suporta o BDEP, o que demanda a prestação de serviços especializados de TIC de natureza não corporativa, de forma a assegurar que a infraestrutura de TIC de negócio — abrangendo sistemas operacionais, redes de comunicação, arquitetura de soluções, virtualização e armazenamento — permaneça devidamente gerenciada, segura e disponível, em conformidade com os requisitos operacionais do ambiente.

2.1.1. Ressalta-se que a SDT não dispõe, em seu quadro próprio, de servidores em quantidade suficiente nem com a formação técnica especializada necessária para a execução contínua e integrada das atividades de operação, suporte e sustentação da infraestrutura de TIC que suporta o BDEP. Trata-se de um ambiente tecnológico que exige conhecimentos técnicos específicos e atualizados, bem como atuação permanente e multidisciplinar, cuja complexidade extrapola a capacidade de atendimento com recursos humanos próprios.

2.1.2. Em razão dessa limitação estrutural, foi realizada, em 5 de outubro de 2020, a contratação de serviços técnicos presenciais para a sustentação do ambiente tecnológico da SDT, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por meio do Contrato nº 9.036/2020, celebrado entre a ANP e a empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda., no âmbito do Processo nº 48610.202260/2020-18, cuja vigência se encerrou em 5 de outubro de 2025, sem possibilidade de prorrogação conforme previsto no regime jurídico no ato da contratação (Lei nº 8.666/1993).

2.1.3. Considerando o término da vigência do referido contrato e a continuidade da necessidade de sustentação do ambiente tecnológico que suporta o BDEP, faz-se necessária a realização de nova contratação, observando-se o atual arcabouço normativo aplicável às contratações de TIC, notadamente a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, e a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

2.1.4. Embora se trate de uma contratação de TIC, a unidade requisitante é a SDT, uma vez que o objeto se enquadra como serviço de TIC de natureza não corporativa, destinado a atender às necessidades específicas de um ambiente tecnológico de negócio. Nos termos do art. 2º, inciso V, da Instrução Normativa ANP nº 17, de 2024, são considerados bens e serviços não corporativos aqueles voltados ao atendimento de uma ou mais unidades organizacionais específicas, não envolvendo, necessariamente, interesses de todas as unidades organizacionais da Agência.

2.1.5. No cenário atual, observa-se uma relação cada vez mais direta e indissociável entre os processos de negócio e a TIC, em decorrência da crescente necessidade de obtenção de informações precisas, confiáveis, disponíveis e oportunas para a tomada de decisão, da automação contínua dos processos de trabalho, visando à celeridade, à economicidade e à redução da intervenção humana, bem como das demandas recorrentes de integração, migração e atualização tecnológica orientadas à simplificação e à modernização da infraestrutura de TIC.

2.1.6. Diante do amplo espectro de conhecimentos técnicos especializados necessários para a atuação no ambiente tecnológico que sustenta os processos de negócio do BDEP, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para a operação, o suporte e a sustentação das diversas tecnologias envolvidas, de modo a garantir a qualidade, a manutenção e a disponibilidade das informações nele contidas.

2.1.7. Assim, a prestação dos serviços objeto da presente contratação é essencial para a administração da infraestrutura de TIC que sustenta a operação do BDEP, contribuindo para que a SDT possa manter o foco em suas atividades finalísticas, assegurar a continuidade dos serviços prestados, reduzir riscos operacionais e promover maior eficiência e efetividade no cumprimento de suas atribuições institucionais.

2.2. RELAÇÃO ENTRE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E QUANTITATIVO A SER CONTRATADO

2.2.1. Conforme orientado pela Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 4 de outubro de 2024 e pela Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 26 de agosto de 2025, para o dimensionamento do quantitativo a ser contratado foram utilizadas informações baseadas nos seguintes itens:

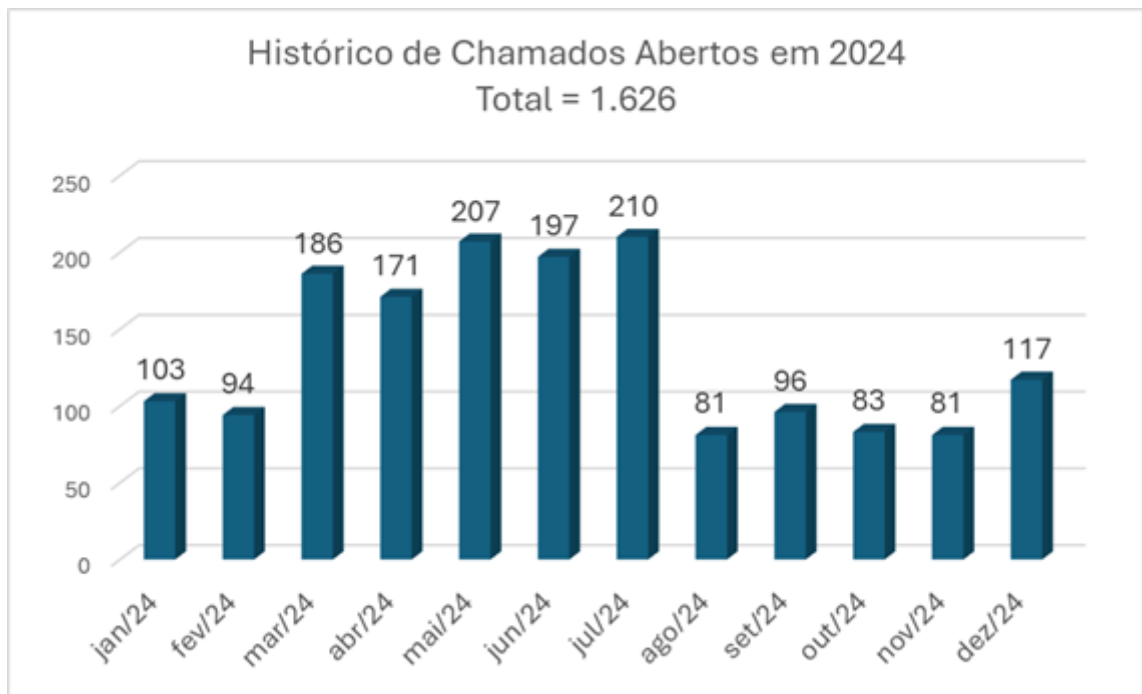
- a) Histórico de chamados (item 2.2.1.1 do TR);
- b) Análises de contratos anteriores, analisado na sequência (item 2.2.1.2 do TR);
- c) Definição do local da prestação de serviços (item 6.2 do TR);
- d) Levantamento do ambiente (item 4.13 do TR - Requisitos de Arquitetura Tecnológica);
- e) Catálogos de Serviços (Anexo I-C do TR);
- f) Atividades (Anexo I-B do TR);
- g) Qualificações necessárias para o atendimento dos níveis de serviços (Anexo I-A do TR).

2.2.1.1. Histórico de chamados para o ano de 2024

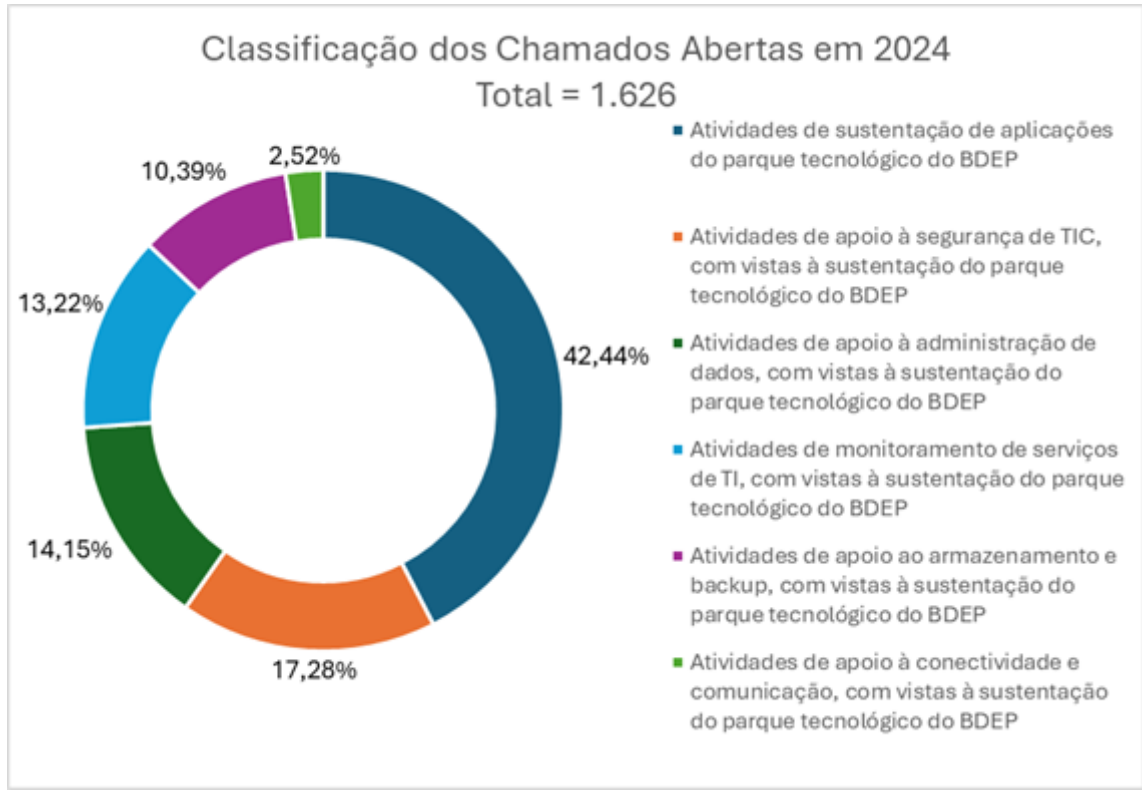
A tabela abaixo apresenta a base histórica e classificação dos chamados abertos via CA Service Desk, solução de gestão de serviços de TIC utilizada atualmente pela ANP, para as atividades relacionadas com a operação, suporte e sustentação do parque tecnológico do BDEP:

Classificação das atividades	Quantidade de chamados abertos em 2024
Atividades de sustentação de aplicações do parque tecnológico do BDEP	690
Atividades de apoio à segurança de TIC, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	281
Atividades de apoio à administração de dados, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	230
Atividades de monitoramento de serviços de TIC, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	215
Atividades de apoio ao armazenamento e <i>backup</i> , com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	169
Atividades de apoio à conectividade e comunicação, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	41
Total:	1.626

O gráfico a seguir apresenta a distribuição do quantitativo de abertura de chamados, registrados mensalmente no CA Service Desk, para as atividades relacionadas com a operação, suporte e sustentação do parque tecnológico que atende ao BDEP, ao longo do ano de 2024.



O próximo gráfico demonstra a proporção entre os tipos de demandas dos chamados abertos, conforme classificação abaixo descrita, relacionadas com a operação, suporte e sustentação do parque tecnológico que atende ao BDEP, para o ano de 2024, com destaque para a atividade principal de sustentação de aplicações



2.2.1.2. Análise dos Contratos Anteriores e do Quantitativo de Servidores da SDT

A SDT/ANP não possui contrato anterior específico e exclusivo para suporte à infraestrutura de TIC dedicada ao BDEP, nos moldes da solução ora proposta. Todavia, para fins de dimensionamento do quantitativo de profissionais necessário à sustentação do ambiente tecnológico da SDT, foram consideradas as informações e experiências decorrentes da execução do Contrato nº 9.036/2020, vigente de 2020 a 2025, que contemplou a prestação de serviços técnicos de sustentação do ambiente tecnológico da Superintendência.

Para chegar ao dimensionamento desta parte específica, seguiu-se a orientação estabelecida na Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, Anexo I, item 10.7.2 (Levantamento do Quantitativo de Profissionais de Referência), tendo sido realizado o levantamento do quantitativo de profissionais que atualmente atuam nos serviços de sustentação do ambiente tecnológico da SDT, no âmbito do referido contrato.

--	--	--

Objeto da contratação vigente de 2020 a 2025	Atividades executadas	Quantidade de Profissionais Contratados
Serviços Técnicos de Sustentação do Ambiente da SDT	Sustentação de aplicações do parque tecnológico do BDEP	5
	Apoio à segurança de TIC, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	
	Apoio à administração de dados e ao armazenamento e <i>backup</i> , com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	
	Monitoramento de serviços de TIC e apoio à conectividade e comunicação, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	

2.2.2. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DEFINIÇÃO DO QUANTITATIVO

2.2.2.1. Antes de se chegar à conclusão acerca do quantitativo de profissionais necessários para suprir a demanda desta contratação, a equipe de planejamento realizou uma série de reuniões com as partes envolvidas, em especial com a Gestão da SDT e com os Coordenadores Técnicos da Superintendência: Coordenação Geral de Dados Geofísicos e Estudos (CDGE); Coordenação Geral de Dados de Poço e Geologia (CDPG); Coordenação Geral de Geoprocessamento (CGEO); e Coordenação Geral de Recebimento, Armazenamento e Disponibilização de Dados Técnicos (CRDD).

2.2.2.2. Também foram realizadas reuniões com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), especificamente com o Coordenador de Aquisição e com o Supervisor de Compras de TIC, com o objetivo de melhor analisar e dimensionar os fatores que impactam diretamente a execução da demanda, com foco nas especificidades do parque tecnológico que atende ao BDEP, sob gestão da SDT, o qual demanda a prestação de serviços especializados de TIC não corporativos, voltados à infraestrutura de TIC de negócio.

2.2.2.3. No decorrer dessas reuniões, observou-se que as demandas relacionadas à sustentação, ao suporte e à operação do parque tecnológico do BDEP estão predominantemente inseridas na categoria de Sustentação de Infraestrutura de Aplicações. Contudo, considerando a adoção de práticas orientadas a DevOps, os serviços compreendidos nessa categoria extrapolam seu escopo nominal, abrangendo, por exemplo, serviços relacionados à infraestrutura de monitoramento, conectividade e comunicação, bem como à administração de dados, armazenamento, cópias de segurança e segurança da informação, que permeiam de forma transversal todo o ambiente tecnológico.

2.2.2.4. Adicionalmente, foram considerados os critérios descritos no subitem 7.1 do Estudo Técnico Preliminar para o dimensionamento de cada um dos perfis profissionais mínimos definidos.

2.2.2.5. Considerando que não houve contratação anterior específica e exclusiva para o suporte à operação da infraestrutura de TIC dedicada ao BDEP, foram utilizados como principais insumos para o dimensionamento: a forma como o serviço é atualmente executado, o quantitativo de chamados registrados e o quantitativo de profissionais alocados para atendimento das demandas, com base na experiência acumulada no ambiente da SDT.

2.2.2.6. A partir da análise consolidada desses fatores e dos requisitos estabelecidos no subitem 7.1, concluiu-se que, para atender de forma adequada às necessidades de operação da TIC do BDEP, no que se refere à sustentação de sua infraestrutura e aplicações, faz-se necessária, no mínimo, a alocação de 6 (seis) profissionais de TIC, distribuídos em pelo menos três perfis distintos, conforme segue: 1 (um) Administrador de Sistemas Operacionais, de nível pleno; 3 (três) Analistas de Sistemas de Automação, sendo um de nível júnior, um de nível pleno e um de nível sênior; e 2 (dois) Especialistas em Cloud, sendo um de nível pleno e um de nível sênior, conforme sumarizado no quadro a seguir.

CATEGORIA DE SERVIÇO	PERFIS PROFISSIONAIS	NÍVEL	QUANTIDADES
	Administrador de Sistemas Operacionais	Pleno	1
		Júnior	1

Sustentação de infraestrutura de aplicações	Analista de Sistemas de Automação	Pleno	1
		Sênior	1
	Especialista em Cloud	Pleno	1
		Sênior	1

2.2.2.7. Os perfis profissionais acima listados auxiliarão também na manutenção e sustentação do ambiente tecnológico relacionado à utilização dos dados técnicos por outras unidades organizacionais da ANP, garantindo o uso seguro e eficiente dos recursos de infraestrutura de TIC que atende ao BDEP.

2.3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2.3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 02313673000127-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 228;
- IV) Classe/Grupo: 168 - SERVIÇOS AUXILIARES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC);
- V) Identificador da Futura Contratação: 323031-120/2026.

2.3.2. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2026 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2026-2028 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
1	Promover o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, incentivando a redução de emissões de carbono e visando ampliar a produção de forma sustentável.
2	Promover, por meio do aprimoramento contínuo da qualidade regulatória, um ambiente regulatório seguro, transparente e eficiente, que estimule a competitividade, o investimento em infraestrutura e o fortalecimento do ambiente de negócios.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2026-2028			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
P.2026.126	Serviços Técnicos de Sustentação do Ambiente da SDT	---	---

2.4. Em razão do exposto, conclui-se que a contratação de serviços técnicos para sustentação da infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP, com pagamento fixo mensal, vinculado ao atendimento dos níveis mínimos de serviços e sem dedicação exclusiva de mão de obra, se mostra técnica e economicamente viável, além de propiciar a continuidade do processo de amadurecimento do gerenciamento da infraestrutura de TIC do BDEP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na contratação de serviços técnicos de operação, suporte e sustentação da infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP-ANP, por meio do modelo de pagamento fixo mensal, vinculado ao atendimento de níveis mínimos de serviços previamente estabelecidos, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo.

Categoria de serviços: Sustentação de Infraestrutura de Aplicações

3.3. A categoria de serviços Sustentação de Infraestrutura de Aplicações a ser contratada, consiste no agrupamento de atividades com características similares que devem ser executadas por perfis profissionais especializados, considerados necessários à operação de TIC do BDEP-ANP.

3.3.1. Os serviços compreendem as atividades relacionadas aos dezenove Grupos de Serviços descritos no Anexo I-B deste Termo de Referência e ao Catálogo de Serviços constante do Anexo I-C deste Termo de Referência, as quais envolvem a execução de serviços relacionados à operação, suporte e sustentação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP-ANP, com utilização de arquitetura *cloud-native*, microsserviços, contêineres e orquestração via Kubernetes, bem como esteiras DevOps para integração e entrega contínua (CI/CD).

Perfis Profissionais

3.4. Para que os serviços sejam prestados de forma satisfatórias, deverão ser observados as quantidades e níveis de perfis profissionais mínimos, indicados na tabela abaixo.

CATEGORIA DE SERVIÇO	PERFIS PROFISSIONAIS	NÍVEL	QTDE	GRUPOS DE SERVIÇOS
Sustentação de Infraestrutura de Aplicações	Administrador de Sistemas Operacionais CBO: 2123-15	Pleno	1	1. Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores; 2. Segurança, Fortalecimento (<i>Hardening</i>) e Conformidade; 3. Automação de Tarefas Operacionais; 4. Monitoramento e Análise de Performance; 5. Resolução de Problemas e Suporte Técnico;
	Analista de Sistemas de Automação CBO: 2124-15	Júnior	1	6. Execução e Manutenção da Esteira CI/CD;
		Pleno	1	7. Automação de Infraestrutura e IaC; 8. Automação para Manipulação de Dados Técnicos;
		Sênior	1	9. Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum; 10. Operação de Ambientes de Contêineres;
	Especialista em Cloud CBO: 2122-15	Pleno	1	11. Desenvolvimento de <i>Scripts</i> e Ferramentas Internas; 12. Colaboração e Documentação;
		Sênior	1	13. Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização; 14. Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes; 15. Containerização e Orquestração; 16. Sustentação da Esteira de CI/CD e Práticas DevOps; 17. Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos; 18. Monitoramento, Observabilidade e Segurança; 19. Apoio Técnico e Melhoria Contínua

3.4.1. Os perfis profissionais, levaram em consideração os conhecimentos e habilidades necessários à execução dos serviços e o disposto na Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, alterada pela Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 4 de agosto de 2025 e na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

3.4.2. Cada Perfil profissional está associado a um ou mais CBO (Códigos Brasileiro de Ocupação), com vistas a estabelecer uma referência mais acurada às bases salariais de governo.

3.4.3. O dimensionamento da quantidade de profissionais por perfil, está baseado no histórico da estrutura utilizada para execução das atividades no âmbito do contrato antecessor, e considera o volume de atendimento, a diversidade tecnológica, a quantidade de serviços e soluções de infraestrutura de TIC da SDT a serem suportados, conforme detalhamento constante do item 2.2, que trata da relação entre necessidade da contratação e quantitativo a ser contratado.

3.5. Atribuições dos Perfis Profissionais:

3.5.1. Atribuições do Administrador de Sistemas Operacionais – Nível Pleno: O Administrador de Sistemas Operacionais – Nível Pleno é adequado para exercer atividades de maior complexidade, com autonomia operacional e capacidade de análise crítica, atuando de forma integrada com equipes multidisciplinares. Descreve-se abaixo, suas principais atribuições, em conformidade com o Catálogo de Serviços – Anexo I-C:

- 3.5.1.1. Administrar servidores Linux e Windows, garantindo disponibilidade, estabilidade e desempenho.
- 3.5.1.2. Implementar e configurar serviços de rede e autenticação, conforme padrões definidos.
- 3.5.1.3. Realizar manutenção preventiva e corretiva em sistemas operacionais, atuando na detecção e resolução de incidentes de médio porte.
- 3.5.1.4. Planejar e aplicar atualizações e *patches* de sistemas operacionais, validando previamente em ambientes de teste.
- 3.5.1.5. Implementar políticas de *hardening* e segurança em sistemas operacionais, com base em *benchmarks* reconhecidos.
- 3.5.1.6. Executar *tuning* de performance em servidores e serviços, analisando gargalos e aplicando ajustes.
- 3.5.1.7. Automatizar rotinas administrativas por meio de *scripts* (Shell, Python, PowerShell), assegurando padronização e eficiência.
- 3.5.1.8. Configurar e manter ferramentas de monitoramento para coleta de métricas, *logs* e alertas de sistemas.
- 3.5.1.9. Analisar registros de eventos e métricas para diagnosticar falhas e propor soluções.
- 3.5.1.10. Administrar serviços críticos de infraestrutura, como servidores de aplicação, banco de dados, *proxy* e serviços de rede.
- 3.5.1.11. Sustentar ambientes de virtualização de servidores, otimizando alocação de recursos.
- 3.5.1.12. Colaborar na administração de ambientes de nuvem híbrida, realizando integrações com sistemas *on-premises*.
- 3.5.1.13. Executar rotinas de *backup* e *restore* de sistemas operacionais, garantindo integridade e disponibilidade dos dados.
- 3.5.1.14. Apoiar a implementação de soluções de alta disponibilidade e recuperação de desastres em sistemas operacionais.
- 3.5.1.15. Administrar políticas de controle de acesso e permissões em servidores, assegurando conformidade com normas de segurança.
- 3.5.1.16. Participar de testes de vulnerabilidade e aplicar correções em sistemas operacionais.
- 3.5.1.17. Configurar e otimizar servidores *web*, *proxies* reversos e balanceadores de carga em ambientes de produção.
- 3.5.1.18. Sustentar serviços de containers em servidores, integrando-os com ferramentas de orquestração.
- 3.5.1.19. Monitorar a saúde de serviços críticos e responder a incidentes em tempo hábil.
- 3.5.1.20. Documentar procedimentos técnicos, configurações aplicadas e planos de contingência.
- 3.5.1.21. Interagir com equipes de desenvolvimento, automação, segurança e redes para garantir a integração eficiente dos sistemas.
- 3.5.1.22. Conduzir análises de causa raiz em incidentes recorrentes e propor planos de ação corretiva.
- 3.5.1.23. Contribuir em projetos de melhoria contínua, propondo evoluções na arquitetura de servidores.
- 3.5.1.24. Apoiar auditorias técnicas e fornecer evidências de conformidade relacionadas a sistemas operacionais.
- 3.5.1.25. Administrar a infraestrutura de *hardware* e *software* dos ambientes virtualizados utilizados por equipes técnicas, aplicando automações para monitoramento e controle de qualidade dos serviços.

3.5.2. Atribuições do Analista de Sistemas de Automação – Nível Júnior: O Analista de Sistemas de Automação – Nível Júnior é responsável por atividades de menor complexidade, sob supervisão e com foco em execução de tarefas padronizadas, atuando de forma integrada com equipes multidisciplinares. Não possui autonomia para tomada de decisão operacional. Descreve-se abaixo, suas principais atribuições, em conformidade com o Catálogo de Serviços – Anexo I-C:

3.5.2.1. Executar, sob orientação, o provisionamento e a configuração básica de recursos de infraestrutura (servidores, redes, armazenamento), garantindo a aderência aos padrões definidos.

3.5.2.2. Realizar manutenções preventivas, aplicar atualizações de sistemas e pacotes de segurança conforme cronogramas, e reportar incidentes de maior complexidade.

3.5.2.3. Conduzir testes de atualizações e novas configurações em ambientes de desenvolvimento e homologação, seguindo roteiros pré-definidos para validar a funcionalidade.

3.5.2.4. Executar e monitorar as etapas das esteiras de integração e entrega contínua (CI/CD), identificando e reportando falhas à equipe sênior.

3.5.2.5. Realizar o *deploy* de aplicações em contêineres com scripts prontos, monitorar a saúde dos recursos e auxiliar na resolução de problemas básicos sob supervisão.

3.5.2.6. Desenvolver e manter *scripts* de automação de baixa complexidade para tarefas operacionais, seguindo os padrões de codificação estabelecidos.

3.5.2.7. Auxiliar na execução de rotinas automatizadas para o controle de qualidade de dados técnicos e geoespaciais, utilizando ferramentas e *scripts* pré-definidos.

3.5.2.8. Operar ferramentas de monitoramento, acompanhar *dashboards*, realizar a análise inicial de *logs* e métricas, e escalar anomalias detectadas.

3.5.2.9. Apoiar a implementação e os testes de soluções de alta disponibilidade e recuperação de desastres, executando procedimentos e rotinas sob orientação.

3.5.2.10. Auxiliar na implementação de controles básicos de segurança, participar de testes de vulnerabilidade e reportar incidentes conforme os protocolos definidos.

3.5.2.11. Contribuir com a otimização de processos, sugerindo pequenas melhorias em *scripts* e rotinas previamente estabelecidas.

3.5.2.12. Criar e manter a documentação de todos os procedimentos executados, configurações aplicadas e soluções para incidentes de rotina.

3.5.2.13. Interagir com equipes internas para atividades de suporte, participar de reuniões de alinhamento e comunicar de forma clara o andamento das tarefas.

3.5.2.14. Apoiar a administração de rotina da infraestrutura de *hardware* e *software* em ambientes virtuais, executando tarefas de manutenção e configuração sob orientação.

3.5.2.15. Atender a incidentes e requisições de serviço de baixa complexidade, registrando as interações em sistema e escalando quando necessário.

3.5.3. Atribuições do Analista de Sistemas de Automação – Nível Pleno: O Analista de Sistemas de Automação – Nível Pleno é responsável por atividades de maior complexidade, com autonomia operacional e capacidade de análise crítica, atuando de forma integrada com equipes multidisciplinares. Descreve-se abaixo, suas principais atribuições, em conformidade com o Catálogo de Serviços – Anexo I-C:

3.5.3.1. Implementar, configurar e otimizar (*tuning*) recursos de infraestrutura como servidores, redes e armazenamento, atuando com autonomia e aplicando as melhores práticas de mercado;

3.5.3.2. Administrar a infraestrutura de hardware e software em ambientes virtuais, garantindo a alta disponibilidade, o desempenho e a segurança dos serviços;

3.5.3.3. Realizar a manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura, diagnosticando de forma independente e resolvendo falhas e incidentes de média complexidade;

3.5.3.4. Planejar e executar a aplicação de atualizações críticas, conduzindo testes de compatibilidade, estabilidade e desempenho para validar as mudanças antes da implantação em produção;

- 3.5.3.5. Conduzir a operação das esteiras de CI/CD, corrigindo falhas recorrentes e propondo melhorias contínuas para aumentar a eficiência e a confiabilidade dos processos de *deploy*;
- 3.5.3.6. Realizar o *deploy*, o escalonamento e a resolução de problemas em aplicações containerizadas e em seus orquestradores, atuando com autonomia para garantir a performance;
- 3.5.3.7. Desenvolver e manter *scripts* estruturados (Shell, Python, etc.), aplicando boas práticas de codificação para criar automações consistentes e otimizadas;
- 3.5.3.8. Desenvolver e aplicar automações para o controle de qualidade de dados técnicos e geoespaciais, propondo melhorias contínuas para otimizar os processos de validação;
- 3.5.3.9. Configurar ferramentas de monitoramento e, a partir da análise de *dashboards*, *logs* e métricas, investigar e identificar a causa raiz de anomalias e incidentes;
- 3.5.3.10. Colaborar ativamente na implementação e nos testes de soluções de alta disponibilidade e recuperação de desastres;
- 3.5.3.11. Implementar controles de segurança na infraestrutura, apoiar análises de vulnerabilidades e fornecer análise preliminar em reportes de incidentes;
- 3.5.3.12. Contribuir tecnicamente em projetos de evolução da infraestrutura e otimização de serviços, atuando de forma proativa;
- 3.5.3.13. Produzir e manter documentações técnicas detalhadas sobre a arquitetura, configurações e procedimentos operacionais das soluções implementadas;
- 3.5.3.14. Atuar em colaboração efetiva com as equipes de desenvolvimento, dados e outras áreas, provendo o suporte necessário e garantindo o alinhamento técnico;
- 3.5.3.15. Executar o processo de gestão de mudanças, garantindo que todas as alterações na infraestrutura sejam planejadas, testadas, documentadas e comunicadas.

3.5.4. Atribuições do Analista de Sistemas de Automação – Nível Sênior: O Analista de Sistemas de Automação – Nível Sênior é responsável por atividades de elevada complexidade e criticidade, com papel de liderança técnica e tomada de decisão em situações críticas, atuando de forma integrada com equipes multidisciplinares. Descreve-se abaixo, suas principais atribuições, em conformidade com Catálogo de Serviços – Anexo I-C:

- 3.5.4.1. Estabelecer e governar os padrões, diretrizes e a arquitetura de referência para a implementação e a evolução da infraestrutura.
- 3.5.4.2. Liderar a resposta a incidentes críticos, conduzindo a análise de causa raiz e projetando soluções estruturais para prevenir a recorrência.
- 3.5.4.3. Executar o provisionamento de componentes de infraestrutura que exijam modificações ou ajustes na arquitetura base, garantindo a integração e a performance.
- 3.5.4.4. Definir e aprovar a estratégia de gestão de mudanças, incluindo as políticas de atualização e os cronogramas de maior impacto para o negócio.
- 3.5.4.5. Estabelecer as metodologias, ferramentas e critérios de aceite para os processos de teste e homologação de infraestrutura.
- 3.5.4.6. Liderar a arquitetura e a implementação de soluções de alta disponibilidade e recuperação de desastres, garantindo a resiliência dos serviços críticos.
- 3.5.4.7. Projetar, implementar e evoluir *pipelines* de CI/CD de alta complexidade, otimizados para performance, segurança e escalabilidade.
- 3.5.4.8. Atuar como ponto focal na análise e resolução de falhas críticas e intermitentes nas esteiras de automação.
- 3.5.4.9. Arquitetar e desenvolver *frameworks* de automação reutilizáveis para acelerar o provisionamento e a gestão da infraestrutura em larga escala.
- 3.5.4.10. Conduzir iniciativas estratégicas para a melhoria contínua dos processos de DevOps, mensurando resultados e demonstrando o valor agregado.
- 3.5.4.11. Definir as estratégias de *deployment* para aplicações em contêineres, considerando a complexidade e a criticidade dos ambientes.

- 3.5.4.12. Orquestrar a implementação de monitoramento avançado e distribuído para *clusters* e contêineres, garantindo visibilidade completa.
- 3.5.4.13. Atuar como a principal referência técnica (SME) na resolução de incidentes críticos e complexos na plataforma de orquestração.
- 3.5.4.14. Definir e validar a arquitetura de ferramentas de observabilidade garantindo sua integração e escalabilidade.
- 3.5.4.15. Conduzir análises profundas de dados de monitoramento para identificar tendências, prever gargalos e diagnosticar problemas de performance de forma proativa.
- 3.5.4.16. Orquestrar e liderar as investigações técnicas para determinar a causa raiz de incidentes complexos que afetam múltiplos serviços.
- 3.5.4.17. Definir e implementar controles de segurança avançados na infraestrutura e atuar como principal interlocutor técnico em processos de auditoria e conformidade.
- 3.5.4.18. Liderar e executar atividades de análise de vulnerabilidades e outros exercícios de segurança proativa para identificar e mitigar riscos.
- 3.5.4.19. Coordenar a resposta técnica a incidentes de segurança críticos, desde a contenção até a erradicação da ameaça e a recuperação do ambiente.
- 3.5.4.20. Projetar e desenvolver soluções de automação que envolvam integrações complexas entre múltiplos sistemas e APIs.
- 3.5.4.21. Estabelecer e garantir a aplicação dos padrões de codificação, revisões de código e versionamento para todos os artefatos de automação.
- 3.5.4.22. Fomentar e liderar a integração técnica e cultural entre as equipes de desenvolvimento, operações e segurança, quebrando silos e otimizando o fluxo de trabalho.
- 3.5.4.23. Revisar e validar a documentação de arquitetura e os relatórios técnicos executivos, garantindo a precisão e a clareza da informação para diferentes públicos.
- 3.5.4.24. Atuar como mentor e referência para os demais membros da equipe, promovendo o desenvolvimento de suas competências técnicas e disseminando conhecimento.
- 3.5.4.25. Definir os padrões e a estratégia de evolução para os ambientes virtualizados e de alto desempenho que suportam as cargas de trabalho de dados técnicos e geoespaciais.
- 3.5.4.26. Liderar a arquitetura e o desenvolvimento de frameworks de automação para o controle de qualidade de dados, garantindo a conformidade com os requisitos regulatórios e institucionais.

3.5.5. Atribuições do Especialista em Cloud – Nível Pleno: O Especialista em Cloud – Nível Pleno é responsável por atividades de maior complexidade, que exigem autonomia operacional e capacidade de análise crítica, atuando de forma integrada com equipes multidisciplinares. Descreve-se abaixo, suas principais atribuições, em conformidade com Catálogo de Serviços – Anexo I-C:

- 3.5.5.1. Projetar e desenvolver soluções e aplicações de médio porte para automação da análise de dados técnicos, utilizando *scripts*, bibliotecas e ferramentas nativas da nuvem.
- 3.5.5.2. Automatizar os fluxos de ingestão, processamento, transformação e entrega de dados, garantindo a integração segura e escalável com a infraestrutura de nuvem.
- 3.5.5.3. Adotar e aplicar boas práticas de engenharia de *software*, como testes automatizados, versionamento e integração contínua, no ciclo de vida das soluções de dados.
- 3.5.5.4. Implementar, administrar e manter a infraestrutura de nuvem utilizando *templates* e *scripts* de IaC, assegurando a consistência e a automação dos ambientes.
- 3.5.5.5. Automatizar a configuração de ambientes e otimizar continuamente a infraestrutura para atender às demandas de performance e escalabilidade das aplicações.
- 3.5.5.6. Sustentar e otimizar os processos de *build* e *deploy*, configurando agentes de CI/CD e automatizando a integração de aplicações com servidores e bancos de dados.
- 3.5.5.7. Empacotar aplicações de análise de dados em contêineres, administrando todo o ciclo de vida das imagens, incluindo *build*, armazenamento e distribuição segura.

- 3.5.5.8. Orquestrar aplicações containerizadas em plataformas de nuvem e explorar a implementação de soluções para otimizar o processamento e a automação.
- 3.5.5.9. Otimizar o uso de recursos em nuvem para aumentar a eficiência e reduzir custos, além de avaliar novas tecnologias por meio de provas de conceito.
- 3.5.5.10. Participar ativamente da engenharia de requisitos, documentando necessidades e aplicando técnicas como ponto de função para estimar a complexidade das aplicações.
- 3.5.5.11. Atuar diretamente na resolução de questões técnicas complexas e contribuir para a análise de incidentes, investigando o desempenho de ativos e ambientes.
- 3.5.5.12. Acompanhar os resultados técnicos dos projetos, executando testes de validação e monitorando métricas de sucesso para garantir a qualidade das entregas.
- 3.5.5.13. Atuar como ponto focal para a integração técnica entre diferentes frentes de projeto e equipes multidisciplinares, realizando configurações e ajustes necessários.
- 3.5.5.14. Garantir a aplicação prática de melhores práticas DevOps e de segurança em todo o ciclo de vida das aplicações e da infraestrutura em nuvem.
- 3.5.5.15. Administrar as informações sobre os ativos de tecnologia e assegurar a conformidade operacional das soluções com as políticas e diretrizes de segurança da infraestrutura.
- 3.5.5.16. Configurar, otimizar e sustentar servidores de aplicação e *proxies* reversos, integrando soluções de *middleware* aos *pipelines* de CI/CD.
- 3.5.5.17. Projetar e implementar estratégias de alta disponibilidade para as aplicações, configurando balanceamento de carga e outros mecanismos de resiliência.
- 3.5.5.18. Configurar a integração segura entre aplicações e bancos de dados e automatizar os processos de *backup* e recuperação.
- 3.5.5.19. Gerenciar a infraestrutura de armazenamento de dados críticos, aplicando políticas de *snapshots* e replicação para garantir a segurança e a disponibilidade.
- 3.5.5.20. Configurar e operar as ferramentas de monitoramento para a coleta de métricas, *logs* e *traces*, implementando o centralizado.
- 3.5.5.21. Desenvolver e manter *dashboards* personalizados para dar visibilidade sobre a saúde das aplicações e configurar alertas em tempo real para detecção proativa de incidentes.
- 3.5.5.22. Monitorar ativamente o desempenho e a saúde de arquiteturas complexas, incluindo microserviços e aplicações em contêineres.
- 3.5.5.23. Contribuir ativamente em equipes multidisciplinares, compartilhando conhecimento e fomentando a melhoria contínua dos processos e tecnologias em nuvem.
- 3.5.5.24. Responsabilizar-se pela automação completa do provisionamento e configuração dos ambientes de desenvolvimento, teste e produção.
- 3.5.5.25. Realizar verificações periódicas para garantir que as configurações de segurança da infraestrutura e das aplicações estão em conformidade com os padrões estabelecidos.
- 3.5.5.26. Interagir tecnicamente com as demais áreas da empresa, executando tarefas de integração e facilitando a comunicação para o sucesso dos projetos.

3.5.6. Atribuições do Especialista em Cloud – Nível Sênior: O Especialista em Cloud – Nível Sênior é responsável por liderar, planejar e conduzir tecnicamente a arquitetura, evolução e governança das soluções em nuvem, atuando como referência técnica estratégica, com elevada autonomia decisória, capacidade de coordenação multidisciplinar e responsabilidade pela sustentação, segurança, desempenho e otimização do ambiente de nuvem institucional. Descrevem-se abaixo suas principais atribuições, em conformidade com o Catálogo de Serviços – Anexo I-C:

- 3.5.6.1. Liderar a definição e evolução da arquitetura de soluções em nuvem, planejando e conduzindo o desenvolvimento de aplicações e plataformas de alta complexidade para automação da análise de dados técnicos.
- 3.5.6.2. Planejar, coordenar e supervisionar os fluxos de ingestão, processamento, transformação e disponibilização de dados em larga escala, assegurando integração segura, resiliente e escalável com a infraestrutura de nuvem.
- 3.5.6.3. Definir e assegurar a adoção de padrões avançados de engenharia de software, DevSecOps e governança de código, liderando a implementação de testes automatizados, versionamento estruturado e integração contínua.

- 3.5.6.4. Planejar, liderar e validar a implementação da infraestrutura em nuvem por meio de estratégias avançadas de Infrastructure as Code (IaC), garantindo padronização, rastreabilidade e automação completa dos ambientes.
- 3.5.6.5. Conduzir a estratégia de automação e otimização contínua da infraestrutura, promovendo melhorias estruturais de desempenho, disponibilidade e escalabilidade.
- 3.5.6.6. Liderar e coordenar a arquitetura e evolução dos *pipelines* de CI/CD, garantindo confiabilidade, segurança e eficiência nos processos de *build*, *deploy* e integração sistêmica.
- 3.5.6.7. Definir e supervisionar padrões de containerização, governando o ciclo de vida das imagens, repositórios e políticas de segurança associadas.
- 3.5.6.8. Liderar a arquitetura e governança de ambientes orquestrados, incluindo plataformas de contêineres, promovendo alta disponibilidade, resiliência e eficiência operacional.
- 3.5.6.9. Planejar e conduzir estratégias de FinOps e otimização de custos em nuvem, realizando análises preditivas, avaliação de consumo e definição de políticas de uso eficiente dos recursos.
- 3.5.6.10. Liderar a engenharia de requisitos técnicos relacionados à infraestrutura e aplicações em nuvem, orientando estimativas de esforço, dimensionamento e análise de viabilidade técnica.
- 3.5.6.11. Atuar como referência técnica na resolução de incidentes críticos e problemas estruturais, conduzindo análises de causa raiz e implementando ações corretivas e preventivas.
- 3.5.6.12. Definir e acompanhar indicadores estratégicos de desempenho (KPIs e SLIs/SLOs), assegurando a qualidade, confiabilidade e aderência aos níveis de serviço estabelecidos.
- 3.5.6.13. Liderar a integração técnica entre frentes de projeto, coordenando equipes multidisciplinares e garantindo alinhamento arquitetural e interoperabilidade entre soluções.
- 3.5.6.14. Estabelecer e fiscalizar a aplicação das melhores práticas de DevOps, DevSecOps e segurança em nuvem, assegurando conformidade com normativos institucionais e diretrizes de segurança da informação.
- 3.5.6.15. Governar a gestão dos ativos tecnológicos em nuvem, assegurando conformidade regulatória, rastreabilidade e aderência às políticas institucionais.
- 3.5.6.16. Planejar e validar arquiteturas de servidores de aplicação, proxies reversos e *middlewares*, assegurando integração robusta aos *pipelines* e ambientes produtivos.
- 3.5.6.17. Definir e implementar estratégias avançadas de alta disponibilidade e recuperação de desastres (Disaster Recovery), incluindo balanceamento de carga, *failover* e redundância geográfica.
- 3.5.6.18. Liderar a definição de políticas de segurança para integração entre aplicações e bancos de dados, assegurando criptografia, controle de acesso e automação de *backup* e recuperação.
- 3.5.6.19. Planejar e coordenar a estratégia de armazenamento de dados críticos, definindo políticas de replicação, retenção, *snapshots* e proteção contra perda de dados.
- 3.5.6.20. Definir e supervisionar a arquitetura de observabilidade, incluindo monitoramento, *logging* e *tracing* distribuído, assegurando visão centralizada e integrada dos ambientes.
- 3.5.6.21. Liderar a definição de dashboards estratégicos e mecanismos de alerta proativo, garantindo visibilidade executiva e técnica da saúde das aplicações.
- 3.5.6.22. Conduzir o monitoramento contínuo de arquiteturas complexas, incluindo microsserviços e ambientes containerizados, promovendo ações preventivas e melhoria contínua.
- 3.5.6.23. Atuar como mentor técnico, disseminando conhecimento e promovendo capacitação contínua das equipes envolvidas nas soluções em nuvem.
- 3.5.6.24. Liderar a automação integral do provisionamento e governança dos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção, garantindo segregação adequada e controle de mudanças.
- 3.5.6.25. Planejar e conduzir auditorias técnicas periódicas para assegurar conformidade com padrões de segurança, arquitetura e governança.
- 3.5.6.26. Representar tecnicamente a área de Cloud perante demais áreas institucionais, fornecedores e instâncias de governança, assegurando alinhamento estratégico e técnico.

Requisitos Mínimos de Qualificação dos Perfis Profissionais

3.6. A experiência profissional requerida consta do Anexo I-A – Qualificação dos Perfis Profissionais, o qual enumera os requisitos mínimos de certificação, capacitação e de experiência profissional exigidos para os seis perfis profissionais demandados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Automação, monitoramento e gestão da infraestrutura de TIC do BDEP-ANP, para assegurar a plena disponibilidade de suas funcionalidades aos usuários;

- 4.1.2. Resolução eficiente de problemas de infraestrutura de TIC;
- 4.1.3. Sustentação de aplicações em um ambiente orientado a DevOps;
- 4.1.4. Garantir a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de TIC;
- 4.1.5. Operação, suporte e sustentação adequados e destinados ao ambiente tecnológico do BDEP-ANP, com o fito de prevenir e corrigir falhas, para garantir confiabilidade, resiliência e integridade das informações e da estrutura de proteção desse ambiente; e
- 4.1.6. Implementação, revisão e execução das políticas de cópias de segurança e de retenção de dados.

Requisitos de Capacitação

4.2. A solução a ser contratada deverá assegurar que a empresa responsável pela prestação dos serviços mantenha processo contínuo de capacitação e atualização técnica de seus profissionais, sem custos para a Contratante, com vistas a assegurar a qualidade e atendimento aos Níveis Mínimos de Serviços (NMS), sem o comprometimento da adequada prestação dos serviços.

4.2.1. Sempre que houver atualização tecnológica ou metodológica em que os profissionais envolvidos necessitem do novo conhecimento, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA da necessidade de capacitação de seus profissionais. A CONTRATADA terá até 2 (dois) meses para capacitá-los.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, ao Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis.

4.3.1. Segue abaixo uma relação não-exaustiva de leis e normas relacionadas ao objeto:

4.3.1.1. **Instrução Normativa ANP nº 17, de 24 de abril de 2024**, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas contratações realizadas pela ANP com base na Lei nº 14.133/2021.

4.3.1.2. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

4.3.1.3. **Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017**, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.1.4. **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020**, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.1.5. **Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública.

4.3.1.6. **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.3.1.7. **Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018**, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

4.3.1.8. **Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991**, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.

4.3.1.9. **Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010**, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal.

4.3.1.10. **Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022**, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.3.1.11. **Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023**, que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.

4.3.1.12. **Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 4 de outubro de 2024**, que altera a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

4.3.1.13. **Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 1º de setembro de 2025**, que altera a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

4.3.2. Esta contratação é enquadrada como "Bens e Serviços Não Corporativos" conforme definição do Art. 2º da Instrução Normativa ANP nº 17/2024, motivo pelo qual sua condução, como área requisitante, cabe à SDT:

Art. 2º São aplicáveis a esta Instrução Normativa as definições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, além das seguintes:

V - bens e serviços não corporativos: aqueles que visam a atender às necessidades de uma ou mais unidades organizacionais específicas, não envolvendo, necessariamente, interesses de todas as unidades organizacionais."

4.3.3. Por se tratar de uma solução de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), a presente contratação segue o disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

4.3.4. Entre outras atribuições regimentais, compete à SDT "*gerir o acervo de dados técnicos e de informações existentes sobre as bacias sedimentares brasileiras, bem como as informações relativas às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural*". Compete ainda à SDT "*estabelecer as diretrizes e os padrões referentes à tecnologia de equipamentos, sistemas e conexões remotas do Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP*". Essas atribuições estão definidas no Regimento Interno da ANP, estabelecido pela Portaria ANP nº 265/2020.

Requisitos Temporais

4.4. Os serviços a serem contratados devem ser prestados nos prazos máximos estabelecidos no sistema eletrônico de demandas da Contratante, em conformidade com os indicadores dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) que serão estabelecidos no Termo de Referência, admitindo-se prorrogação excepcional, desde que devidamente justificada e previamente autorizada pela Contratante.

4.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.7. Na execução dos serviços, deverão ser observados os prazos relacionados à prestação dos serviços, além dos prazos legais aplicáveis.

4.8. Além dos prazos legais pertinentes, a solução deverá assegurar que os serviços estejam disponíveis a partir de, no máximo, quinze dias após a data de início da vigência contratual, mantendo-se essa disponibilidade durante todo o período de vigência do contrato.

Requisitos de Segurança da Informação, e Privacidade e Sigilo

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.9.1. A solução a ser contratada deverá atender aos princípios, diretrizes e procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações da Contratante, bem como aos regulamentos, normas e instruções internas adotadas pela ANP, durante a execução dos serviços, seja nas instalações da Agência, seja mediante o uso de seus recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.9.2. Deverão ser adotadas medidas técnicas e administrativas adequadas, incluindo o uso de ferramentas de proteção e segurança da informação, com o objetivo de prevenir acessos não autorizados aos sistemas, *softwares*, documentos e informações sob responsabilidade da Contratada ou disponibilizados à ANP, ainda que por meio de links ou acessos remotos.

4.9.3. A Contratada deverá observar integralmente a legislação aplicável à segurança da informação, à proteção de dados pessoais e ao acesso à informação, em especial a Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), e demais normativos correlatos.

4.9.4. As condições de manutenção de sigilo das informações estão previstas no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo do Anexo I-E, do Termo de Referência, o qual deverá ser firmado pela Contratada.

4.9.5. Os profissionais da Contratada diretamente envolvidos na execução dos serviços deverão, adicionalmente, assinar o Termo de Ciência (conforme modelo do Anexo I-F do Termo de Referência), comprometendo-se com o cumprimento das normas de segurança da informação vigentes na Contratante.

4.9.6. A Contratada será responsabilizada pelo descumprimento, por parte de seus profissionais, das obrigações relativas à manutenção do sigilo, à segurança da informação e à observância das políticas e normas técnicas e administrativas da ANP, respondendo por eventuais perdas e danos causados à Agência ou a terceiros.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1. Requisitos sociais:

4.10.1.1. Os profissionais da Contratada, quando presentes nas instalações da Contratante, deverão apresentar-se vestidos de forma adequada ao ambiente de prestação dos serviços (trabalho), evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional da ANP ou que ofenda o senso comum de moral e de bons costumes;

4.10.1.2. Os profissionais da Contratada deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;

4.10.1.3. A prestação de serviços objeto deste Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação.

4.10.2. Requisitos culturais:

4.10.2.1. A documentação das atividades e documentos produzidos pela Contratada deverá estar em língua portuguesa de forma clara, objetiva e gramaticalmente correta, de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.13. O parque tecnológico do BDEP/SDT/ANP é composto por *hardwares* e *softwares* distribuídos nos seguintes ecossistemas: (i) robô Hermes; (ii) infraestrutura de nuvem privada; (iii) estações de cópia e leitura autônoma (*standalone*); (iv) estações de cópia de HD e mídias; (v) rede de dados geofísicos; (vi) esteira DevOps com processos de CI/CD; (vii) *softwares* de missão crítica – operação de infraestrutura de virtualização e contêineres.

4.14. As atividades da SDT são apoiadas por uma ampla camada de tecnologias orientadas ao negócio, que são fundamentais para sustentar seus processos e atender às demandas de suas solicitações. Essas tecnologias formam a base para a entrega de soluções de infraestrutura e serviços de TIC, desempenhando um papel essencial na eficiência e continuidade das operações. As principais tecnologias estão listadas abaixo, podendo ser alteradas ao longo da execução do contrato:

TECNOLOGIA	DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO
Robô Hermes	Solução tecnológica de automação implantada para recepção e armazenamento dos dados técnicos gerados pelo setor de E&P da indústria do petróleo.	Hardware: <ul style="list-style-type: none">– 2 <i>switches</i> IBM-Brocade-2498-x24 (SAN) modelo 2498-x24;– 2 <i>switches</i> IBM-Brocade-SAN48B-5 (SAN) modelo 2498-F48;– 1 <i>switch</i> Cisco (LAN) Catalyst 9500;– 2 <i>storages</i> IBM Storwize V5000-A;– 7 servidores físicos ThinkSystem SR650 modelo 7X06CTO1WW;– 1 <i>library</i> IBM TS4500: 5 frames com capacidade para 4.200 <i>slots</i> de fitas;12 unidades TS1155 de 15TB; e 6 unidades TS1160 de 20TB. Software: <ul style="list-style-type: none">– IBM Spectrum Archive;– IBM Spectrum Scale;– IBM Spectrum Protec

TECNOLOGIA	DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO
Cluster de Nuvem Privada com característica de hiper convergência	Composto por 3 (três) servidores físicos (nós), conectados em uma mesma rede física, compartilhando recursos de computação, armazenamento e rede de maneira distribuída, cada um rodando o Nutanix Acropolis Hypervisor (AHV).	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 3 servidores - ThinkAgile HX7531 modelo 7Z84-CTO2WW; – 2 <i>switches</i> - Arista (LAN) modelo DCS-7050SX3. Software: <ul style="list-style-type: none"> – Nutanix Cloud Infrastructure (NCI) Pro Software; – Nutanix Cloud Infrastructure (NCI) Security <i>add-on</i>; – Nutanix Cloud Manager (NCM) Starter.

TECNOLOGIA	DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO
Estações de cópia e leitura autônoma (standalone)	Utilizadas para suportar o fluxo operacional de grandes volumes de dados sísmicos e outros dados técnicos variados ligados à indústria do petróleo, atuando como portas físicas para receber, gravar, processar e exportar mídias de dados, garantindo agilidade, capacidade e segurança na movimentação e preservação destas informações.	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 1 computador tipo servidor - ThinkSystem SR650 modelo 7X06CTO1WW; – 1 armário de unidade IBM TS1140 Tape Drive (3592-E07/EH7), agregação de 10 leitoras IBM TS1140 Tape Drive; – 1 armário de unidade IBM TS1130 Tape Drive (3592-E05/E06), agregação de 12 leitoras IBM TS1130 Tape Drive; – 1 armário de unidade IBM TS1130 Tape Drive (3592-E05/E06), agregação de 10 leitoras IBM TS1130 Tape Drive; – 1 <i>switch</i> Cisco Nexus (SAN) 5548 N5K-C5548UP.

TECNOLOGIA	DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO
Estações de cópia de HD e mídias	Computadores <i>desktop</i> especialmente configurados, equipados com uma interface de comando personalizada em ambiente de terminal. Elas são projetadas para realizar processos de recebimento e cópia de dados de maneira segura e eficiente, atuando como pontos para a entrada e saída de grandes volumes de informações.	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 5 estações de trabalho tipo <i>desktop</i>. Software: <ul style="list-style-type: none"> – Combinação de Rock Linux 9 com automação via <i>scripts</i>.

TECNOLOGIA	DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO
Rede de Dados Geofísicos (RDG)	Infraestrutura crítica usada para transferência digital eficiente e confiável de grandes volumes de dados técnicos entre a Petrobras e o BDEP/ANP.	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 1 OLT GPON Datacom modelo DM4610; – 1 <i>switch</i> Datacom 24GT+4XS modelo DM4100E; – 1 <i>switch</i> Cisco Nexus (SAN) 5548 N5K-C5548UP; – 2 computadores tipo servidor - IBM System x3650 M4 modelo 7915AC1. Software: <ul style="list-style-type: none"> – Sistema Operacional Rock Linux 9; – FileCatalyst (software de cópia de arquivos); – <i>Scripts</i> personalizados em <i>shell</i>.

TECNOLOGIA	DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO
Esteira DevOps com processos de CI/CD	Concebida para suportar processos de Integração Contínua e Entrega Contínua (CI/CD). Essa esteira interage de forma nativa com clusters Kubernetes (Homologação e Produção), provido pelo cluster Nutanix via Karbon NKE, viabilizando a orquestração e gerenciamento de aplicações containerizadas.	<p>Principais componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> – GitLab: Plataforma de versionamento, colaboração e gerenciamento de <i>pipelines</i>; – GitLab Runner: Executor de jobs para integração/entrega contínua, responsável por rodar as <i>pipelines</i> do GitLab; – Ansible: Ferramenta de automação para <i>configuration management</i> e orquestração de infraestrutura como código; – Kubectrl: Utilitário de linha de comando para gerenciamento direto do Kubernetes; – Rock Linux 9: Sistema operacional base das máquinas e contêineres da pipeline, garantindo estabilidade, performance e compatibilidade; – Containerização Docker: Emprego de contêineres Docker para empacotamento, isolamento e portabilidade das aplicações e serviços; – Harbor (Registry): Registry privado para armazenamento e distribuição seguro das imagens Docker utilizadas nos ambientes; – Zabbix: Solução abrangente de monitoramento, provendo visibilidade e alertas em tempo real sobre toda a infraestrutura; – Grafana: Plataforma de visualização e <i>dashboarding</i> de métricas e dados operacionais; – Prometheus: Conecta o Zabbix ao Grafana, permitindo a extração de métricas, alertas e dados de monitoramento do Zabbix e expondo esses dados em <i>dashboards</i> customizados do Grafana; – Visual Studio Code (VSCode): Ambiente de desenvolvimento utilizado pela equipe para codificação, integração com ferramentas de DevOps e aumento da produtividade.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.15. Não se aplica, pela natureza do objeto.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.16. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.17. Os serviços de infraestrutura de TIC do BDEP-ANP deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, conforme requisitos de Qualificação dos Perfis Profissionais constantes do Anexo I-A, para execução das atividades relacionadas aos Grupos de Serviços descritos no Anexo I-B e no Catálogo de Serviços constante do Anexo I-C deste Termo.

Requisitos de Formação da Equipe

4.18. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos.

4.18.1. Os perfis profissionais, com as respectivas formações, certificações e experiências profissionais exigidas, estão detalhados no Anexo I-A deste Termo de Referência.

4.19. No processo de credenciamento e habilitação dos integrantes da equipe, deverá ser apresentado ao fiscal técnico do contrato:

- 4.19.1. Os dados pessoais do profissional, necessários para o cadastramento no banco de dados de colaboradores, bem como para a criação das credenciais de acesso à infraestrutura tecnológica da Contratante;
- 4.19.2. Currículo profissional que demonstre a experiência profissional exigida, assinado de punho pelo profissional e com ciência do Preposto da Contrata;
- 4.19.3. Documentação comprobatória do atendimento aos requisitos profissionais estabelecidos neste Termo;
- 4.19.4. Termo de Ciência e Responsabilidade assinado pelo profissional; e
- 4.19.5. Termo de Compromisso e de Confidencialidade de Informações, assinado pelo representante legal da Contratada.
- 4.20. A Contratante poderá a qualquer momento recusar o atendimento dos serviços por profissionais que não atendam aos requisitos estabelecidos neste Termo.
- 4.21. A comprovação dos requisitos poderá ser realizada da seguinte forma, conforme o caso:
- 4.21.1. Apresentação de original e cópia de certificados ou diplomas que comprovem a conclusão das certificações e dos cursos exigidos.
- 4.21.2. No caso dos cursos de nível superior deverá ser apresentado o diploma, emitido por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC);
- 4.21.3. Declaração ou atestado da empresa na qual o profissional tenha prestado serviço, com inclusão da descrição das atividades realizadas e do tempo da prestação do serviço;
- 4.21.4. Apresentação do currículo, assinado de punho pelo profissional, com a validação pela Contratada;
- 4.21.5. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- 4.21.6. Contrato de trabalho;
- 4.21.7. Publicação em Diários Oficiais.
- 4.22. Todos os documentos apresentados estarão sujeitos à diligência da Contratante, para confirmação das informações.
- 4.22.1. Os conhecimentos específicos, que não constituem exigência explícita de treinamento formal, curso de formação acadêmica ou certificação oficial, não necessitam de comprovação formal, mas serão exigidos durante a prestação dos serviços e, caso a Contratante perceba falta de tais conhecimentos qualquer profissional alocado ao serviço pela CONTRATADA, fica assegurado a Contratante o direito de solicitar a sua imediata substituição.
- 4.22.2. As qualificações técnicas exigidas neste documento correspondem a requerimentos mínimos. Será responsabilidade da Contratada adequar a capacitação de seus profissionais de forma que na prestação dos serviços os Níveis de Serviços sejam atendidos de forma qualitativa e tempestiva.
- 4.22.3. A Contratada deverá apresentar à Contratante, sempre que solicitado, a comprovação da experiência, da formação e certificações dos profissionais alocados ao serviço.
- 4.22.4. As certificações indicadas no Anexo I-A poderão ser apresentadas no prazo de até 60 (sessenta) dias após o início da execução do Contrato.
- 4.23. O processo de autenticação, autorização e controle de acesso ao ambiente tecnológico da Contratante será definido pela equipe de fiscalização do contrato, previamente ao início da execução do Contrato e a cada substituição do profissional alocado à execução do Contrato;

Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.24. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.
- 4.25. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.
- 4.26. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências de maneira eletrônica e Por via telefônica, em dias úteis, no horário compreendido entre 07h00 e 19h00, de segunda-feira a sexta-feira.
- 4.27. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- 4.28. As demandas devem ser registradas e acompanhadas por meio de sistema eletrônico, a ser fornecido pela CONTRATANTE a qual armazenará as informações dos serviços solicitados e prestados.

4.29. Todo o esforço envolvido nas atividades relacionadas à entrega das demandas, como por exemplo, reuniões para elicitação das demandas, interações com as equipes e gestão da Área Requisitante ou demais áreas da ANP, será contabilizado no tempo total para execução da demanda.

4.30. Os profissionais deverão atuar de forma integrada e complementar, com abordagem baseada em DevOps.

4.30.1. **DevOps** é uma cultura de colaboração que integra as equipes de Operações (Infraestrutura) e Desenvolvimento. No contexto desta contratação, significa que a sustentação do parque tecnológico não será apenas reativa, mas baseada em automação, padronização e comunicação contínua.

4.30.2. Expectativas da Metodologia:

- **Automação (IaC):** Gestão da infraestrutura via código para evitar erros manuais e garantir rapidez na replicação de ambientes.
- **Esteiras de Entrega (Pipelines):** Fluxos automatizados para implementação de melhorias e *patches* de segurança com testes prévios.
- **Monitoramento e Observabilidade:** Foco na antecipação de falhas e análise de dados em tempo real para garantir a disponibilidade do BDEP.
- **Celeridade:** Redução do tempo entre a identificação de uma necessidade técnica e sua implementação efetiva em produção.

4.31. Os serviços de Infraestrutura de TIC compreendem as atividades relacionadas aos dezenove Grupos de Serviços descritos no Anexo I-B e no Anexo I-C – Catálogo de Serviços, as quais envolvem a execução de serviços relacionados à operação, suporte e sustentação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP-ANP, com utilização de arquitetura *cloud-native*, microsserviços, containers e orquestração via Kubernetes, bem como esteiras DevOps para integração e entrega contínua (CI/CD).

4.32. A Contratada observará o disposto neste Termo de Referência para prestação dos serviços. Os fluxos de processos poderão ser ajustados a critério da Contratante, da equipe de gestão e fiscalização, ou por proposição da Contratada e aprovação da Contratante.

4.33. As dificuldades para execução dos serviços identificadas pela CONTRATADA, que porventura possam impactar no atendimento dos Níveis Mínimos de Serviços, deverão ser registradas no sistema eletrônico de demandas e imediatamente comunicadas à CONTRATANTE.

4.34. A CONTRATADA poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega de determinada demanda, por meio do registro da solicitação no sistema eletrônico de demandas, quando for justificada e comprovada tal necessidade, ficando a critério da CONTRATANTE aceitar ou não as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

4.35. Demais requisitos e especificações técnicas estão detalhados neste Termo de Referência e nos respectivos Anexos.

Vistoria

4.36. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, devendo o agendamento ser feito previamente pelo telefone (21)-2112-8503 ou pelo e-mail secretaria_sdt@anp.gov.br.*

4.37. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.38. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.39. A realização da vistoria poderá ser comprovada pela Contratante por:

- a) Atestado de vistoria, conforme modelo constante no Anexo I-D deste Termo de Referência, assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017; ou
- b) Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

4.40. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.41. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.42. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.42.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

Subcontratação

4.43. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.44. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

4.45. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.45.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.45.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.45.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.45.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.43.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.46. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.47. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.48. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.49. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.49.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.50. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.50.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.50.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.50.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.51. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.52. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.53. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.54. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.55. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.55.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.55.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.56. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.56.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.56.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.57. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.57.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.57.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.57.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.58. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.59. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.60. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.61. A LICITANTE deverá apresentar, junto com a Proposta de Preços (ANEXO I-I – Modelo de Proposta Comercial), as Planilhas de Custos e Formação de Preços (ANEXO I-J – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços para cada perfil), devidamente preenchidas, conforme memória de cálculo e metodologia prevista neste Termo.

4.61.1. A planilha servirá como declaração formal da LICITANTE, que poderá efetuar alterações que julgar necessárias, desde que respeitadas as orientações contidas na Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, atualizada pela Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025.

4.61.2. A planilha deverá conter o custo mensal de cada um dos perfis profissionais, exigidos na contratação, calculados com base no salário de referência, acrescido do respectivo Fator K, definidos Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025, descritos no item 10 deste Termo.

4.61.2.1. Considera-se como remuneração mínima aceitável, os salários de referência dos perfis profissionais contidos na tabela do item 11, deste Termo.

4.61.2.2. Admite-se a adoção de outro valor de Fator K, desde que seja igual ou inferior a 3. Valores acima desse limite, devem ser objeto de diligência para análise dos componentes e das causas que levaram ao avanço do limite estabelecido como referência.

4.61.3. Os itens da planilha que estiverem em branco ou declarados com valor zero serão desconsiderados como elementos de formação dos custos. Nesse caso, não caberá alegação futura envolvendo tais itens, e eventuais efeitos financeiros negativos deverão ser absorvidos pelos demais itens da Planilha, desde que não comprometam a exequibilidade da proposta.

4.62. Visando a prover critérios de aceitação dos preços, define-se que os preços máximos mensal e anual admitidos são aqueles fixados no item 11 do Termo de Referência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.8. assegurar que os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023, ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.
- 6.1.2. Após a assinatura do Contrato deverá ser realizada reunião inicial de alinhamento com representantes da Contratante e da Contratada objetivando identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato e neste Termo de Referência e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 6.1.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas, procedimentos e técnicas adotados pela Contratante.
- 6.1.4. A Contratada deverá garantir os Níveis Mínimos de Serviços especificados neste documento e caso não sejam cumpridos ficará sujeita aos ajustes no pagamento.
- 6.1.5. A execução dos serviços será acompanhada por servidores da Contratante, que verificarão a qualidade dos serviços prestados, conforme Níveis Mínimos de Serviços definidos no item 8 deste Termo.

6.1.6. As demandas serão solicitadas por meio de sistema eletrônico de demandas, fornecido pela Contratante. Além destas, há demandas diárias de monitoramento e execução de rotinas de backup e verificação do ambiente, previamente definidas, referentes à manutenção da infraestrutura de TIC do BDEP-ANP.

6.1.7. A Contratada deverá utilizar o sistema eletrônico a ser definido pela CONTRATANTE, visando a manter a rastreabilidade das atividades e subsidiar a avaliação técnica e gerencial dos Níveis Mínimos de Serviços relacionados aos serviços prestados, conforme item 8 deste Termo de Referência.

6.1.8. O sistema eletrônico da CONTRATANTE deverá registrar, no mínimo, os seguintes dados estruturados:

6.1.8.1. ID do Chamado – número único de identificação do registro;

6.1.8.2. Descrição do Chamado – breve explicação sobre a demanda ou incidente tratado;

6.1.8.3. Classificação por Grupo de Serviço – categorização de acordo com o modelo de serviços estabelecido no contrato;

6.1.8.4. Descrição da Atividade – detalhamento conforme item do Catálogo de Serviços;

6.1.8.5. Indicadores de Desempenho Relacionados – índice de nível de serviço aplicável, conforme item 8 deste Termo de Referência;

6.1.8.6. Início da Atividade – data e hora de início do atendimento; e

6.1.8.7. Fim da Atividade – data e hora de encerramento,

6.1.9. Será admitido que os profissionais alocados ao contrato pela Contratada, desenvolvam remotamente suas atividades, sem ônus para a Administração, conforme condições a seguir:

6.1.9.1. Os serviços serão prestados de forma presencial ou remota (parcial ou integralmente), mediante autorização da Contratante, que poderá a qualquer tempo ser alterada, segundo critérios de conveniência e oportunidade.

6.1.9.2. No caso de autorização da prestação dos serviços, de forma remota, não haverá nenhum tipo de ônus para a administração, devendo os colaboradores ter disponibilidade para comparecer nos endereços indicados no item 6.2 deste Termo, quando solicitado pela Contratante.

6.1.9.3. A critério da Contratante, poderá ser realizado o empréstimo de equipamentos da ANP, com vistas a preservar os requisitos de segurança estabelecidos.

6.1.9.4. No caso de trabalho remoto, o acesso aos ambientes da Contratante feito por deslocamento de pessoal e/ou VPN (ou linha dedicada), deverá(ão) estar previsto(s) nos custos da Contratada e não gerar ônus adicional para a Contratante, inclusive em relação à qualquer serviço ou equipamento necessário para a execução do trabalho remoto pelos colaboradores da Contratada.

6.1.10. A Contratada deverá seguir o processo de trabalho definido pela Contratante, e utilizar as ferramentas indicadas para os devidos registros da execução dos serviços.

6.1.11. O uso das metodologias vigentes pressupõe o registro dos artefatos produzidos pela CONTRATADA na mesma ferramenta de controle de versão utilizada pela CONTRATANTE. É de responsabilidade da CONTRATADA a instalação, configuração e migração de repositórios para a prestação dos serviços, caso necessário.

6.1.12. A Contratante se reserva o direito de alterar as normas, os processos de trabalho e as metodologias, a qualquer momento, mediante comunicação prévia de 30 dias, observados os critérios de razoabilidade e de ausência de ônus adicional para a Contratada.

6.1.13. Os serviços contemplam atividades programadas previamente, ou sob demanda, em conformidade com as necessidades da Contratante ao longo da execução contratual.

6.1.14. A Contratada deverá indicar um preposto com conhecimento técnico, comprovado por formação em nível superior e experiência em Tecnologia da Informação, não podendo essa atividade ser executada por profissional que faça parte do quadro técnico da Contratada, mas esteja prestando serviços para a Contratante.

6.1.15. A Contratante pode vir a implantar novos serviços de TIC e/ou novas tecnologias, que após implantados, passarão a fazer parte do escopo desta contratação, sendo incorporados ao Catálogo de Serviços, devendo a Contratada ser notificada com 30 dias de antecedência.

6.1.16. O Catálogo de Serviços engloba serviços negociais, técnicos e de apoio. A listagem dos serviços de TIC, consta no Anexo I-C deste Termo.

6.1.16.1. Todas as alterações no Catálogo de Serviços, para a inclusão de novos serviços, tecnologias e infraestrutura de TIC, bem como para atualizações, e desativação de serviços, tecnologias e infraestruturas descontinuados, devem obrigatoriamente ser autorizados por um responsável da Contratante, com a anuência da Contratada.

6.1.16.2. Quando alterações no Catálogo de Serviços implicarem em aumento dos volumes de serviços que propicie desequilíbrio econômico-financeiro, devem ser tomadas tempestivamente as devidas providências para que as condições originais da prestação sejam restabelecidas, ou seja realizado aditivo contratual, conforme art. 124 da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: Av. Rio Branco, 65, 19º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20001-940, e na Av. Pasteur, 404, Bloco A4, Urca, Rio de Janeiro, RJ, bem como em outros imóveis ocupados pela ANP nesta unidade da federação.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: entre 07h00 e 19h00, de segunda-feira a sexta-feira (em dias úteis), perfazendo uma jornada de 8 (oito) horas diárias, observando-se o intervalo para almoço, totalizando uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Pela natureza dos serviços a serem contratados, não será exigida da Contratada a disponibilização de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios para a perfeita execução dos serviços, salvo aqueles necessários à realização do trabalho remoto, quando autorizado pela Contratante, conforme o disposto no item 6.1.9.4 deste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. As informações relevantes para dimensionamento da proposta constam do item 4.59.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.6.1. A CONTRATADA deverá apresentar, num prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos antes do término do contrato, um plano para transferência de conhecimentos e tecnologias para a próxima empresa que vier a substituí-la, a fim de permitir a continuidade dos trabalhos sem perdas, devendo ainda responder a consultas e prestar esclarecimentos durante os 60 (sessenta) dias iniciais da vigência contratual com a nova empresa.

6.6.2. A CONTRATADA deverá prover transferência de conhecimento técnico à equipe que atua no BDEP/SDT/ANP, por meio da realização de *workshop* voltado à operação e administração do parque tecnológico alvo dos serviços contratados.

6.6.3. O *workshop* técnico prático poderá ser presencial ou virtual, preferencialmente com utilização de laboratórios (*hands-on*) que simulem o ambiente tecnológico do BDEP. Deve ser realizado até 30 (trinta) dias após o início das atividades no âmbito do novo contrato.

6.6.4. A CONTRATADA deverá fornecer todo o material didático atualizado em formato digital, incluindo apresentações, guias de laboratório e documentação de referência. A metodologia deverá focar não apenas na apresentação de funcionalidades, mas na transferência de conhecimento para a efetiva operação no ambiente da CONTRATANTE.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.7.1. As ações para o encerramento do contrato devem ser executadas cuidadosamente, antes da data efetiva de término do contrato, de modo a minimizar os riscos de descontinuidade de serviços.

6.7.2. O encerramento do contrato está atrelado ao documento Termo de Encerramento Contrato que deverá ser elaborado pelo Gestor do Contrato.

6.7.3. Todos os recursos, manuais e documentos de propriedade da ANP que estejam de posse da CONTRATADA deverão ser devolvidos à Agência.

6.7.4. Os perfis de acesso relacionados ao contrato em descontinuação ou transição deverão ser removidos.

6.7.5. As senhas e/ou chaves de acesso que eventualmente forem de conhecimento da CONTRATADA deverão ser desabilitadas ou alteradas.

6.7.6. É responsabilidade do Gestor do Contrato garantir que todas as ações relacionadas ao encerramento do contrato sejam cumpridas.

6.7.7. Em razão da natureza estratégica desta contratação a CONTRATADA é obrigada, nos últimos 60 dias de vigência contratual, a promover a transição contratual com transferência de conhecimento e de técnicas empregadas, sem perda de informações, em relação às atividades objeto da contratação, por meio da elaboração da documentação necessária e/ou a capacitação dos servidores da CONTRATANTE e/ou dos colaboradores da nova empresa que continuará a execução dos serviços, de modo a viabilizar a devida passagem do conhecimento, nos termos do subitem “e” do item 2.5 do Anexo V da IN 05/2017 MPDG.

6.7.8. Para isto, um PLANO DE TRANSIÇÃO FINAL, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição deverá ser entregue a CONTRATANTE, com a antecedência de pelo menos 90 (noventa) dias da data de vencimento do contrato.

6.7.9. Após a entrega do PLANO DE TRANSIÇÃO FINAL pela CONTRATADA, a CONTRATANTE analisará o plano em no máximo 30 (trinta) dias corridos, e notificará a CONTRATADA dos possíveis ajustes que se fizerem necessários, reabrindo prazo de 10 (dez) dias úteis para realização dos ajustes.

6.7.10. No PLANO DE TRANSIÇÃO FINAL, além do disposto no item 6.7.7, deverão estar identificados todos os compromissos e ordens de serviços em aberto, responsabilidades, artefatos, tarefas, a data de início da transição, o período necessário e a identificação de todos os envolvidos com a transição.

6.7.11. Caso, em qualquer tempo, a CONTRATADA utilize as informações que custodia de outra forma que não as necessárias ao atendimento dos serviços descritos no presente Termo de Referência, ela estará sujeita a sanções cíveis e penais conforme a legislação vigente.

6.7.12. Todos os recursos materiais de propriedade da ANP, utilizados para a execução do objeto, deverão ser restituídos pela CONTRATADA ao término do contrato.

6.7.13. Todos os perfis de acesso a sistemas e serviços utilizados pelos funcionários da CONTRATADA, para fins de execução do objeto, deverão ser revogados pela ANP ao término da relação contratual, cabendo ao Gestor do Contrato tomar as medidas necessárias junto a área competente.

6.7.14. CONTRATADA entregará ao Gestor e Fiscal(s) de Contrato, toda a documentação técnica produzida para a efetiva transferência de conhecimento.

6.7.15. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento final com o objetivo de identificar todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, a situação de cada uma das Ordens de Serviço relacionadas à projetos de infraestrutura de TIC do BDEP-ANP, comprovação da realização da transição contratual, conforme PLANO DE TRANSIÇÃO FINAL aprovado pela gestão do contrato, e disponibilização de toda informação produzida à CONTRATANTE ou empresa por ela designada, em até 8 (oito) dias anteriores a finalização do contrato.

6.7.16. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de CONTRATO, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções administrativas aplicáveis.

6.7.17. Durante o tempo requerido para executar o procedimento de transição e finalização do Contrato, a CONTRATADA deve responsabilizar se pelo esforço adicional que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem ônus para a CONTRATANTE.

6.7.18. Por esforço adicional entende-se a elaboração do PLANO DE TRANSIÇÃO FINAL, o treinamento nas tarefas, pesquisas e transferência de conhecimento, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e/ou empresa por ele designada, documentação ou qualquer outro esforço vinculado à tarefa de transição.

Mecanismos formais de comunicação

6.8. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.8.1. Ordem de Serviço;

6.8.2. Ata de Reunião;

6.8.3. Ofício;

6.8.4. Sistema de abertura de chamados;

6.8.5. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.9. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexos I-E e I-F.

6.12. A CONTRATADA fica proibida de veicular e comercializar os produtos gerados relativos ao objeto da prestação dos serviços, salvo se houver a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.

6.13. A CONTRATADA deverá seguir todas as políticas, normas e procedimentos de segurança da CONTRATANTE, tais como:

I. Credenciar junto a CONTRATANTE, seus profissionais autorizados a retirar e a entregar documentos, bem como daqueles que venham a ser designados para prestar serviços nas dependências da CONTRATANTE.

II. Identificar qualquer equipamento da CONTRATADA que venha a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.

III. Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados.

IV. Observar, rigorosamente, todas as demais normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) da CONTRATANTE.

V. Adotar critérios adequados para o processo seletivo dos profissionais, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade da CONTRATANTE.

VI. Comunicar com antecedência mínima de 3 (três) dias ao Representante da CONTRATANTE qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Agência.

VII. Manter sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos da CONTRATANTE.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7.8. O Contratado deverá manter preposto da empresa à disposição da Contratante, no horário comercial, de segunda a sexta-feira, que será responsável pela supervisão dos serviços prestados, dotado de amplos poderes para controlar frequência, pontualidade, sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do Contrato, sem ônus adicional para a Contratante, estando este incluso nos custos indiretos.

7.9. A comunicação oficial entre a Contratante e a Contratada se dará por intermédio do preposto, por meio de documentação escrita (ofícios, circulares, correio eletrônico institucional), além dos sistemas on-line disponibilizados.

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.12. O preposto deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

Reunião Inicial

7.13. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.14. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.15. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.15.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.15.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.15.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.15.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.15.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.16. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.17. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.18. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.19. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.;

7.20. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.21. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.22. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.23. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas que constam no Anexo I-G deste Termo de Referência.

7.24. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.25. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.27. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas

7.27.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.27.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos nº 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

7.27.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.27.4. A Contratada deverá garantir os níveis de serviços especificados no item 8 deste Termo de Referência e, caso estes não sejam cumpridos, ficará sujeita aos ajustes estabelecidos.

7.27.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.26.6. Todos os serviços e entregas serão analisados conforme os tempos de atendimento, disponibilidade dos sistemas e resolução de chamados, a partir de relatórios gerados pela equipe técnica da ANP, com base no sistema eletrônico indicado pela Contratante, ou com apoio da Contratada, para verificação de cumprimento ou não dos Níveis de Serviços especificados no item 8, deste termo de Referência.

Gestor do Contrato

7.28. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.28.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.28.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.28.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.28.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.28.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.28.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.28.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.28.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.28.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

7.28.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Níveis Mínimos de Serviços (NMS) conforme o disposto neste item.

AM = Ambiente de Armazenamento Massivo; NP = Cluster de Nuvem Privada; CK = Clusters Kubernetes; ED = Legenda: Componentes da Esteira DevOps; DG = Rede de Dados Geofísicos; SS = Serviços Standalone; MC = Softwares de Missão Crítica; AP = Solicitações Atendidas no Prazo; NC = Não Conformidade das Solicitações.

Indicador de Nível de Serviço				Meta de Nível de Serviço		Glosa
Nº	Nome	Descrição	Cálculo	Exigida	Aferida	
1	AM	Índice de Disponibilidade do Ambiente de Armazenamento Massivo (Robô Hermes e IBM Spectrum Suite)	$IDAM = 1 - (TTO - TTI) / TTO$ Onde: TTO = Tempo total de operação definido no mês; e TTI = Tempo total de indisponibilidade no mês.	>=99%	>=98,5% e <99%	1%
					>=98% e <98,5%	2%
					<98%	3%
2	NP	Índice de Disponibilidade do Cluster de Nuvem Privada (Nutanix e AHV)	$IDNP = 1 - (TTO - TTI) / TTO$ Onde: TTO = Tempo total de operação definido no mês; e TTI = Tempo total de indisponibilidade no mês.	>=99,5%	>=99% e <99,5%	1%
					>=98,5% e <99%	2%
					<98,5%	3%
3	CK	Índice de Disponibilidade dos Clusters Kubernetes (produção e homologação via Karbon)	$IDCK = 1 - (TTO - TTI) / TTO$ Onde: TTO = Tempo total de operação definido no mês; e TTI = Tempo total de indisponibilidade no mês.	>=99%	>=98,5% e <99%	1%
					>=98% e <98,5%	2%
					<98%	3%
					>=97% e <98%	1%

4	ED	Índice de Disponibilidade dos Componentes Críticos da Esteira DevOps (GitLab, Harbor)	$IDED = 1 - (TTO - TTI) / TTO$ Onde: TTO = Tempo total de operação definido no mês; e TTI = Tempo total de indisponibilidade no mês.	>=98%	>=96% e <97%	2%
					<96%	3%
5	DG	Índice de Disponibilidade dos Serviços da Rede de Dados Geofísicos (RDG)	$IDDG = 1 - (TTO - TTI) / TTO$ Onde: TTO = Tempo total de operação definido no mês; e TTI = Tempo total de indisponibilidade no mês.	>=98%	>=97% e <98%	1%
					>=96% e <97%	2%
					<96%	3%
6	SS	Índice de Disponibilidade dos Serviços Standalone (estações de cópia e leitura de mídias)	$IDSS = 1 - (TTO - TTI) / TTO$ Onde: TTO = Tempo total de operação definido no mês; e TTI = Tempo total de indisponibilidade no mês.	>=96%	>=94% e <96%	1%
					>=92% e <94%	2%
					<92%	3%
7	MC	Índice de Disponibilidade da Camada de Softwares de Missão Crítica (GeoMaps, Ebid, SisRoc etc.)	$IDMC = 1 - (TTO - TTI) / TTO$ Onde: TTO = Tempo total de operação definido no mês; e TTI = Tempo total de indisponibilidade no mês.	>=99,5%	>=99% e <99,5%	1%
					>=98,5% e <99%	2%
					<98,5%	3%
8	AP	Índice de Solicitações Atendidas no Prazo	$ISAP = (4 * QS1 / QTS1 + 3 * QS2 / QTS2 + 2 * QS3 / QTS3 + 1 * QS4 / QTS4) / 10$ Onde: QS1 = Qtde. de solicitações de prioridade 1 atendidas no prazo; QS2 = Qtde. de solicitações de prioridade 2 atendidas no prazo; QS3 = Qtde. de solicitações de prioridade 3 atendidas no prazo; QS4 = Qtde. de solicitações de prioridade 4 atendidas no prazo; QTS1 = Qtde. total de solicitações de prioridade 1; QTS2 = Qtde. total de solicitações de prioridade 2; QTS3 = Qtde. total de solicitações de prioridade 3; QTS4 = Qtde. total de solicitações de prioridade 4.	>=95%	>=92% e <95%	1%
					>=90% e <92	2%
					<90%	3%
9	NC	Índice de Não Conformidades no Tratamento das Solicitações	$INCS = 1 - (QTS - QNCS) / QTS$ Onde:	<=10%	>10% e <=15%	1%
					>15% e <=20%	3%

			QST = Quantidade total de solicitações; QNCS = Quantidade de não conformidades encontradas no tratamento das solicitações.		>20%	5%
--	--	--	--	--	------	----

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização de NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Níveis mínimos de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos visando aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, como qualidade, desempenho, disponibilidade, conformidade, abrangência, segurança, entre outros.

8.4.2. Os Indicadores de Níveis de Serviço materializam a mensuração dos Níveis de Serviço e foram definidos de acordo com a natureza e características de cada serviço.

8.4.3. Para cada Indicador de Nível de Serviço é estabelecida uma Meta de Nível de Serviço precisamente quantificável a ser perseguida pela Contratada.

8.4.4. As Metas de Nível de Serviço serão medidas do primeiro ao último dia de cada mês e deverão ser seguidas para todas as solicitações.

8.4.5. Os Níveis de Serviço serão aferidos mensalmente, considerando as solicitações encerradas entre o primeiro e o último dia do mês de referência do faturamento.

8.4.6. Para o cálculo dos Indicadores de Nível de Serviço serão utilizados dados extraídos da solução de gerenciamento de serviços de TIC disponibilizado pela Contratante. As Metas de Nível de Serviço alcançadas ou não alcançadas serão evidenciadas pela própria solução.

8.4.7. Caso sejam verificadas divergências entre os Indicadores de Nível de Serviço apresentados pela Contratada e os Indicadores de Nível de Serviço mensurados pela ANP, essas divergências deverão ser apresentadas até o dia 5 do mês subsequente e discutidas até o dia 10. Se não houver consenso, prevalecerá o entendimento da ANP.

8.4.8. Aos Níveis de Serviço que não tiverem alcançadas as Metas de Níveis de Serviço correspondentes serão aplicadas glosas.

8.4.8.1. As glosas incidirão sobre o valor total do faturamento correspondente ao mês da mensuração dos Indicadores de Níveis de Serviço e, caso não seja possível, incidirão no faturamento do mês subsequente.

8.4.8.2. Para cada Meta de Níveis de Serviço que não for atingida, será aplicada a glosa prevista para o respectivo Indicador de Níveis de Serviço, de forma não cumulativa, sem prejuízo da aplicação cumulativamente de glosas referentes aos demais Indicadores de Níveis de Serviço.

8.4.8.3. Nos cálculos dos Indicadores de Níveis de Serviços e das glosas serão consideradas apenas as duas primeiras casas decimais, desprezando as demais casas, sem arredondamento.

8.4.9. A Contratante poderá realizar, em comum acordo com a Contratada, revisão dos Níveis de Serviço, incluindo ou alterando indicadores, metas e respectivas glosas que julgar necessários a uma melhor aferição e controle dos requisitos constantes deste termo de referência, mediante aditamento contratual.

8.4.10. Os Níveis de Serviço estabelecidos pela Contratante não desoneram a Contratada de realizar seus próprios controles nem de atender às melhores práticas de mercado referentes ao atendimento das demandas e às demais obrigações deste Termo de Referência.

8.5. Detalhamento dos Indicadores de Níveis de Serviço:

8.5.1. Indicadores de 1 a 7 – Índices de disponibilidade dos ecossistemas tecnológicos do BDEP (AM; NP; CK; ED; DG; SS; MC)

8.5.1.1. Medem o percentual de disponibilidade dos ecossistemas tecnológicos do BDEP-ANP, quais sejam: robô Hermes (AM); cluster de nuvem privada (NP); clusters kubernetes (CK); componentes críticos da esteira DevOps (ED); serviços de rede de dados geofísicos (DG); serviços *standalone* de cópia e leitura de mídias (SS); e camada de *softwares* de missão crítica (MC).

8.5.1.2. A medição será feita com base no tempo total de operação definido no mês (TTO), subtraído do tempo total de indisponibilidade no mês (TTI), para cada ecossistema tecnológico, por meio do respectivo indicador.

8.5.1.3. O tempo total de operação no mês (TTO) será definido com base no quantitativo de horas de expediente, de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, multiplicado pela quantidade de dias úteis do mês de referência. Exemplo: para um mês com 21 dias úteis, tem-se: $TTO = 189$ horas (21 dias x 9 horas/dia).

8.5.1.4. O tempo total de indisponibilidade no mês (TTI), será o somatório de todos os períodos de indisponibilidade em cada um dos indicadores de 1 a 7 ocorridos no horário de expediente, para o mês de referência.

8.5.1.5. Para efeito destes indicadores, serão considerados como período de indisponibilidade, quaisquer intervalos de tempo em que, pela ação direta ou pela ausência de ação esperada da Contratada, os recursos ou aplicações de TIC descritos no Anexo I-B e no Catálogo de Serviços – Anexo I-C, deste Termo, permaneçam completamente indisponíveis para seu(s) usuário(s), que não consegue(m) efetuar nenhuma operação no recurso ou aplicação em questão.

8.5.1.6. No cálculo dos indicadores de 1 a 7, a apuração dos resultados deverá desconsiderar períodos de indisponibilidades justificados, tais como:

- a) Períodos de interrupção previamente acordados com a Contratante;
- b) Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução dos serviços (exemplo: suprimento de energia elétrica);
- c) Indisponibilidade de acesso ao ambiente e/ou aos sistemas da rede, motivada por razões incontroláveis ou de força maior (exemplo: desastres naturais, enchentes, terremotos ou calamidade pública);
- d) Falhas da infraestrutura que não aquela sob a responsabilidade da Contratada;
- e) Falhas em serviços ou ativos de TIC que tenham sido causadas pela ação de servidores ou colaboradores da Contratante não relacionados à Contratada;
- f) Outras eventualidades ocorridas durante a execução contratual mediante justificativa devidamente fundamentada da Contratada, reconhecida pela Contratante.

8.5.2. Indicador 8 – AP – Índice de solicitações atendidas no prazo

8.5.2.1. Índice de solicitações atendidas no prazo estabelecido, observando as prioridades definidas na tabela a seguir e os respectivos critérios, quando não definidas de modo diverso no sistema eletrônico da Contratante:

Prioridade	Descrição	Critérios a serem observados para a indicação da prioridade da solicitação	Tempo de Atendimento das Solicitações - horas corridas (horário de expediente: dias úteis das 9h às 18h)
1	Muito Alta	Quando houver indisponibilidade total para usuários/sistemas ou risco imediato de perda/comprometimento de dados e informações.	Até 2 horas
2	Alta	Quando houver degradação severa, risco elevado ou falha parcial em componentes importantes.	Até 4 horas
3	Média	Quando for importante, mas sem impacto imediato. Quando não houver risco de interrupção de serviços no curto prazo.	Até 8 horas
4	Baixa	Quando a demanda for evolutiva, informativa, documental ou melhoria, sem impacto operacional.	Até 16 horas

8.5.2.2. Na hipótese de divergência quanto ao prazo proposto, a Contratada deverá apresentar justificativa técnica fundamentada. Caberá à Contratante deliberar de forma motivada, observando a viabilidade técnica, os recursos contratados e os princípios da razoabilidade e do equilíbrio econômico-financeiro.

8.5.3. Indicador 9 – NC – Índice de não conformidades no tratamento das solicitações

8.5.3.1. Serão consideradas não conformidades os seguintes itens:

- a) Solução em desacordo com padrões, normas e procedimentos definidos.
- b) Ausência de descrição da ação executada.
- c) Encaminhamento indevido da solicitação, em desacordo com os fluxos, categorias ou níveis de atendimento definidos.
- d) Encaminhamento de solicitação sem a devida descrição das ações realizadas ou da justificativa técnica para o encaminhamento.
- e) Encerramento indevido de solicitação.
- f) Acionamento inadequado de outras empresas terceirizadas prestadoras de serviços a ANP.
- g) Uso de ações protelatórias, caracterizadas pela adoção de procedimentos que tenham por finalidade ou efeito retardar injustificadamente o atendimento ou a resolução da solicitação, sem motivação técnica registrada.
- h) Ausência de registro de solicitações e ausência de registro na base de conhecimento da ANP de solução ou conhecimento produzido durante a execução do contrato.

8.5.3.2. Como a solicitação não conforme deve ser retrabalhada, os mesmos prazos serão contados novamente. Não contará como uma nova não disponibilidade.

Recebimento

8.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.23. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.23.1. A utilização dos Níveis Mínimos de Serviços para a avaliação da prestação dos serviços, sem prejuízo da aplicação concomitante de outros mecanismos para aferição da qualidade dos serviços prestados.

Liquidação

8.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.26. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.27. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.28. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.32. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.34. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), de correção monetária.

Forma de pagamento

8.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/03/2026.

- 8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

- 8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

- 9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 0,4% sobre o valor mensal do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 15 dias úteis. Após o limite de 15 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do Contrato.

2	Não atender aos indicadores de nível mínimo de serviço, estabelecidos na tabela do item 8.1. deste Termo de Referência.	Glosa, conforme faixas previstas na tabela do item 8.1. deste Termo de Referência.
3	Manter funcionário sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia, após notificação da Contratante.	0,8% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	1,6% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 5 dias úteis. Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela Contratante, por serviço e por dia.	0,4% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
6	Recusar-se a atender solicitação da Contratante, por recusa e por dia.	0,4% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de (5) % do valor total do Contrato.
7	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante, por empregado e por dia.	0,8% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 5 dias úteis. Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
8	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar dos Fiscais do Contrato, por ocorrência.	0,4% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de (5) % do valor total do Contrato.
9	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço ou não possua a qualificação exigida, após notificação da Contratante.	0,2% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de (10) dias úteis, aplicar-se-á multa de (5) % do valor total do Contrato.

10	Não indicar formalmente, de forma tempestiva, o representante da Contratada (preposto).	0,2% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 10 dias úteis. Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
11	Não registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	0,2% ao dia, sobre o valor mensal do Contrato, até o limite de 15 dias úteis. Após o limite de 15 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do Contrato.
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” do subitem 9.3, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de **15 (quinze)** dias.

9.4.4.1.1. O atraso superior a 15 (quinze) dias, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” do subitem 9.3, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c” do subitem 9.3, de **25% (vinte e cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b” do subitem 9.3, de **20% (vinte por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” do subitem 9.3, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a” do subitem 9.3, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.8. Não participar da reunião inicial: **5% (cinco por cento)** do valor mensal do contrato.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, considerando que o objeto da contratação é classificado como serviço comum.

Regime de execução

10.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Global.

10.2.1. Optou-se por escolher o regime de empreitada por preço global dado o objeto a ser contratado apresentar claramente as especificações e os quantitativos totais, fornecendo assim, aos licitantes, todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

10.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

10.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.30.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 30 (trinta) meses do fornecedor na prestação dos serviços técnicos especializados de sustentação de infraestrutura de TIC, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.30.1.2. Os serviços prestados devem abranger obrigatoriamente, no mínimo, estes tipos de serviço: administração de servidores, de storage e de banco de dados; administração de infraestrutura de redes; administração de políticas de backup.

10.30.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.30.1.4. Os atestados devem conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a ANP possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

10.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

- 10.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Critérios de Exequibilidade das Propostas

- 10.39. Não serão aceitas propostas com preços manifestamente inexequíveis.
- 10.40. A exequibilidade das propostas será avaliada conforme Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, atualizada pela Portaria nº 6.680/2024 e pela Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, poderão ser realizadas diligências para que a licitante comprove a viabilidade de sua proposta.
- 10.41. Considera-se presunção relativa de inexequibilidade, quando a proposta apresentar uma ou mais das seguintes condições:
- a) valores salariais inferiores aos valores dos Salários de Referência constantes da Tabela do item 10 deste Termo de Referência;

b) valores de Fator-K inferiores aos constantes da Tabela do item 10 deste Termo de Referência; e

c) valor total da proposta inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço estimado indicado no item 10 deste Termo de Referência.
- 10.42. A análise considerará os Salários de Referência dos perfis que integram a composição de perfis profissionais, para avaliar a exequibilidade da proposta baseada no pagamento, conforme Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, atualizada pela Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025.
- 10.43. Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexequibilidade do preço proposto, a licitante será desclassificada e será convocada a próxima classificada, respeitada a ordem de classificação do Pregão.
- 10.44. Na diligência poderá ser verificado se a empresa pratica, em contratos similares, os salários declarados.
- 10.45. Para comprovar exequibilidade, a licitante deverá apresentar justificativas fundamentadas em documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas, sendo assegurado tratamento sigiloso aos documentos, quando cabível.
- 10.46. Meras alegações, sem base documental, não constituirão elementos suficientes para comprovar a exequibilidade.
- 10.47. A Contratante poderá solicitar, a qualquer momento, documentos complementares, esclarecimentos ou memórias de cálculo, tais como:
- 10.47.1. memórias de cálculo, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade dos valores ofertados, considerando salários, encargos, custos indiretos, tributos e lucro;

10.47.2. comprovação, por meio de carteira profissional ou equivalente, de que a licitante efetivamente pratica os salários informados, para os mesmos perfis exigidos neste Termo, não sendo aceitos perfis similares.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 3.627.158,10 (três milhões, seiscentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÃO							
---------------	--	--	--	--	--	--	--

GRUPO	ITEM	CATEGORIA DE SERVIÇO	PERFIL PROFISSIONAL	NÍVEL	QTDE	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUAN-TIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
1	1	Sustentação de Infraestrutura de Aplicações	Administrador de Sistemas Operacionais	Pleno	1	27014	mês	12	13.193,66	158.323,92
			Analista de Sistemas de Automação	Júnior	1	27014	mês	12	11.625,83	139.509,96
			Analista de Sistemas de Automação	Pleno	1	27014	mês	12	17.597,95	211.175,40
			Analista de Sistemas de Automação	Sênior	1	27014	mês	12	22.340,34	268.084,08
			Especialista em Cloud	Pleno	1	27014	mês	12	23.195,33	278.343,96
			Especialista em Cloud	Pleno	1	27014	mês	12	32.952,16	395.425,92
VALOR ANUAL – 12 MESES (R\$):									1.450.863,24	
VALOR GLOBAL – 30 MESES (R\$):									3.627.158,10	

11.2. A estimativa de custo levou em consideração os custos unitários dos salários de referência, acrescido do Fator K, estabelecidos na Portaria SDG /MGI nº 6.055/2025, que atualizou a Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, tendo sido feita por meio de planilha simplificada, reproduzida abaixo:

Categoria de Serviços: Sustentação de Infraestrutura de Aplicações						
(Valores do Salário de Referência e do Fator K definidos pela Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025)						
Perfil	Salário de referência (A)	Quantidade (B)	Fator K	Custo unitário mensal por Perfil (C = A x Fator K)	Custo total mensal por Perfil (D = C x B)	
1 Administrador de Sistemas Operacionais Pleno	R\$ 6.404,69	1	2,06	R\$ 13.193,66	R\$ 13.193,66	
2 Analista de Sistemas de Automação Júnior	R\$ 5.536,11	1	2,10	R\$ 11.625,83	R\$ 11.625,83	
3 Analista de Sistemas de Automação Pleno	R\$ 8.755,20	1	2,01	R\$ 17.597,95	R\$ 17.597,95	
4 Analista de Sistemas de Automação	R\$ 11.283,00	1	1,98	R\$ 22.340,34	R\$ 22.340,34	

	Sênior					
5	Especialista em Cloud Pleno	R\$ 11.774,28	1	1,97	R\$ 23.195,33	R\$ 23.195,33
6	Especialista em Cloud Sênior	R\$ 16.985,65	1	1,94	R\$ 32.952,16	R\$ 32.952,16
CUSTO TOTAL MENSAL:						R\$ 120.905,27

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: 323031/32205;
 - II) Fonte de recursos: 1050/1052/3050;
 - III) Programa de trabalho: 25.125.3103.212K.0001;
 - IV) Elemento de despesa: 339040.21; e
 - V) Plano interno: SDT.A.001.00 – Manutenção do Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP.
- 12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 12.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 13.2. Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 13.2.1. ANEXO I-A – QUALIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS;
 - 13.2.2. ANEXO I-B – GRUPOS DE SERVIÇOS E INDICADORES (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO);
 - 13.2.3. ANEXO I-C – CATÁLOGO DE SERVIÇOS;
 - 13.2.4. ANEXO I-D – MODELO DE TERMO DE VISTORIA;
 - 13.2.5. ANEXO I-E – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;
 - 13.2.6. ANEXO I-F – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA;
 - 13.2.7. ANEXO I-G – FISCALIZAÇÃO TÉCNICA;
 - 13.2.8. ANEXO I-H – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP);

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEAN DA CRUZ LOPES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 13:28:50.

PRISCILA RAMOS BARRETO

Integrante Administrativa



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 14:29:23.

ROBERTO MOREIRA CALDEIRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:02:41.

MARCELO PAIVA DE CASTILHO CARNEIRO

Gestor da Unidade Requisitante



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:26:19.

DANIELLA CHRISTINA XAVIER DE OLIVEIRA

Autoridade Máxima da Área de TIC



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 16:08:39.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos do Termo de Referencia 142-2026.pdf (837.3 KB)

ANEXO I-A

QUALIFICAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS

Os requisitos de qualificação dos perfis profissionais descritos neste Anexo, tem como base o nível de conhecimento e experiência necessários para execução dos serviços especializados de operação, suporte e sustentação à infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP-ANP, de que trata este Termo de Referência.

1. Qualificação mínima do Administrador de Sistemas Operacionais – nível pleno.

1.1. Capacitação:

1.1.1. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; ou de qualquer curso de nível superior de graduação acrescido de certificado de curso de pós-graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de, no mínimo, 360 horas/aula, fornecidos por instituição reconhecida pelo MEC.

1.2. Experiência mínima de 3 (três) anos com:

1.2.1. Administração de sistemas operacionais Linux em ambientes corporativos de missão crítica (distribuições como Red Hat Enterprise Linux, Rocky Linux, Ubuntu Server etc.);

1.2.2. Implementação de políticas de segurança e aplicação de guias de fortalecimento (hardening) em servidores;

1.2.3. Gestão de vulnerabilidades e processos de aplicação de patches (patch management) em larga escala;

1.2.4. Desenvolvimento de scripts para automação de tarefas administrativas utilizando Shell Scripting (Bash) e/ou Python;

1.2.5. Monitoramento de performance de sistemas e análise de causa raiz (troubleshooting) de incidentes de infraestrutura;

1.2.6. Gerenciamento de sistemas de arquivos, volumes lógicos (LVM) e permissões de acesso;

1.2.7. Configuração de serviços de rede essenciais em ambiente Linux (DNS, NTP, SSH etc.).

1.3. Certificação

1.3.1. Certificação de nível *Associate* ou superior em gestão de ambientes de computação em nuvem.

2. Qualificação mínima do Analista de Sistemas de Automação – nível júnior

2.1. Capacitação:

2.1.1. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; ou de qualquer curso de nível superior de graduação acrescido de certificado de curso de pós-graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de, no mínimo, 360 horas/aula, fornecidos por instituição reconhecida pelo MEC.

2.2. Experiência mínima de 1 (um) ano com:

2.2.1. atividades de infraestrutura de TIC, operações ou desenvolvimento, com foco prático em automação;

2.2.2. infraestrutura para gestão de Banco de Dados;

2.2.3. prática em automação com linguagens de script (Bash, Python);

2.2.4. operação e manutenção de pipelines de CI/CD e no gerenciamento do ciclo de vida de imagens de contêineres;

2.2.5. implementação e manutenção de infraestrutura utilizando ferramentas de IaC;

2.2.6. containerização (Docker) e na operação básica de plataformas de orquestração;

2.2.7. configuração e operação de ferramentas de monitoramento;

2.2.8. aplicação de práticas básicas de segurança em infraestrutura;

2.2.9. execução de tarefas operacionais de gestão de bancos de dados (backups, recovery).

3. Qualificação mínima do Analista de Sistemas de Automação – nível pleno

3.1. Capacitação:

3.1.1. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; ou de qualquer curso de nível superior de graduação acrescido de certificado de curso de pós-graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de, no mínimo, 360 horas/aula, fornecidos por instituição reconhecida pelo MEC.

3.2. Experiência mínima de 3 (três) anos com:

- 3.2.1. Atividades de infraestrutura de TIC, operações ou desenvolvimento, com foco prático em automação;
- 3.2.2. Infraestrutura para gestão de Banco de Dados;
- 3.2.3. Prática em automação com linguagens de script (Bash, Python);
- 3.2.4. Operação e manutenção de pipelines de CI/CD e no gerenciamento do ciclo de vida de imagens de contêineres;
- 3.2.5. Implementação e manutenção de infraestrutura utilizando ferramentas de IaC;
- 3.2.6. Containerização (Docker) e na operação básica de plataformas de orquestração;
- 3.2.7. Configuração e operação de ferramentas de monitoramento;
- 3.2.8. Aplicação de práticas básicas de segurança em infraestrutura;
- 3.2.9. Execução de tarefas operacionais de gestão de bancos de dados (backups, recovery).

3.3. Certificação

- 3.3.1. Certificação Microsoft Azure Data Fundamentals

4. Qualificação mínima do Analista de Sistemas de Automação – nível sênior

4.1. Capacitação:

- 4.1.1. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; ou de qualquer curso de nível superior de graduação acrescido de certificado de curso de pós-graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de, no mínimo, 360 horas/aula, fornecidos por instituição reconhecida pelo MEC.

4.2. Experiência mínima de 5 (cinco) anos com:

- 4.2.1. Atividades de infraestrutura de TIC, operações ou desenvolvimento, com foco prático em automação;
- 4.2.2. Infraestrutura para gestão de Banco de Dados;
- 4.2.3. Prática em automação com linguagens de script (Bash, Python);
- 4.2.4. Operação e manutenção de pipelines de CI/CD e no gerenciamento do ciclo de vida de imagens de contêineres;
- 4.2.5. Implementação e manutenção de infraestrutura utilizando ferramentas de IaC em plataformas de orquestração de contêineres (ex: Kubernetes);
- 4.2.6. Containerização (Docker) e na operação básica de plataformas de orquestração;
- 4.2.7. Configuração e operação de ferramentas de monitoramento;
- 4.2.8. Aplicação de práticas básicas de segurança em infraestrutura;
- 4.2.9. execução de tarefas operacionais de gestão de bancos de dados (backups, recovery);
- 4.2.10. Arquitetramento e projeto de implementação de soluções de automação de infraestrutura e pipelines de CI/CD.

4.3. Certificação:

- 4.3.1. Certificação de nível *Associate* ou superior em gestão de ambientes de computação em nuvem.

5. Qualificação mínima do Especialista em Cloud – nível pleno

5.1. Capacitação:

- 5.1.1. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; ou de qualquer curso de nível superior de graduação acrescido de certificado de curso de pós-graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de, no mínimo, 360 horas/aula, fornecidos por instituição reconhecida pelo MEC.

5.2. Experiência mínima de 3 (três) anos com:

- 5.2.1. Administração de sistemas e desenvolvimento de software com foco em automação de infraestrutura;
- 5.2.2. Implementação e gerenciamento de pipelines de CI/CD, configuração de agentes e gestão do ciclo de vida de imagens de contêineres;
- 5.2.3. Administração e automação de infraestrutura utilizando ferramentas de IaC (Infraestrutura como Código);
- 5.2.4. Containerização e orquestração de aplicações (ex: Docker, Kubernetes);
- 5.2.5. Configuração e operação de ferramentas de monitoramento e observabilidade;
- 5.2.6. Implementação de práticas de segurança em ambientes de infraestrutura (Security Hardening, DevSecOps);
- 5.2.7. Gestão e operação de bancos de dados (otimização, backup, restore);
- 5.2.8. Resolução de problemas (troubleshooting) em ambientes de infraestrutura complexos;
- 5.2.9. Automação de tarefas com linguagens de script em sistemas operacionais Linux/Unix;
- 5.2.10. Administração do ecossistema IBM Spectrum (Archive, Protect, Scale), incluindo configuração de políticas, gerenciamento de backups e monitoramento de performance;
- 5.2.11. Implantação e operação de clusters Kubernetes, abrangendo deployments, serviços, ingress, RBAC, gerenciamento de recursos, scaling e health checks.

5.3. Certificação:

- 5.3.1. Certificação de nível *Associate* ou superior em gestão de ambientes de computação em nuvem.

6. Qualificação mínima do Especialista em Cloud – nível sênior

6.1. Capacitação:

6.1.1. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior de graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação; ou de qualquer curso de nível superior de graduação acrescido de certificado de curso de pós-graduação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de, no mínimo, 360 horas/aula, fornecidos por instituição reconhecida pelo MEC.

6.2. Experiência mínima de 5 (cinco) anos com:

6.2.1. Administração de sistemas e desenvolvimento de software com foco em automação de infraestrutura;

6.2.2. Implementação e gerenciamento de pipelines de CI/CD, configuração de agentes e gestão do ciclo de vida de imagens de contêineres;

6.2.3. Administração e automação de infraestrutura utilizando ferramentas de IaC (Infraestrutura como Código);

6.2.4. Containerização e orquestração de aplicações (ex: Docker, Kubernetes);

6.2.5. Configuração e operação de ferramentas de monitoramento e observabilidade;

6.2.6. Implementação de práticas de segurança em ambientes de infraestrutura (Security Hardening, DevSecOps);

6.2.7. Gestão e operação de bancos de dados (otimização, backup, restore);

6.2.8. Resolução de problemas (troubleshooting) em ambientes de infraestrutura complexos;

6.2.9. Automação de tarefas com linguagens de script em sistemas operacionais Linux/Unix;

6.2.10. Administração do ecossistema IBM Spectrum (Archive, Protect, Scale), incluindo configuração de políticas, gerenciamento de backups e monitoramento de performance;

6.2.11. Implantação e operação de clusters Kubernetes, abrangendo deployments, serviços, ingress, RBAC, gerenciamento de recursos, scaling e health checks.

6.3. Certificação:

6.3.1. Certificação de nível *Associate* ou superior em gestão de ambientes de computação em nuvem.

ANEXO I-B
GRUPOS DE SERVIÇOS E INDICADORES (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)

GRUPOS DE SERVIÇOS			
Grupo de Serviços		Descrição	Resultados Esperados
1	Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores	Assegurar, atualizar e padronizar toda a base de servidores (físicos e virtuais) desde a sua instalação até o seu descomissionamento.	Garantir a estabilidade e a confiabilidade da fundação computacional sobre a qual todas as aplicações e sistemas críticos do BDEP operam.
2	Segurança, Fortalecimento e Conformidade	Aplicar e auditar continuamente as configurações de segurança em todos os sistemas, gerenciar e administrar identidades e corrigir vulnerabilidades para proteger a infraestrutura contra ameaças.	Proteger a integridade e a confidencialidade dos dados estratégicos de E&P, garantindo a conformidade com as políticas de segurança e minimizando a exposição a riscos cibernéticos.
3	Automação de Tarefas Operacionais	Desenvolver, manter e executar scripts para automatizar tarefas administrativas e operacionais repetitivas, como checagens de saúde do sistema, rotação de logs, aplicação de configurações em escala e outras rotinas manuais.	Aumentar a eficiência operacional, reduzir o risco de erro humano em tarefas rotineiras e aumentar a eficiência operacional da equipe técnica.
4	Monitoramento e Análise de Performance	Monitorar continuamente os indicadores de desempenho da infraestrutura (CPU, memória, I/O, latência de rede), analisar os dados para identificar gargalos e implementar otimizações para garantir a performance das aplicações.	Assegurar que os sistemas críticos do BDEP operem com a máxima performance, otimizando o uso dos recursos tecnológicos, melhorando a experiência do usuário e fornecendo dados essenciais para o planejamento de capacidade futura.
5	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	Recepcionar, diagnosticar e resolver todos os incidentes e requisições de serviços relacionadas à infraestrutura, garantindo o restabelecimento das operações.	Minimizar o impacto de falhas técnicas nas atividades finalísticas do BDEP, assegurando uma resposta rápida e eficaz a qualquer evento que afete a disponibilidade dos sistemas.
6	Execução e Manutenção da Esteira CI/CD	Operar, manter e otimizar a esteira de integração e entrega contínua (CI/CD), garantindo que os processos de build, teste e deploy de aplicações sejam executados de forma rápida, confiável e segura.	Aumentar a qualidade das aplicações, reduzindo o tempo entre o desenvolvimento de uma nova funcionalidade e sua disponibilização para os usuários finais, ao mesmo tempo em que se minimiza o risco de falhas em produção.
7	Automação de Infraestrutura e IaC	Traduzir a arquitetura da infraestrutura em código (IaC), para desenvolver e manter conjunto de manifestos necessários para o funcionamento dos hosts que suportam os serviços e automação que provisionam e configuram o ambiente de forma padronizada.	Eliminar erros manuais, garantir a consistência entre os ambientes (desenvolvimento, homologação, produção) e permitir o provisionamento rápido e auditável de novos recursos.
8	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	Sustentar a infraestrutura que executa os fluxos de processos automatizados que são empregados na validação, ingestão, controle de qualidade e processamento dos dados técnicos de E&P.	Garantir a integridade e a qualidade dos dados que entram no acervo do BDEP, automatizando os processos de verificação e preparação para acelerar a sua disponibilização para análise.
9	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	Automatizar e administrar a infraestrutura de armazenamento de larga escala, incluindo as políticas de backup (Protect), arquivamento (Archive) e acesso de alta performance (Scale).	Garantir a preservação, a segurança e a disponibilidade do acervo de dados do BDEP, otimizando os recursos e assegurando a capacidade de recuperação em caso de desastre.
10	Operação de Ambientes de Contêineres	Prover o suporte operacional para as aplicações que rodam na plataforma de orquestração, auxiliando as equipes de desenvolvimento no diagnóstico e resolução de problemas de performance, conectividade e estabilidade.	Assegurar a confiabilidade e o desempenho das aplicações modernas e containerizadas, maximizando o retorno sobre o investimento em novas tecnologias e garantindo que os serviços críticos de análise de dados estejam sempre disponíveis para o negócio.
11	Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas	Desenvolver e manter scripts e ferramentas para automatizar tarefas operacionais, sustentar ambientes de análise e administrar a infraestrutura de serviços especializados.	Aumentar a eficiência operacional da equipe técnica e das áreas de negócio, customizando a automação para atender às necessidades específicas do fluxo de trabalho com dados técnicos.
12	Colaboração e Documentação	Manter a documentação técnica do ambiente atualizada e colaborar com as equipes para homologar novas ferramentas, garantindo a transferência de conhecimento e a integração de novas soluções.	Preservar o conhecimento sobre a infraestrutura crítica do BDEP, reduzir a dependência de indivíduos e facilitar a integração de novas tecnologias e projetos de forma segura e padronizada.

13	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização	Administrar a plataforma de nuvem privada, garantindo a alta disponibilidade dos clusters, o provisionamento eficiente de recursos e a sustentação dos ambientes virtualizados.	Prover uma infraestrutura moderna, elástica e resiliente, capaz de suportar as demandas de processamento e análise de dados com alta performance e continuidade operacional.
14	Infraestrutura como código IaC e Automação de Ambientes	Traduzir a arquitetura da infraestrutura em código (IaC), para desenvolver e manter conjunto de manifestos necessários para o funcionamento dos hosts que suportam os serviços e automação que provisionam e configuram o ambiente de forma padronizada.	Garantir a consistência e a auditabilidade de toda a infraestrutura, eliminando desvios de configuração e erros manuais, o que permite a criação e recriação de ambientes de forma rápida, confiável e segura.
15	Containerização e Orquestração	Administrar todo o ciclo de vida dos ambientes de contêineres, desde a segurança das imagens até a orquestração e otimização de recursos.	Acelerar a entrega e a modernização das aplicações de análise de dados, permitindo o desenvolvimento ágil e a operação escalável de microsserviços.
16	Sustentação da Esteira de CI/CD e Práticas DevOps	Manter e otimizar a esteira de integração e entrega contínua de (CI/CD), garantindo que os processos de build, teste e deploy de aplicações sejam rápidos, confiáveis e seguros.	Aumentar a agilidade e a qualidade das entregas de software, reduzindo o tempo entre o desenvolvimento de uma nova funcionalidade e sua disponibilização para os usuários finais.
17	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos	Sustentar a infraestrutura de conectividade e integração que permite que as aplicações de análise de dados acessem e processem as informações de forma segura.	Assegurar que as ferramentas de análise e os sistemas de parceiros possam se conectar e consumir os dados do BDEP de maneira performática e segura, viabilizando o ecossistema de dados.
18	Monitoramento, Observabilidade e Segurança	Implementar e manter uma plataforma unificada que forneça visibilidade completa sobre a saúde, o desempenho e a postura de segurança de toda a infraestrutura, através da coleta e análise de métricas, logs, traces e eventos de segurança.	Garantir a estabilidade e resiliência do ambiente do BDEP, permitindo a detecção proativa de falhas, a otimização de performance e a resposta rápida a incidentes de segurança, protegendo assim a continuidade das operações e a integridade dos dados.
19	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	Realizar análise proativa do ambiente, planejar a capacidade futura, otimizar o uso de recursos, homologar novas tecnologias e monitorar o ciclo de vida dos ativos.	Garantir que a infraestrutura não se torne obsoleta, evoluindo continuamente para suportar as futuras demandas do negócio e otimizar os investimentos em tecnologia.

INDICADORES (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)			
Nº	Sigla	Nome	Principais aplicações
1	AM	Índice de Disponibilidade do Ambiente de Armazenamento Massivo	Robô Hermes, IBM Spectrum Suite
2	NP	Índice de Disponibilidade do Cluster de Nuvem Privada	Nutanix, AHV
3	CK	Índice de Disponibilidade dos Clusters Kubernetes	Produção e homologação via Karbon
4	ED	Índice de Disponibilidade dos Componentes Críticos da Esteira DevOps	GitLab, Harbor
5	DG	Índice de Disponibilidade dos Serviços da Rede de Dados Geofísicos	RDG
6	SS	Índice de Disponibilidade dos Serviços Standalone	Estações de cópia e leitura de mídias
7	IC	Índice de Disponibilidade da Camada de Softwares de Missão Crítica	GeoMaps, Ebid, SisRoc etc
8	AP	Índice de Solicitações Atendidas no Prazo	
9	NC	Índice de Não Conformidades no Tratamento das Solicitações	

ANEXO I-C
CATÁLOGO DE SERVIÇOS

Legenda: AM = Ambiente de Armazenamento Massivo; NP = Cluster de Nuvem Privada; CK = Clusters Kubernetes; ED = Componentes da Esteira DevOps; DG = Rede de Dados Geofísicos; SS = Serviços Standalone; MC = Softwares de Missão Crítica; AP = Solicitações Atendidas no Prazo; NC = Não Conformidade das Solicitações.

CATÁLOGO DE SERVIÇOS											
Item	Descrição da Atividade	Grupo de Serviços	Indicadores (Níveis Mínimos de Serviço)								
			AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
1	Monitoramento de Servidores em Ambiente Híbrido: Administrar o ciclo de vida de servidores físicos e virtuais, incluindo instalação, configuração e descomissionamento.	Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
2	Manutenção de Imagens de Sistema Operacional (Golden Images): Criar, atualizar e gerenciar imagens padronizadas de sistemas operacionais para garantir provisionamento rápido e seguro	Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
3	Administração de Repositórios de Pacotes de Software: Administrar repositórios internos para controlar a distribuição e o versionamento de pacotes e dependências de software	Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
4	Instalação e Configuração de Ativos de Infraestrutura: Realizar a implementação física e lógica de novos servidores, storages e outros componentes	Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
5	Monitoramento do Ciclo de Vida de Sistemas Operacionais: Planejar e executar o processo de atualização de versões maiores (upgrade) de sistemas operacionais	Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
6	Administração de Identidades e Acesso à Infraestrutura: Administrar contas, perfis e políticas de acesso aos recursos, aplicando o princípio do menor privilégio	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
7	Análise de Vulnerabilidades da Infraestrutura: Executar varreduras e análises para identificar vulnerabilidades de segurança em sistemas e softwares	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
8	Aplicação de Correções de Segurança (Patch Management): Planejar e executar a aplicação de patches de segurança em sistemas operacionais e softwares de base	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
9	Análise de Logs para Auditoria e Segurança: Realizar a análise de logs de sistema e segurança para fins de auditoria, conformidade e investigação de atividades suspeitas	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
10	Análise de Conformidade de Configurações (Compliance): Auditar periodicamente as configurações dos ativos de infraestrutura contra baselines de segurança e políticas internas	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
11	Aplicação de Guias de Fortalecimento de Sistemas (Hardening): Implementar configurações de segurança recomendadas para reduzir a superfície de ataque em sistemas operacionais e softwares	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
12	Auditoria de Matriz de Acesso a Dados: Realizar revisões periódicas das permissões de acesso aos repositórios de dados para garantir a conformidade com as políticas de segurança	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM						MC	AP	NC
13	Desenho de Modelos de Permissões (Role-Based Access Control): Estruturar e documentar perfis de acesso baseados em funções para novos sistemas e plataformas	Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
14	Desenvolvimento e Manutenção de Scripts de Automação: Criar, otimizar e manter scripts para automatizar tarefas operacionais e rotinas administrativas (focadas no âmbito do sistema operacional)	Automação de Tarefas Operacionais	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC

15	Monitoramento Contínuo da Saúde da Infraestrutura: Acompanhar os dashboards e alertas para garantir a saúde dos componentes do ambiente (com foco na configuração de agentes e na análise de performance em nível de sistema operacional)	Monitoramento e Análise de Performance	AM	NP	CK	ED	RG	SS	MC	AP	NC
16	Triagem e Qualificação de Chamados Técnicos: Recepcionar, registrar e classificar as solicitações de serviço e incidentes com base no impacto e urgência	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
17	Atendimento a Requisições de Serviço: Executar solicitações de serviço padronizadas, como provisionamento de recursos ou concessão de acesso	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
18	Gestão da Base de Conhecimento: Registrar as soluções de incidentes e problemas, alimentando uma base de conhecimento para otimizar atendimentos futuros	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
19	Diagnóstico de Incidentes de Infraestrutura: Investigar a causa raiz de falhas e anomalias em servidores, redes, armazenamento e plataformas	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
20	Resolução de Incidentes e Restabelecimento de Serviços: Aplicar as ações de contorno e soluções definitivas para restabelecer os serviços afetados no menor tempo possível	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
21	Análise de Logs para Diagnóstico de Falhas (Debug): Analisar detalhadamente os logs de sistema e aplicações para identificar a origem de erros e comportamentos inesperados	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
22	Manutenção e Otimização da Esteira CI/CD: Sustentar e aprimorar a performance dos agentes e das ferramentas que compõem a esteira de integração e entrega contínua	Execução e Manutenção da Esteira CI/CD				ED				AP	NC
23	Administração de Infraestrutura como Código (IaC): Desenvolver e manter os códigos declarativos para provisionamento e configuração automatizada da infraestrutura	Automação de Infraestrutura e IaC		NP	CK	ED			MC	AP	NC
24	Automação de Relatórios Operacionais: Desenvolver scripts e rotinas para gerar e distribuir relatórios de status, consumo e conformidade da infraestrutura	Automação de Infraestrutura e IaC	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
25	Manutenção de Playbooks de Automação: Codificar e manter os manuais de execução (playbooks) para ferramentas de automação e gestão de configuração	Automação de Infraestrutura e IaC		NP	CK	ED			MC	AP	NC
26	Sustentação da Infraestrutura para Workflows de Validação de Dados: Garantir a disponibilidade e o desempenho dos servidores e sistemas que executam as rotinas automatizadas de validação de conformidade dos dados técnicos recebidos	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	AM	NP				SS	MC	AP	NC
27	Administração da Infraestrutura de Ingestão e Catalogação de Dados: Administrar a plataforma (servidores, storage, bancos de dados) que suporta os processos de carregamento e registro de metadados no acervo do BDEP	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	AM	NP					MC	AP	NC
28	Administração da Infraestrutura de Alto Desempenho para Processamento Geofísico: Administrar os clusters de computação e o storage de alta performance utilizados nos pipelines de processamento de dados sísmicos e de poços	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	AM	NP					MC	AP	NC
29	Operação da Infraestrutura para Rotinas de Controle de Qualidade (QC): Assegurar o funcionamento da infraestrutura subjacente (agendadores, scripts, servidores) que executa os procedimentos de verificação de qualidade dos dados	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	AM	NP					MC	AP	NC
30	Administração da Infraestrutura para Geração e Entrega de Pacotes de Dados: Sustentar a plataforma automatizada responsável por compilar, empacotar e disponibilizar conjuntos de dados para entrega, além de manter bases de metadados do BDEP atualizado	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	AM	NP					MC	AP	NC
31	Administração da Infraestrutura das Ferramentas de Governança de Metadados: Garantir a disponibilidade e a manutenção dos servidores e bancos de dados que hospedam os sistemas de gerenciamento de taxonomia e metadados do BDEP	Automação para Manipulação de Dados Técnicos							MC	AP	NC
32	Sustentação da Infraestrutura para Execução de Rotinas de Dados: Garantir a disponibilidade dos recursos computacionais (servidores, contêineres) onde são executados processos de anonimização ou transformação de dados	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	AM	NP					MC	AP	NC
33	Sustentação de Ambientes de Análise com Ferramentas de Geoprocessamento: Administrar e manter a infraestrutura de hardware e software dos ambientes virtualizados (desktops virtuais, servidores de aplicação) disponibilizados para as equipes de análise geoespacial, bem como automações para o controle de qualidade dos dados geoespaciais	Automação para Manipulação de Dados Técnicos							MC	AP	NC

34	Administração de Ativos de Rede: Configurar e administrar os componentes da infraestrutura de rede (LAN/SAN) para garantir a conectividade e o desempenho	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
35	Administração de Pools e Tiers de Armazenamento: Gerenciar os diferentes níveis (tiers) de armazenamento de dados, otimizando a alocação de acordo com a performance e o custo	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
36	Execução de Movimentação de Dados: Realizar a transferência de dados entre diferentes sistemas de armazenamento ou localidades, conforme solicitação	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
37	Desenho e Administração de Políticas de Backup: Definir, implementar e revisar as políticas de cópias de segurança e retenção de dados	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
38	Monitoramento e Validação de Rotinas de Backup: Acompanhar a execução das rotinas de backup, validar sua integridade e atuar em caso de falhas	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
39	Execução de Testes de Restauração de Dados: Realizar testes periódicos para validar a eficácia e o tempo de recuperação dos backups	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
40	Planejamento de Testes de Recuperação de Desastres (DR Drill): Elaborar os planos e roteiros para a execução de testes que simulam cenários de desastre	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
41	Execução de Testes de Recuperação de Desastres: Conduzir os exercícios de DR para validar o plano de continuidade de negócios e a capacidade de recuperação do ambiente	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
42	Administração de Mídias Físicas de Dados: Administrar o inventário, o armazenamento seguro e o transporte de mídias físicas (fitas, discos) utilizadas para backup ou intercâmbio de dados	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM					SS		AP	NC
43	Execução de Rotinas de Descarte Seguro de Dados: Realizar o expurgo de dados em mídias físicas ou lógicas utilizando métodos que impeçam a recuperação, em conformidade com as políticas de retenção	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM					SS		AP	NC
44	Administração de Cotas de Armazenamento: Implementar e administrar as políticas de cotas de uso de storage para usuários e aplicações	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
45	Planejamento de Migração de Dados entre Tiers de Armazenamento: Elaborar e executar planos para mover dados entre diferentes categorias de armazenamento (ex: de alta performance para arquivamento)	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM							AP	NC
46	Sustentação da Infraestrutura para Projetos de Migração de Dados: Fornecer e administrar os recursos de infraestrutura temporários ou permanentes necessários para a execução de projetos de saneamento e migração de dados	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM	NP					MC	AP	NC

47	Administração da Infraestrutura de Redes para Transferência Segura de Dados: Administrar os equipamentos de rede, firewalls e links de comunicação dedicados ao intercâmbio de dados com parceiros da indústria	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum						DG			AP	NC
48	Implementação de Controles de Acesso na Infraestrutura de Armazenamento: Aplicar e auditar as políticas de permissão em nível de storage (ACLs, compartilhamentos) para garantir o acesso seguro aos dados de E&P	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM					SS			AP	NC
49	Otimização da Infraestrutura de Armazenamento para Dados Sísmicos: Aplicar e administrar, na camada de infraestrutura, as políticas de tiering e compressão para otimizar o custo e o desempenho do armazenamento de dados de grande volume	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM								AP	NC
50	Otimização da Infraestrutura de Computação Paralela: Administrar e ajustar a configuração dos clusters para maximizar a performance de aplicações de processamento sísmico e outras cargas de trabalho paralelas	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum		NP						MC	AP	NC
51	Implementação de Políticas de Ciclo de Vida na Infraestrutura de Armazenamento: Configurar, nos sistemas de storage, as regras automatizadas para movimentação e expurgo de dados, em conformidade com as políticas de retenção	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	AM								AP	NC
52	Manutenção de Imagens de Sistema Operacional (Golden Images): Criar, atualizar e administrar imagens padronizadas de sistemas operacionais para garantir provisionamento rápido e seguro	Operação de Ambientes de Contêineres	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
53	Troubleshooting de Aplicações Containerizadas: Apoiar as equipes de desenvolvimento no diagnóstico de problemas de performance, conectividade e estado de aplicações na plataforma de orquestração	Operação de Ambientes de Contêineres			CK					MC	AP	NC
54	Desenvolvimento e Manutenção de Scripts de Automação: Criar, otimizar e manter scripts para automatizar tarefas operacionais e rotinas administrativas	Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
55	Manutenção da Infraestrutura de Ambientes de Análise para Geocientistas: Sustentar as configurações de hardware e software dos ambientes virtuais disponibilizados para as equipes de análise, garantindo performance e estabilidade	Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas		NP						MC	AP	NC
56	Administração da Infraestrutura de Ambientes "Sandbox": Administrar os recursos computacionais e de armazenamento dedicados aos ambientes de experimentação, garantindo o isolamento e a segurança	Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas		NP						MC	AP	NC
57	Administração da Infraestrutura de Servidores de Mapas Geoespaciais: Sustentar os servidores e os serviços responsáveis pela publicação e disponibilização de dados georreferenciados	Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas								MC	AP	NC
58	Sustentação da Infraestrutura de Automação para Fluxos de Solicitação: Garantir o funcionamento dos servidores e conectores que suportam os workflows de automação (ex: Power Automate) integrados a portais (ex: SharePoint)	Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas								MC	AP	NC
59	Elaboração de Documentação Técnica: Criar e manter a documentação de procedimentos operacionais, configurações de ambiente e topologias	Colaboração e Documentação	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
60	Homologação de Infraestrutura para Novas Ferramentas de Análise: Preparar ambientes e realizar testes para validar o impacto e a compatibilidade de novas ferramentas de E&P com a infraestrutura existente.	Colaboração e Documentação		NP						MC	AP	NC
61	Administração da Plataforma de Nuvem Privada: Sustentar a plataforma de virtualização e hiperconvergência, garantindo sua saúde, estabilidade e segurança	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP	CK					MC	AP	NC
62	Administração de Clusters de Alta Disponibilidade: Configurar, manter e otimizar os clusters que garantem a resiliência e a continuidade dos serviços	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP	CK					MC	AP	NC

63	Provisionamento de Recursos de Infraestrutura: Atender às demandas de provisionamento de máquinas virtuais e outros recursos computacionais na nuvem privada	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP							AP	NC
64	Ciclo de Vida da Plataforma de Virtualização: Planejar e executar as atualizações de firmware, hipervisores e software de gerenciamento da plataforma	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP	CK					MC	AP	NC
65	Administração de Serviços de Diretório e Autenticação: Administrar a integração da infraestrutura com os serviços de autenticação centralizada	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP	CK					MC	AP	NC
67	Sustentação da Infraestrutura de Virtualização para Aplicações de Análise de E&P: Manter o ambiente virtualizado (VMs e contêineres) onde as ferramentas de software para análise e interpretação de dados são executadas	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP						MC	AP	NC
67	Manutenção da Infraestrutura de Ambientes de Análise para Geocientistas: Sustentar as configurações de hardware e software dos ambientes virtuais disponibilizados para as equipes de análise, garantindo performance e estabilidade	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP						MC	AP	NC
68	Sustentação da Infraestrutura de Servidores para Plataformas de Visualização: Administrar os servidores de alta capacidade gráfica e de processamento que suportam os softwares de modelagem geológica e visualização 3D	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização		NP						MC	AP	NC
69	Administração de Infraestrutura como Código (IaC): Desenvolver e manter os códigos declarativos para provisionamento e configuração automatizada da infraestrutura	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes		NP	CK	ED				MC	AP	NC
70	Levantamento de Requisitos para Novos Projetos: Participar de reuniões para levantar os requisitos técnicos de infraestrutura para novas soluções	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
71	Desenho de Soluções de Infraestrutura: Projetar a arquitetura de infraestrutura para novos projetos, considerando performance, segurança e custo	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC		
72	Elaboração de Planos de Ação para Implantações: Detalhar o cronograma, as etapas e os recursos necessários para a execução de projetos de infraestrutura	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
73	Implantação de Ambientes Não Produtivos: Executar a montagem e configuração dos ambientes de teste e homologação para novos projetos	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
74	Validação e Promoção para o Ambiente Produtivo: Realizar a implantação de novas soluções em produção, após validação nos ambientes inferiores	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
75	Automação de Rotinas de Provisionamento para Análise de Dados: Desenvolver e manter scripts para a criação rápida de ambientes de infraestrutura padronizados para projetos de análise de dados	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes		NP						MC	AP	NC
76	Estruturação de Infraestrutura para Provas de Conceito (PoC): Provisionar e configurar ambientes de infraestrutura isolados para a realização de testes e avaliações de novas tecnologias de dados	Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
77	Administração de Identidades e Acesso à Infraestrutura: Administrar contas, perfis e políticas de acesso aos recursos, aplicando o princípio do menor privilégio (com foco na plataforma de nuvem privada, serviços e orquestrador).	Containerização e Orquestração		NP	CK					MC	AP	NC
78	Administração da Plataforma de Orquestração de Contêineres: Sustentar o ambiente de orquestração, garantindo sua disponibilidade, performance e segurança.	Containerização e Orquestração			CK						AP	NC
79	Monitoramento do Ciclo de Vida do Orquestrador: Planejar e executar as atualizações e a evolução da plataforma de contêineres.	Containerização e Orquestração			CK						AP	NC
80	Administração do Registro de Imagens de Contêineres: Gerenciar o repositório central, controlando o ciclo de vida e a segurança das imagens.	Containerização e Orquestração			CK	ED					AP	NC

81	Roteamento de Tráfego para Aplicações: Administrar, configurar e manter os componentes de ingresso de tráfego, balanceamento de carga e roteamento para as aplicações.	Containerização e Orquestração			CK					MC	AP	NC
82	Certificados Digitais: Administrar o ciclo de vida dos certificados TLS/SSL para garantir a comunicação segura das aplicações.	Containerização e Orquestração			CK					MC	AP	NC
83	Acesso Baseado em Perfis (RBAC) no Orquestrador: Administrar, configurar e auditar as políticas de permissão para usuários e serviços na plataforma de contêineres.	Containerização e Orquestração			CK						AP	NC
84	Análise de Segurança em Imagens de Contêineres: Implementar e operar ferramentas para varredura de vulnerabilidades em imagens de contêineres no registro central.	Containerização e Orquestração			CK	ED					AP	NC
85	Políticas de Rede para Contêineres: Configurar e manter as políticas que definem como os contêineres e serviços se comunicam entre si e com o exterior.	Containerização e Orquestração			CK						AP	NC
86	Configurações e Segredos: Administrar o armazenamento e a injeção segura de variáveis de configuração e credenciais (secrets) para as aplicações.	Containerização e Orquestração			CK						AP	NC
87	Implementação de Service Mesh: Instalar e configurar uma malha de serviços (service mesh) para gerenciar a comunicação, a segurança e a observabilidade entre microserviços.	Containerização e Orquestração			CK					MC	AP	NC
88	Ingress Controllers e API Gateways: Administrar os componentes que gerenciam o tráfego de entrada, o roteamento de APIs e a aplicação de políticas de acesso.	Containerização e Orquestração			CK					MC	AP	NC
89	Otimização de Recursos em Clusters de Contêineres: Analisar e ajustar os limites e solicitações (limits/requests) de recursos para otimizar a densidade e a estabilidade do cluster.	Containerização e Orquestração			CK						AP	NC
90	Manutenção e Otimização da Esteira CI/CD: Sustentar e aprimorar a performance dos agentes e das ferramentas que compõem a esteira de integração e entrega contínua	Sustentação da Esteira de CI/CD e Práticas DevOps				ED					AP	NC
91	Criação de Pacotes de Implantação (Templates): Desenvolver e gerenciar templates e pacotes padronizados para o deployment automatizado de aplicações	Sustentação da Esteira de CI/CD e Práticas DevOps				ED					AP	NC
92	Integração de Segurança na Esteira CI/CD (DevSecOps): Implementar e administrar ferramentas de análise de segurança automatizada (SAST/DAST) nos pipelines de desenvolvimento	Sustentação da Esteira de CI/CD e Práticas DevOps				ED					AP	NC
93	Administração de Pools e Tiers de Armazenamento: Administrar os diferentes níveis (tiers) de armazenamento de dados, otimizando a alocação de acordo com a performance e o custo.	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos	AM								AP	NC
94	Análise e Otimização da Performance da Infraestrutura de Bancos de Dados: Monitorar e otimizar a camada de infraestrutura (servidores, storage, rede) que suporta os bancos de dados geocientíficos, visando a eficiência das consultas.	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos								MC	AP	NC
95	Sustentação da Infraestrutura para Serviços de Integração de Dados: Sustentar a plataforma (servidores de aplicação, barramento de serviços) onde os conectores e APIs para integração de dados geográficos são executados.	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos		NP						MC	AP	NC
96	Diagnóstico de Falhas de Infraestrutura a partir de Anomalias em Dados: Investigar problemas de infraestrutura (corrupção em storage, falhas de rede) que se manifestam como inconsistências ou erros de acesso aos dados.	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos	AM	NP	CK	ED	DG	SS		MC	AP	NC
97	Administração da Infraestrutura de Interoperabilidade entre Sistemas: Manter os gateways, proxies e servidores de API que permitem a comunicação segura e eficiente entre os sistemas do BDEP e plataformas externas.	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos		NP			DG			MC	AP	NC
98	Homologação de Drivers e Conectores na Infraestrutura de Servidores: Validar e instalar, nos servidores de aplicação, os drivers necessários para a conectividade segura e performática com diversas fontes de dados.	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos		NP						MC	AP	NC
99	Configuração de Políticas de Microsegmentação de Rede: Implementar e gerenciar regras de firewall distribuído para isolar cargas de trabalho e proteger o ambiente interno.	Monitoramento, Observabilidade e Segurança		NP	CK					MC	AP	NC
100	Implementação da Pilha de Observabilidade: Sustentar as ferramentas de monitoramento, coleta de logs e tracing para o ambiente de contêineres e microserviços.	Monitoramento, Observabilidade e Segurança		NP	CK					MC	AP	NC
101	Análise de Tracing de Aplicações para Otimização: Utilizar ferramentas de tracing distribuído para analisar o fluxo de requisições e identificar pontos de lentidão em microserviços.	Monitoramento, Observabilidade e Segurança		NP						MC	AP	NC

102	Criação de Dashboards de Monitoramento Personalizados: Desenvolver painéis de visualização (dashboards) customizados para aplicações ou áreas de negócio específicas.	Monitoramento, Observabilidade e Segurança	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
103	Configuração de Alertas Correlacionados: Implementar regras de alerta inteligentes que correlacionam eventos de diferentes fontes para reduzir ruído e acelerar a detecção de incidentes.	Monitoramento, Observabilidade e Segurança	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
104	Integração de Ferramentas via API: Desenvolver integrações entre diferentes ferramentas de gestão e monitoramento para centralizar a visibilidade e o controle.	Monitoramento, Observabilidade e Segurança	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
105	Administração da Infraestrutura de Coleta e Análise de Logs para Auditoria: Manter a plataforma centralizada de logs que coleta e armazena os registros de acesso à infraestrutura que hospeda os dados sensíveis.	Monitoramento, Observabilidade e Segurança	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
106	Interação Técnica com Fornecedores: Atuar como interface técnica junto a fornecedores para solução de incidentes, consultas e acompanhamento de chamados.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
107	Elaboração de Termos Técnicos para Aquisições e Contratações de TIC: Auxiliar na elaboração de termos de referência e desenvolvimento de especificações técnicas e requisitos funcionais para a contratação de novas soluções de hardware, de software, e de serviços de TIC	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
108	Análise Proativa e Otimização de Recursos: Monitorar o consumo de recursos da infraestrutura para identificar oportunidades de otimização e melhoria de performance.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
109	Planejamento de Capacidade da Infraestrutura: Analisar tendências de uso e prever necessidades futuras de computação, armazenamento e rede para suportar o crescimento do negócio.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
110	Desenho e Administração de Políticas de Backup: Definir, implementar e revisar as políticas de cópias de segurança e retenção de dados (com foco no desenho estratégico das políticas de backup e retenção, alinhado às necessidades do negócio e capacidades da plataforma).	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM							AP	NC
111	Elaboração de Relatórios Técnicos E: Elaborar pareceres e estudos técnicos necessários para resolução de demandas e de projetos, consolidar e apresentar indicadores de desempenho, capacidade e disponibilidade da infraestrutura para a gestão.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
112	Monitoramento do Ciclo de Vida de Ativos de Infraestrutura: Controlar o ciclo de vida de hardware e software, desde a aquisição até o descomissionamento, planejando atualizações e substituições.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
113	Análise de Performance de I/O de Storage: Investigar e otimizar o desempenho de entrada e saída (I/O) dos sistemas de armazenamento para solucionar gargalos.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP						AP	NC
114	Revisão de Alocação de Recursos Computacionais: Analisar a alocação de CPU e memória em máquinas virtuais e contêineres, recomendando ajustes para otimizar o uso e o custo.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua		NP	CK				MC	AP	NC
115	Análise de Consumo de Recursos de Rede: Monitorar o tráfego e a utilização de banda para identificar gargalos e planejar a evolução da capacidade da rede.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
116	Otimização de Rotinas de Backup: Revisar e ajustar os jobs de backup para melhorar a performance, reduzir janelas de execução e otimizar o consumo de recursos.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM							AP	NC
117	Homologação de Novas Versões de Software de Base: Realizar testes funcionais e de performance para validar e homologar novas versões de softwares da infraestrutura.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
118	Monitoramento da Performance da Infraestrutura para Cumprimento de NMS: Acompanhar os indicadores de desempenho da infraestrutura (latência de disco, uso de rede) que impactam diretamente os NMS de disponibilidade e acesso aos dados.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC
119	Planejamento de Janelas de Manutenção na Infraestrutura da SDT: Gerenciar o cronograma de intervenções técnicas na infraestrutura (atualizações, manutenções) para minimizar o impacto sobre a disponibilidade dos Sistemas de Dados Técnicos.	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	AM	NP	CK	ED	DG	SS	MC	AP	NC

MODELO DE TERMO DE VISTORIA**DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DOS SERVIÇOS**

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2025, que eu, _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, Responsável Técnico da empresa _____, estabelecida no(a) _____ como seu(ua) representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e vistoriei o local onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições dos softwares e grau de dificuldade existentes.

Local e data:

Representante da empresa licitante

Visto:

Representante da ANP

Observação:

1) Emitir em papel/documento que identifique a licitante.

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO****INTRODUÇÃO**

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO Nº<nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

- I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até

culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE> , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

<div>CONTRATADA</div> <div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>	<div>CONTRATANTE</div> <div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: xxxxxxxx</div></div>		
<div>TESTEMUNHAS</div> <table><tr><td><div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div></td><td><div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div></td></tr></table>		<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>	<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>
<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>	<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>		

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

_____ <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o item 8 deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

3.1. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.2. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

3.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

3.4. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada de que trata o item 3.

3.5. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

ANEXO I-H

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1. Informações Básicas

Categoria do objeto: Contratações de TIC

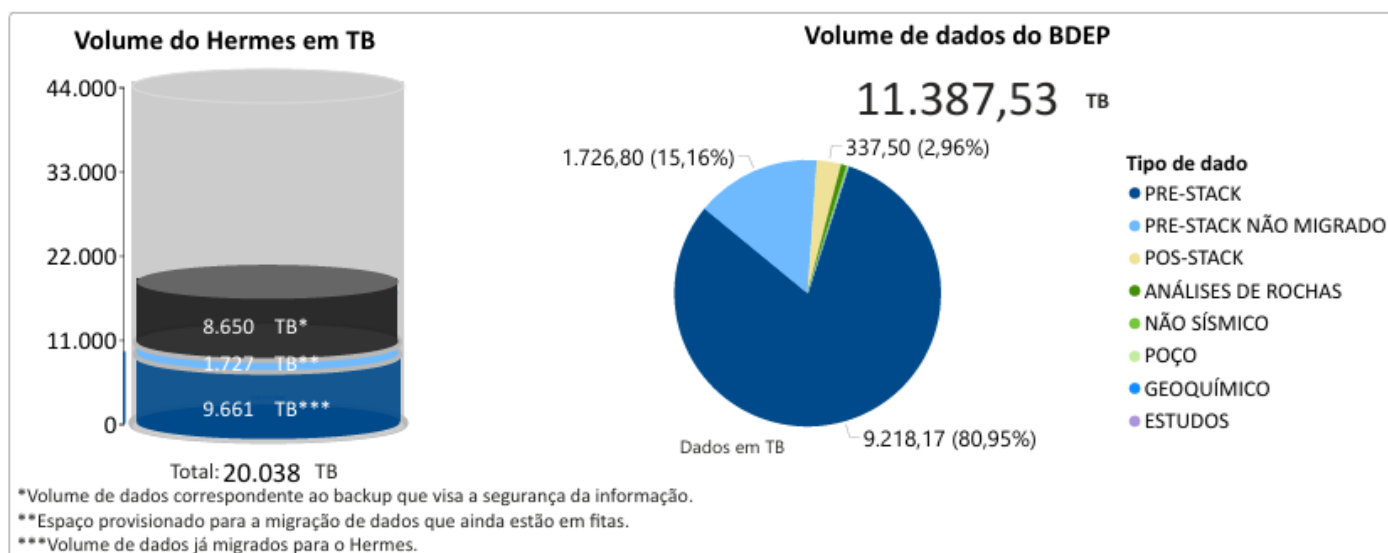
Processo Administrativo: 48610.230384/2024-17

NECESSIDADE

2. Descrição da necessidade

A Superintendência de Dados Técnicos (SDT) é responsável pela coleta, manutenção e gestão dos dados técnicos de Exploração e Produção (E&P) provenientes das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares brasileiras, os quais são considerados parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.478, de 1997.

Esses dados técnicos são armazenados, geridos e disponibilizados por meio do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), repositório oficial do acervo de dados técnicos de E&P da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O BDEP encontra-se em operação contínua desde o ano de 2000 e, atualmente, armazena um volume aproximado de 11 petabytes de dados técnicos, caracterizando-se como um ambiente de elevada criticidade institucional, técnica e operacional.



Fonte: [Boletim Operacional dos Dados Técnicos](#), dezembro de 2025.

A operação contínua do BDEP é fundamental para o cumprimento das atribuições legais da ANP, uma vez que viabilizada a disponibilização dos dados técnicos de E&P com eficiência e qualidade, atendendo tanto às demandas regulatórias da Agência quanto às necessidades da sociedade, em especial da indústria de E&P, de agentes regulados, de instituições de pesquisa e ensino e de órgãos governamentais.

O BDEP suporta um conjunto de macroprocessos críticos relacionados à gestão do acervo de dados técnicos de Exploração e Produção (E&P), os quais incluem, entre outros:

- i) o recebimento de dados técnicos de E&P obtidos pelas operadoras, pelas Empresas de Aquisição de Dados (EADs), pela própria ANP, por universidades e instituições de pesquisa;
- ii) o controle de qualidade desses dados;
- iii) a carga e o armazenamento dos dados técnicos conformes no acervo de dados técnicos da ANP;
- iv) o controle e a gestão dos períodos de sigilo (confidencialidade) aplicáveis aos dados técnicos; e
- v) a disponibilização desses dados para atendimento às demandas da sociedade brasileira, de agentes regulados e da própria Agência.

Nesse contexto, a SDT atua como gestora de contratos administrativos relacionados a tecnologias e serviços complementares necessários à manipulação e ao tratamento dos dados técnicos de E&P, com o objetivo de assegurar a adequada operação do BDEP. A continuidade, a disponibilidade, a segurança da informação e o desempenho desse ambiente dependem diretamente da sustentação de uma infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) capaz de atender aos requisitos técnicos e operacionais exigidos pelo volume, pela complexidade e pela criticidade dos dados armazenados.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de administração e sustentação do parque tecnológico que suporta o BDEP, o que demanda a prestação de serviços especializados de TIC de natureza não corporativa, de forma a assegurar que a infraestrutura de TIC de negócio — abrangendo sistemas operacionais, redes de comunicação, arquitetura de soluções, virtualização e armazenamento — permaneça devidamente gerenciada, segura e disponível, em conformidade com os requisitos operacionais do ambiente.

Ressalta-se que a SDT não dispõe, em seu quadro próprio, de servidores em quantidade suficiente nem com a formação técnica especializada necessária para a execução contínua e integrada das atividades de operação, suporte e sustentação da infraestrutura de TIC que suporta o BDEP. Trata-se de um ambiente tecnológico que exige conhecimentos técnicos específicos e atualizados, bem como atuação permanente e multidisciplinar, cuja complexidade extrapola a capacidade de atendimento com recursos humanos próprios.

Em razão dessa limitação estrutural, foi realizada, em 05 de outubro de 2020, a contratação de serviços técnicos presenciais para a sustentação do ambiente tecnológico da SDT, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por meio do Contrato nº 9.036/2020, celebrado entre a ANP e a empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda., no âmbito do Processo nº 48610.202260/2020-18, cuja vigência se encerrou em 5 de outubro de 2025, sem possibilidade de prorrogação conforme previsto no regime jurídico no ato da contratação (Lei nº 8.666/1993).

Considerando o término da vigência do referido contrato e a continuidade da necessidade de sustentação do ambiente tecnológico que suporta o BDEP, faz-se necessária a realização de nova contratação, observando-se o atual arcabouço normativo aplicável às contratações de TIC, notadamente a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, e a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.

Embora se trate de uma contratação de TIC, a unidade requisitante é a SDT, uma vez que o objeto se enquadra como serviço de TIC de natureza não corporativa, destinado a atender às necessidades específicas de um ambiente tecnológico de negócio. Nos termos do art. 2º, inciso V, da Instrução Normativa ANP nº 17, de 2024, são considerados bens e serviços não corporativos aqueles voltados ao atendimento de uma ou mais unidades organizacionais específicas, não envolvendo, necessariamente, interesses de todas as unidades organizacionais da Agência.

No cenário atual, observa-se uma relação cada vez mais direta e indissociável entre os processos de negócio e a TIC, em decorrência da crescente necessidade de obtenção de informações precisas, confiáveis, disponíveis e oportunas para a tomada de decisão, da automação contínua dos processos de trabalho, visando à celeridade, à economicidade e à redução da intervenção humana, bem como das demandas recorrentes de integração, migração e atualização tecnológica orientadas à simplificação e à modernização da infraestrutura de TIC.

Diante do amplo espectro de conhecimentos técnicos especializados necessários para a atuação no ambiente tecnológico que sustenta os processos de negócio do BDEP, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para a operação, o suporte e a sustentação das diversas tecnologias envolvidas, de modo a garantir a qualidade, a manutenção e a disponibilidade das informações nele contidas.

Assim, a prestação dos serviços objeto da presente contratação é essencial para a administração da infraestrutura de TIC que sustenta a operação do BDEP, contribuindo para que a SDT possa manter o foco em suas atividades finalísticas, assegurar a continuidade dos serviços prestados, reduzir riscos operacionais e promover maior eficiência e efetividade no cumprimento de suas atribuições institucionais.

O período de vigência será de **30 (trinta) meses**, prorrogáveis até dez anos (120 meses) na forma da Lei.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

A previsão de vigência superior ao equivalente a um exercício financeiro é justificada pelas características da contratação, que

possui complexidade elevada, demandando da Contratada um período de imersão na Contratante com vistas a assimilar processos, estabelecer fluxos e operacionalizar os serviços. Além disso, pelo maior esforço inicial exigido para a adoção das ferramentas envolvidas na prestação dos serviços, para a transição do modelo anterior de contrato de prestação de serviços técnicos, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o atual modelo de contratação de infraestrutura de TIC.

Esse prazo também se justifica em razão dos elevados custos envolvidos com um novo processo de planejamento da contratação ou processos de aditivos de prorrogação de vigência contratual dentro do período de um ano, que representa um elevado custo administrativo.

Repetir esse processo de implantação de serviços de infraestrutura de TIC, a cada doze meses, sobretudo, por ocasião de troca de fornecedor, se mostra antieconômico e pode implicar em novos períodos de adaptação e descontinuidade na prestação dos serviços, como ocorre atualmente, gerando sérios impactos na capacidade de entrega da área de negócios.

Com a vigência desta contratação, por um prazo de 30 meses, que envolve serviços de natureza contínua e imprescindíveis, para adequado suporte à atividade finalística da SDT, obtém-se maior estabilidade na prestação dos serviços objeto da contratação. Além disso, com esse prazo, reduzem-se os impactos de eventuais mudanças de fornecedor em prazos curtos, com a redução de custos administrativos e de gestão de contratos, entre outros.

A contratação faz parte do plano interno “SDT.A.001.00 - Manutenção do Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP”, inserido na Ação Orçamentária 212K, da ANP, que consta no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos.

por fim, ressalta-se que a contratação pretendida se encontra em consonância com o decreto nº 9.507/2018 e está prevista na lei nº 14.133/2021, art. 2º, que se aplica a “v - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados”.

3. Área requisitante

Área requisitante: Superintendência de Dados Técnicos (SDT)

Responsável: Marcelo Paiva de Castilho Carneiro (superintendente)

4. Necessidades de Negócio

A presente contratação tem por finalidade atender às seguintes necessidades de negócio, essenciais ao funcionamento do Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP:

- a) assegurar a automação, o monitoramento e a gestão contínua da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do BDEP, de modo a garantir a disponibilidade, confiabilidade e desempenho de suas funcionalidades aos usuários internos e externos;
- b) viabilizar a resolução tempestiva e eficaz de incidentes e problemas relacionados à infraestrutura de TIC, reduzindo riscos de indisponibilidade e impactos operacionais;
- c) sustentar a operação de aplicações em ambiente orientado a práticas DevOps, promovendo maior agilidade, estabilidade e previsibilidade na entrega e manutenção de serviços tecnológicos;
- d) garantir a continuidade dos serviços suportados por recursos de TIC, assegurando a operação ininterrupta dos processos críticos associados ao BDEP;
- e) prover operação, suporte e sustentação adequados ao ambiente tecnológico do BDEP, com vistas à prevenção e correção de falhas, bem como à preservação da confiabilidade, resiliência, integridade das informações e dos mecanismos de proteção do ambiente; e
- f) implementar, revisar e executar políticas de cópias de segurança e de retenção de dados, de forma a assegurar a proteção, recuperação e preservação das informações sob responsabilidade da ANP.

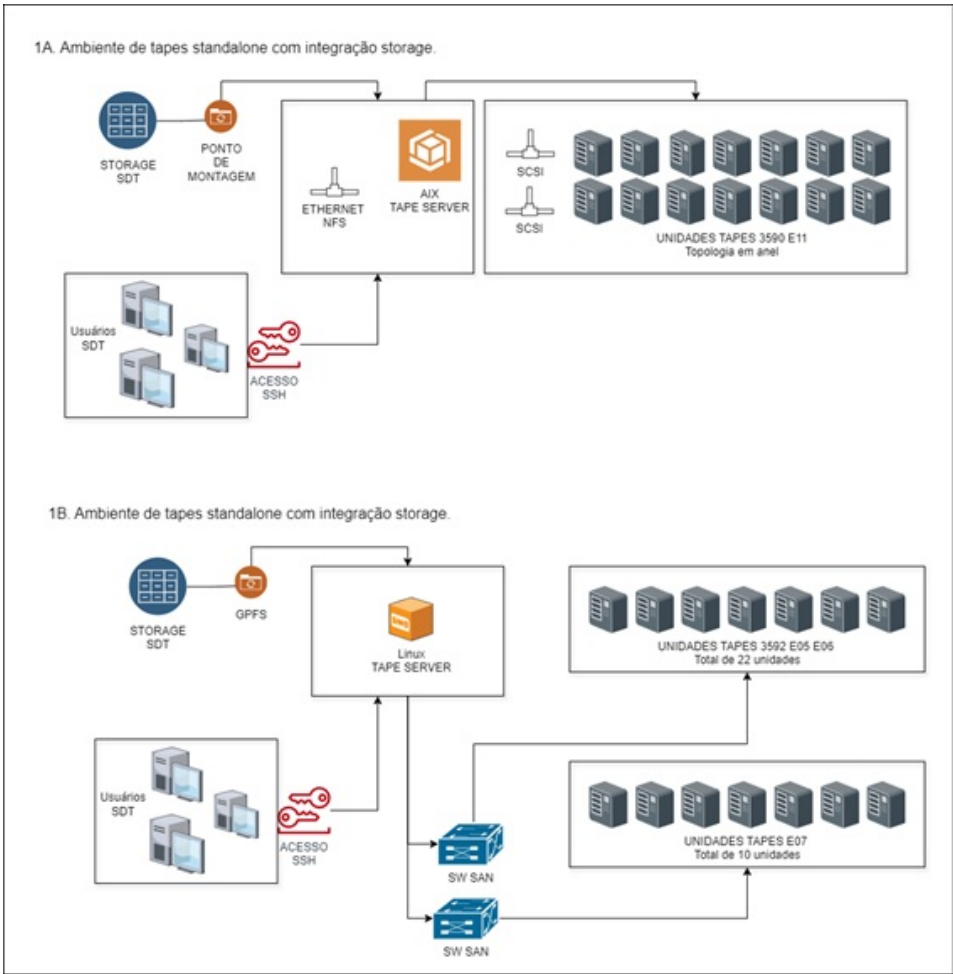
5. Necessidades Tecnológicas

As atividades da SDT são apoiadas por um conjunto de tecnologias de infraestrutura e de apoio à operação do BDEP, necessárias para garantir a continuidade operacional, a disponibilidade, a segurança da informação e o desempenho dos sistemas que suportam os processos de negócio da Superintendência. Essas tecnologias constituem a base para a entrega dos serviços de infraestrutura de TIC e são fundamentais para a adequada operação do ambiente tecnológico.

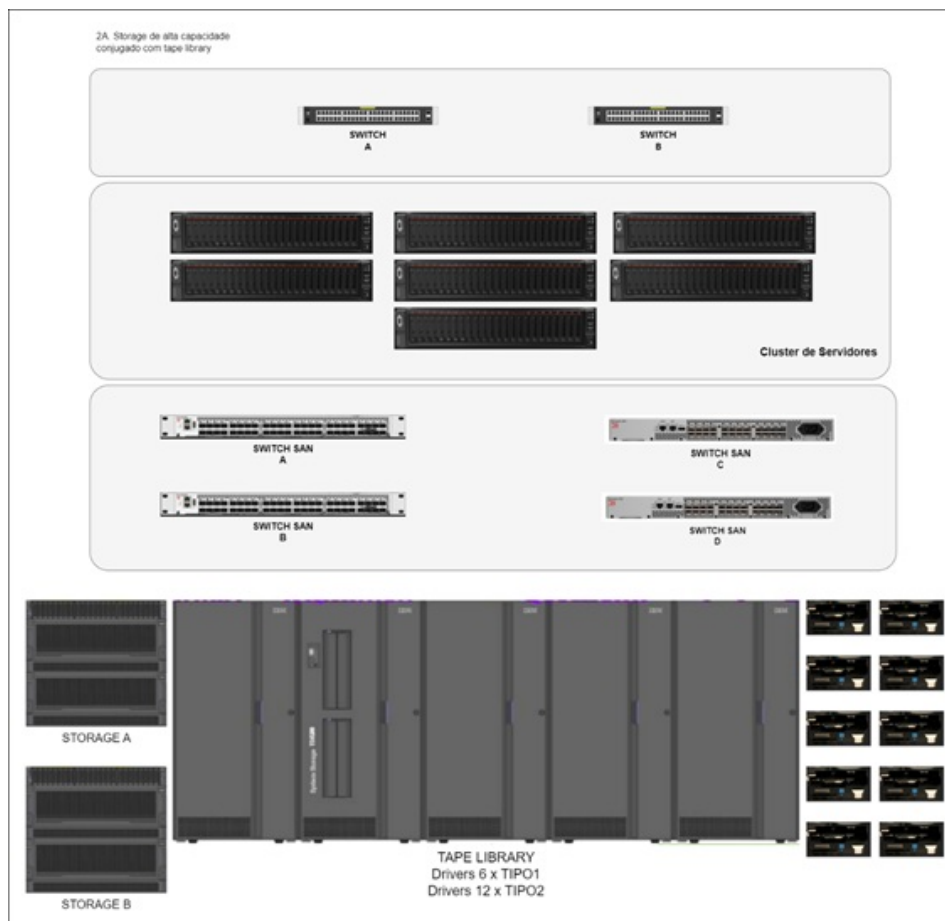
As principais tecnologias atualmente em operação no ambiente do BDEP são apresentadas a seguir, com o objetivo de caracterizar a complexidade e a heterogeneidade do parque tecnológico a ser sustentado, sem prejuízo de eventuais atualizações, substituições ou evoluções tecnológicas ao longo da execução contratual.

TECNOLOGIA	DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO
Robô Hermes	Solução tecnológica de automação responsável pela recepção e armazenamento dos dados técnicos gerados pelo setor de E&P da indústria do petróleo.	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 2 switches IBM-Brocade-2498-x24 (SAN) modelo 2498-x24; – 2 switches IBM-Brocade-SAN488-5 (SAN) modelo 2498-F48; – 1 switch Cisco (LAN) Catalyst 9500; – 2 storages IBM Storwize V5000-A; – 7 servidores físicos ThinkSystem SR650 modelo 7X06CTO1WW; – 1 library IBM TS4500: 5 frames com capacidade para 4.200 slots de fitas; 12 unidades TS1155 de 15TB; e 6 unidades TS1160 de 20TB. Software: <ul style="list-style-type: none"> – IBM Spectrum Archive; – IBM Spectrum Scale; – IBM Spectrum Protec
Cluster de Nuvem Privada com característica de hiperconvergência	Composto por 3 (três) servidores físicos (nós), conectados em uma mesma rede física, compartilhando recursos de computação, armazenamento e rede de maneira distribuída, cada um rodando o Nutanix Acropolis Hypervisor (AHV).	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 3 servidores - ThinkAgile HX7531 modelo 7Z84-CTO2WW; – 2 switches - Arista (LAN) modelo DCS-7050SX3. Software: <ul style="list-style-type: none"> – Nutanix Cloud Infrastructure (NCI) Pro Software; – Nutanix Cloud Infrastructure (NCI) Security add-on; – Nutanix Cloud Manager (NCM) Starter.
Estações de cópia e leitura autônoma (standalone)	Utilizadas para suportar o fluxo operacional de grandes volumes de dados sísmicos e outros dados técnicos variados ligados à indústria do petróleo, atuando como portas físicas para receber, gravar, processar e exportar mídias de dados, garantindo agilidade, capacidade e segurança na movimentação e preservação dessas informações.	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 1 computador tipo servidor - ThinkSystem SR650 modelo 7X06CTO1WW; – 1 armário de unidade IBM TS1140 Tape Drive (3592-E07/EH7), agregação de 10 leitoras IBM TS1140 Tape Drive; – 1 armário de unidade IBM TS1130 Tape Drive (3592-E05/E06), agregação de 12 leitoras IBM TS1130 Tape Drive; – 1 armário de unidade IBM TS1130 Tape Drive (3592-E05/E06), agregação de 10 leitoras IBM TS1130 Tape Drive; – 1 switch Cisco Nexus (SAN) 5548 N5K-C5548UP.
Estações de cópia de HD e mídias	Computadores <i>desktop</i> especialmente configurados, equipados com uma interface de comando personalizada em ambiente de terminal. Elas são projetadas para realizar processos de recebimento e cópia de dados de maneira segura e eficiente, atuando como pontos para a entrada e saída de grandes volumes de informações.	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 5 estações de trabalho tipo <i>desktop</i>. Software: <ul style="list-style-type: none"> – Combinação de Rock Linux 9 com automação via <i>scripts</i>.
Rede de Dados Geofísicos (RDG)	Infraestrutura crítica usada para transferência digital eficiente e confiável de grandes volumes de dados técnicos entre a Petrobras e o BDEP/ANP.	Hardware: <ul style="list-style-type: none"> – 1 OLT GPON Datacom modelo DM4610; – 1 switch Datacom 24GT+4XS modelo DM4100E; – 1 switch Cisco Nexus (SAN) 5548 N5K-C5548UP; – 2 computadores tipo servidor - IBM System x3650 M4 modelo 7915AC1. Software: <ul style="list-style-type: none"> – Sistema Operacional Rock Linux 9; – FileCatalyst (software de cópia de arquivos); – <i>Scripts</i> personalizados em <i>shell</i>.
Esteira DevOps com processos de CI/CD	Concebida para suportar processos de Integração Contínua e Entrega Contínua (CI/CD). Essa esteira interage de forma nativa com clusters Kubernetes (Homologação e Produção), provido pelo cluster Nutanix via Karbon NKE, viabilizando a orquestração e gerenciamento de aplicações containerizada.	Principais componentes: <ul style="list-style-type: none"> – GitLab: Plataforma de versionamento, colaboração e gerenciamento de <i>pipelines</i>; – GitLab Runner: Executor de jobs para integração/entrega contínua, responsável por rodar as <i>pipelines</i> do GitLab; – Ansible: Ferramenta de automação para <i>configuration management</i> e orquestração de infraestrutura como código; – Kubectrl: Utilitário de linha de comando para gerenciamento direto do Kubernetes; – Rock Linux 9: Sistema operacional base das máquinas e contêineres da pipeline, garantindo estabilidade, performance e compatibilidade; – Containerização Docker: Emprego de contêineres Docker para empacotamento, isolamento e portabilidade das aplicações e serviços; – Harbor (Registry): Registry privado para armazenamento e distribuição seguro das imagens Docker utilizadas nos ambientes; – Zabbix: Solução abrangente de monitoramento, provendo visibilidade e alertas em tempo real sobre toda a infraestrutura; – Grafana: Plataforma de visualização e <i>dashboarding</i> de métricas e dados operacionais; – Prometheus: Conecta o Zabbix ao Grafana, permitindo a extração de métricas, alertas e dados de monitoramento do Zabbix e expondo esses dados em dashboards customizados do Grafana; – Visual Studio Code (VSCode): Ambiente de desenvolvimento utilizado pela equipe para codificação, integração com ferramentas de DevOps e aumento da produtividade.

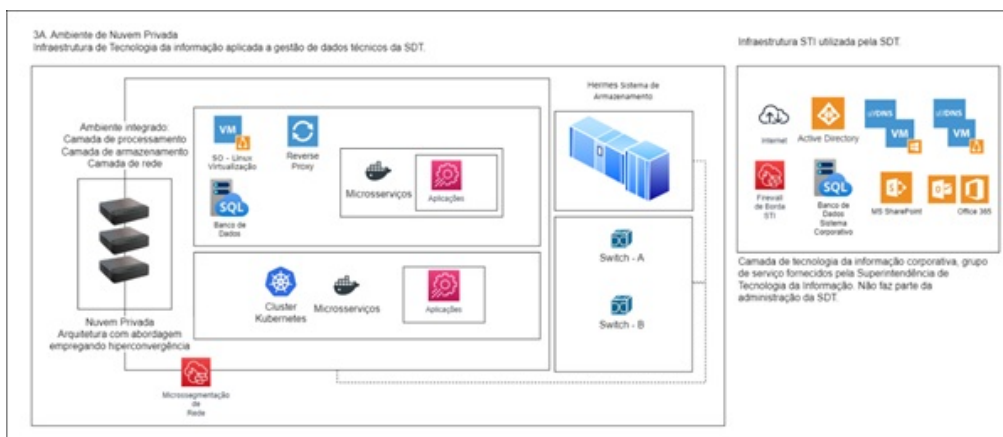
Topologia entre *tapes standalone*:



Topologia do sistema de armazenamento de alta capacidade:



Topologia da arquitetura de solução de nuvem privada:



Os serviços continuados de infraestrutura de TIC mapeados (ver Catálogo de Serviços no Anexo III do Termo de Referência) estão abrangidos nos seguintes grupos de serviços:

1. Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores;
2. Segurança, Fortalecimento (Hardening) e Conformidade;
3. Automação de Tarefas Operacionais;
4. Monitoramento e Análise de Performance;
5. Resolução de Problemas e Suporte Técnico;
6. Execução e Manutenção da Esteira CI/CD;
7. Automação de Infraestrutura e IaC;
8. Automação para Manipulação de Dados Técnicos;
9. Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum;
10. Operação de Ambientes de Contêineres;

11. Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas;
12. Colaboração e Documentação;
13. Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização;
14. Infraestrutura como Código (IaC) e Automação de Ambientes;
15. Containerização e Orquestração;
16. Sustentação da Esteira de CI/CD e Práticas DevOps;
17. Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos;
18. Monitoramento, Observabilidade e Segurança;
19. Apoio Técnico e Melhoria Contínua

Impactos negativos decorrentes da não efetivação da presente contratação:

- Falhas na prestação dos serviços, podendo acarretar perdas irreparáveis à Administração;
- Interrupção do monitoramento das ferramentas em uso no parque tecnológico da SDT;
- Impossibilidade de efetuar análises de conformidade dos dados técnicos de E&P recebidos;
- Indisponibilidade de acesso aos dados técnicos digitais de E&P armazenados no BDEP.

Em síntese, a continuidade do funcionamento da infraestrutura de TIC da SDT constitui pré-requisito para a execução dos principais macroprocessos sob sua responsabilidade, incluindo o recebimento de dados técnicos de E&P, o controle de qualidade e análise de conformidade desses dados, a carga dos dados aprovados no acervo do BDEP, o controle dos períodos de sigilo e a disponibilização dos dados técnicos à sociedade, aos agentes regulados e à própria Agência.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos de Segurança da Informação, Privacidade e Sigilo:

A solução a ser contratada deverá atender aos princípios, diretrizes e procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações da Contratante, bem como aos regulamentos, normas e instruções internas adotadas pela ANP, durante a execução dos serviços, seja nas instalações da Agência, seja mediante o uso de seus recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Deverão ser adotadas medidas técnicas e administrativas adequadas, incluindo o uso de ferramentas de proteção e segurança da informação, com o objetivo de prevenir acessos não autorizados aos sistemas, softwares, documentos e informações sob responsabilidade da Contratada ou disponibilizados à ANP, ainda que por meio de links ou acessos remotos.

A Contratada deverá observar integralmente a legislação aplicável à segurança da informação, à proteção de dados pessoais e ao acesso à informação, em especial a Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), e demais normativos correlatos.

As condições de manutenção de sigilo das informações estão previstas no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo do Anexo I-B, do Termo de Referência, o qual deverá ser firmado pela Contratada.

Os profissionais da Contratada diretamente envolvidos na execução dos serviços deverão, adicionalmente, assinar o Termo de Ciência (conforme modelo do Anexo I-C do Termo de Referência), comprometendo-se com o cumprimento das normas de segurança da informação vigentes na Contratante.

A Contratada será responsabilizada pelo descumprimento, por parte de seus profissionais, das obrigações relativas à manutenção do sigilo, à segurança da informação e à observância das políticas e normas técnicas e administrativas da ANP, respondendo por eventuais perdas e danos causados à Agência ou a terceiros.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Tendo em vista a diversidade e a complexidade do parque tecnológico que atende ao Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP, faz-se necessária a contratação de serviços de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, enquadrados na categoria de Sustentação de Infraestrutura de Aplicações, os quais exigirão a atuação de 6 (seis) profissionais especializados, conforme detalhamento a seguir.

7.1. Dimensionamento do Quantitativo a ser Contratado

O dimensionamento do quantitativo de cinco profissionais, de diferentes perfis, está fundamentado no histórico da estrutura utilizada para a execução das atividades no âmbito do Contrato nº 9.036/2020, relativo à prestação de serviços técnicos de sustentação do ambiente da SDT, com dedicação exclusiva de mão de obra, vigente até 05/10/2025.

Esse dimensionamento considera, de forma combinada, o volume de atendimentos realizados, a diversidade tecnológica do ambiente, bem como a quantidade e a criticidade dos serviços e soluções de infraestrutura de TIC da SDT que necessitam ser suportados de forma contínua.

A definição dos perfis profissionais levou em consideração os conhecimentos e as habilidades requeridos para a adequada execução dos serviços, em consonância com o disposto na Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, alterada pelas Portarias SGD/MGI nº 6.680, de 4 de outubro de 2024, e nº 6.055, de 4 de agosto de 2025, bem como com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

O quantitativo definido para cada perfil profissional foi utilizado como base para a estimativa de preços e para a definição do valor de referência da contratação, conforme detalhado no item 13 deste Estudo Técnico Preliminar. Para fins de estimativa de custos da contratação, adotaram-se como parâmetros os valores de referência e o fator K, atualizados pela Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025.

Em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, o dimensionamento foi realizado a partir da análise das seguintes informações e documentos:

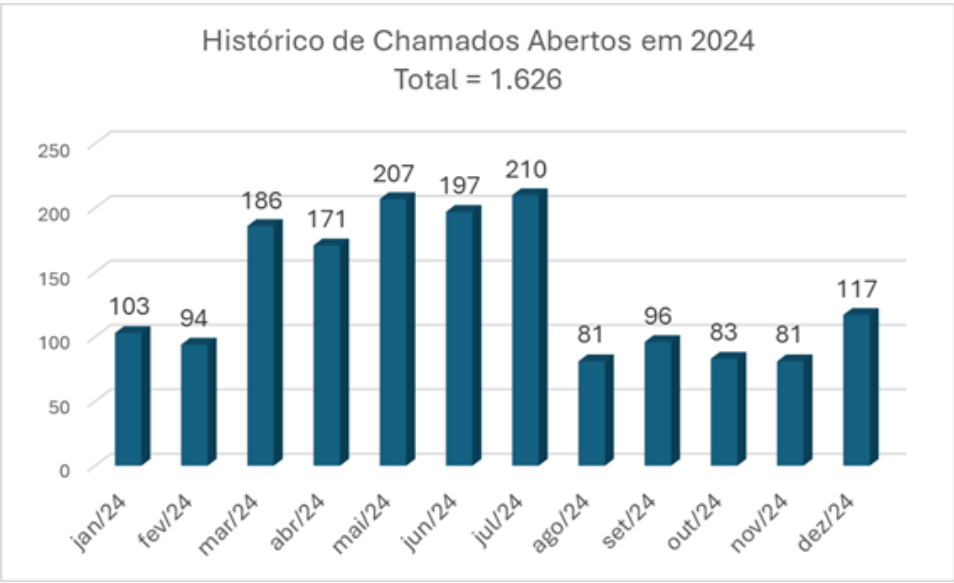
- a) Histórico de chamados registrados (ver subitem 7.1.1, abaixo);
- b) Análise de contratos anteriores, conforme detalhamento subsequente (ver subitem 7.1.2, abaixo);
- c) Definição do local da prestação dos serviços (ver subitem 6.2 do Termo de Referência);
- d) Levantamento do ambiente tecnológico (ver subitem 4.13 do Termo de Referência);
- e) Catálogo de Serviços (ver Anexo III do Termo de Referência);
- f) Descrição das atividades a serem executadas (ver Anexo II do Termo de Referência);
- g) Qualificações necessárias para o atendimento aos níveis de serviço estabelecidos (ver Anexo I do Termo de Referência).

7.1.1. Histórico de chamados para o ano de 2024

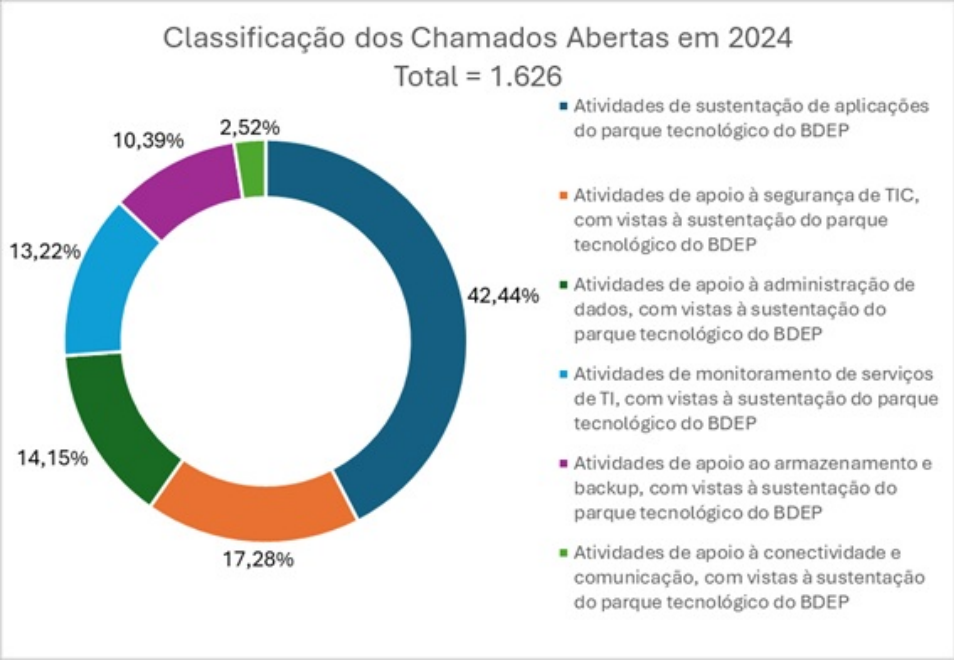
A tabela abaixo apresenta a base histórica e classificação dos chamados abertos via CA Service Desk, solução de gestão de serviços de TIC utilizada atualmente pela ANP, para as atividades relacionadas com a operação, suporte e sustentação do parque tecnológico do BDEP:

Classificação das atividades	Quantidade de chamados abertos em 2024
Atividades de sustentação de aplicações do parque tecnológico do BDEP	690
Atividades de apoio à segurança de TIC, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	281
Atividades de apoio à administração de dados, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	230
Atividades de monitoramento de serviços de TIC, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	215
Atividades de apoio ao armazenamento e <i>backup</i> , com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	169
Atividades de apoio à conectividade e comunicação, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	41
Total:	1.626

O gráfico a seguir apresenta a distribuição do quantitativo de abertura de chamados, registrados mensalmente no CA Service Desk, para as atividades relacionadas com operação, suporte e sustentação do parque tecnológico que atende ao BDEP, ao longo do ano de 2024.



O próximo gráfico demonstra a proporção entre os tipos de demandas dos chamados abertos, conforme classificação abaixo descrita, relacionadas com a operação, suporte e sustentação do parque tecnológico que atende ao BDEP, para o ano de 2024, com destaque para a atividade principal de sustentação de aplicações.



7.1.2. Análise dos Contratos Anteriores e do Quantitativo de Servidores da SDT

A SDT/ANP não possui contrato anterior específico e exclusivo para suporte à infraestrutura de TIC dedicada ao BDEP, nos moldes da solução ora proposta. Todavia, para fins de dimensionamento do quantitativo de profissionais necessário à sustentação do ambiente tecnológico da SDT, foram consideradas as informações e experiências decorrentes da execução do Contrato nº 9.036/2020, vigente de 2020 a 2025, que contemplou a prestação de serviços técnicos de sustentação do ambiente tecnológico da Superintendência.

Para chegar ao dimensionamento desta parte específica, seguiu-se a orientação estabelecida na Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, Anexo I, item 10.7.2 (Levantamento do Quantitativo de Profissionais de Referência), tendo sido realizado o levantamento do quantitativo de profissionais que atualmente atuam nos serviços de sustentação do ambiente tecnológico da SDT, no âmbito do referido contrato.

Objeto da contratação vigente de 2020 a 2025	Atividades executadas	Quantidade de Profissionais Contratados
	Sustentação de aplicações do parque tecnológico do BDEP	

Serviços Técnicos para Sustentação do Ambiente da SDT	Apoio à segurança de TIC, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	5
	Apoio à administração de dados e ao armazenamento e backup, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	
	Monitoramento de serviços de TIC e apoio à conectividade e comunicação, com vistas à sustentação do parque tecnológico do BDEP	

7.2. Memória de Cálculo da Definição do Quantitativo

Antes de se chegar à conclusão acerca do quantitativo de profissionais necessários para suprir a demanda desta contratação, a equipe de planejamento realizou uma série de reuniões com as partes envolvidas, em especial com a Gestão da SDT e com os Coordenadores Técnicos da Superintendência: Coordenação-Geral de Dados Geofísicos e Estudos (CDGE); Coordenação-Geral de Dados de Poço e Geologia (CDPG); Coordenação-Geral de Geoprocessamento (CGEO); e Coordenação-Geral de Recebimento, Armazenamento e Disponibilização de Dados Técnicos (CRDD).

Também foram realizadas reuniões com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), especificamente com o Coordenador de Aquisição e com o Supervisor de Compras de TIC, com o objetivo de melhor analisar e dimensionar os fatores que impactam diretamente a execução da demanda, com foco nas especificidades do parque tecnológico que atende ao BDEP, sob gestão da SDT, o qual demanda a prestação de serviços especializados de TIC não corporativos, voltados à infraestrutura de TIC de negócio.

No decorrer dessas reuniões, observou-se que as demandas relacionadas à sustentação, ao suporte e à operação do parque tecnológico do BDEP estão predominantemente inseridas na categoria de Sustentação de Infraestrutura de Aplicações. Contudo, considerando a adoção de práticas orientadas a DevOps, os serviços compreendidos nessa categoria extrapolam seu escopo nominal, abrangendo, por exemplo, serviços relacionados à infraestrutura de monitoramento, conectividade e comunicação, bem como à administração de dados, armazenamento, cópias de segurança e segurança da informação, que permeiam de forma transversal todo o ambiente tecnológico.

Adicionalmente, foram considerados os critérios descritos no subitem 7.1 deste Estudo Técnico Preliminar para o dimensionamento de cada um dos perfis profissionais mínimos definidos.

Considerando que não houve contratação anterior específica e exclusiva para o suporte à operação da infraestrutura de TIC dedicada ao BDEP, foram utilizados como principais insumos para o dimensionamento: a forma como o serviço é atualmente executado, o quantitativo de chamados registrados e o quantitativo de profissionais alocados para atendimento das demandas, com base na experiência acumulada no ambiente da SDT.

A partir da análise consolidada desses fatores e dos requisitos estabelecidos no subitem 7.1, concluiu-se que, para atender de forma adequada às necessidades de operação da TIC do BDEP, no que se refere à sustentação de sua infraestrutura e aplicações, faz-se necessária, no mínimo, a alocação de 6 (seis) profissionais de TIC, distribuídos em pelo menos três perfis distintos, conforme segue: 1 (um) Administrador de Sistemas Operacionais, nível pleno; 3 (três) Analistas de Sistemas de Automação, sendo um de nível júnior, um de nível pleno e um de nível sênior; e 2 (dois) Especialista em Cloud, sendo um de nível pleno e um de nível sênior, conforme sumarizado no quadro a seguir.

ESPECIFICAÇÃO			QUAN- TIDADES
CATEGORIA DE SERVIÇO	PERFIS PROFISSIONAIS	NÍVEL	
Sustentação de Infraestrutura de Aplicações	Administrador de Sistemas Operacionais (CBO: 2123-15)	Pleno	1
	Analista de Sistemas de Automação (CBO: 2124-15)	Júnior	1
		Pleno	1
		Sênior	1
	Especialista em Cloud (CBO: 2122-15)	Pleno	1
		Sênior	1
<u>Descrição:</u> Serviços especializados de operação, suporte e sustentação à Infraestrutura de Tecnologia da Informação do BDEP, com utilização de arquitetura <i>cloud-native</i> , microsserviços, <i>containers</i> e orquestração via Kubernetes, bem como esteiras DevOps para integração e entrega contínua (CI/CD).			

Os perfis profissionais acima listados auxiliarão também na manutenção e sustentação do ambiente tecnológico relacionado à utilização dos dados técnicos por outras unidades organizacionais da ANP, garantindo o uso seguro e eficiente dos recursos de infraestrutura de TIC que atende ao BDEP.

SOLUÇÃO

8. Levantamento de Soluções

A SDT não possui, em seu quadro próprio, servidores suficientes, tanto em número quanto na formação técnica exigida, para suprir de forma contínua e adequada as atividades de sustentação da infraestrutura de TIC que suporta o BDEP, considerando a complexidade, a criticidade e a necessidade de atuação permanente nesse ambiente tecnológico.

Embora se trate de uma contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a unidade requisitante é a SDT, uma vez que o objeto se enquadra como serviço de TIC de natureza não corporativa, conforme definido no art. 2º, inciso V, e no art. 5º, inciso IV, da Instrução Normativa ANP nº 17, de 2024, por atender às necessidades específicas de um ambiente tecnológico de negócio.

Para o atendimento da necessidade identificada, foram consideradas, em nível preliminar, as seguintes soluções possíveis:

- a) execução das atividades de sustentação do parque tecnológico do BDEP com recursos humanos próprios da SDT ou da ANP;
- b) utilização de infraestrutura e serviços de TIC corporativos da ANP para absorção das demandas do BDEP;
- c) contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de infraestrutura de TIC voltados à sustentação do parque tecnológico que atende ao BDEP.

Considerou-se, adicionalmente, a possibilidade de adoção de soluções ou modelos previamente disponibilizados no Portal de Compras Governamentais, bem como a existência de pesquisas, estudos ou soluções padronizadas publicadas em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo. No entanto, em razão da natureza específica do ambiente tecnológico do BDEP e de seus requisitos técnicos, não foram identificadas soluções padronizadas aplicáveis a essa necessidade.

Da mesma forma, por se tratar de uma contratação voltada a necessidades específicas da SDT/ANP, relacionadas a um parque tecnológico próprio e dedicado, não se mostrou adequada a simples replicação de soluções adotadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, sem prejuízo da observância das boas práticas de mercado.

9. Análise comparativa de soluções

A análise comparativa das soluções levantadas considerou critérios técnicos, operacionais e organizacionais, tais como: continuidade operacional, disponibilidade e desempenho do ambiente, segurança da informação, capacidade de resposta a incidentes, necessidade de conhecimentos técnicos especializados, criticidade do serviço e riscos associados à indisponibilidade da infraestrutura de TIC que suporta o BDEP.

A execução das atividades com recursos humanos próprios foi avaliada como insuficiente para atender aos requisitos do ambiente, uma vez que a sustentação do parque tecnológico do BDEP demanda atuação contínua, multidisciplinar e especializada, além de capacidade de resposta imediata a incidentes, o que não se mostra compatível com a disponibilidade atual de pessoal da SDT ou da ANP.

A utilização de infraestrutura e serviços de TIC corporativos da ANP também foi analisada e considerada inadequada, tendo em vista que o BDEP opera em ambiente tecnológico próprio, com requisitos específicos de desempenho, escalabilidade, isolamento, segurança da informação e gestão de sigilo, cuja absorção pela infraestrutura corporativa poderia comprometer tanto a operação do BDEP quanto outros serviços corporativos da Agência.

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de infraestrutura de TIC mostrou-se a alternativa mais aderente aos requisitos identificados, por possibilitar a alocação de profissionais com conhecimentos técnicos especializados, atuação contínua e capacidade de suporte e sustentação compatíveis com a criticidade e a complexidade do ambiente tecnológico do BDEP.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Com base na análise comparativa realizada, foram consideradas inviáveis as seguintes soluções:

- a) a execução das atividades de sustentação do parque tecnológico do BDEP com recursos humanos próprios, em razão da insuficiência quantitativa e qualitativa de pessoal, da necessidade de atuação contínua e da elevada criticidade operacional do ambiente;
- b) a utilização da infraestrutura e dos serviços de TIC corporativos da ANP, em razão da inexistência de capacidade instalada compatível com os requisitos específicos do BDEP, bem como dos riscos associados à perda de isolamento, desempenho e segurança da informação.

Essas soluções foram descartadas por não atenderem de forma satisfatória aos requisitos técnicos e operacionais necessários à continuidade, à segurança e à disponibilidade dos serviços prestados pelo BDEP.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

A análise comparativa de custos considerou o custo total de propriedade (Total Cost of Ownership – TCO) das soluções avaliadas, ao longo de um horizonte temporal de 60 (sessenta) meses, compatível com a natureza continuada dos serviços e com o planejamento de médio prazo da Agência.

No caso da execução das atividades com recursos próprios, o TCO envolveria custos adicionais relacionados à ampliação do quadro de pessoal, capacitação contínua, absorção de riscos operacionais, além de potenciais impactos decorrentes de indisponibilidades ou falhas na operação do ambiente, os quais se mostraram elevados e de difícil mitigação.

A utilização da infraestrutura e dos serviços de TIC corporativos implicaria custos adicionais associados à ampliação da capacidade instalada, adaptação da infraestrutura para atendimento dos requisitos específicos do BDEP, bem como custos indiretos decorrentes do impacto sobre outros serviços corporativos, não se mostrando economicamente vantajosa no horizonte analisado.

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de infraestrutura de TIC apresenta um TCO mais previsível e controlável ao longo do período considerado, ao concentrar os custos na prestação dos serviços contratados, reduzir riscos operacionais e assegurar a continuidade e a qualidade da operação do ambiente tecnológico do BDEP.

Cabe destacar que a eventual adoção da infraestrutura e dos serviços de TIC corporativos da ANP não eliminaria a necessidade de contratação de serviços especializados para a operação, o suporte e a sustentação do ambiente tecnológico do BDEP, em razão da inexistência de capacidade instalada e de recursos técnicos compatíveis com seus requisitos específicos.

Além disso, essa alternativa implicaria custos adicionais diretos e indiretos relacionados à adaptação, ampliação e reconfiguração da infraestrutura corporativa, bem como à absorção de riscos operacionais e impactos sobre outros serviços institucionais.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a sustentação dedicada do parque tecnológico do BDEP apresenta-se como a alternativa com melhor relação entre custo, previsibilidade financeira e mitigação de riscos no horizonte temporal analisado.

12. Descrição da solução de TI a ser contratada

A solução de TIC a ser contratada consiste na prestação de serviços de infraestrutura de TIC voltados à sustentação do parque tecnológico que atende ao Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), compreendendo atividades de operação, suporte e sustentação do ambiente tecnológico.

Trata-se de contratação de serviços de natureza continuada, a ser realizada em conformidade com o arcabouço legal vigente, observando-se as diretrizes aplicáveis às contratações de TIC e às contratações de serviços continuados no âmbito da Administração Pública.

A solução contempla a atuação de equipe especializada na administração, atualização e suporte do parque tecnológico da SDT (conforme descrito no item 2 do ETP), abrangendo, dentre outras atividades:

- automação, monitoramento e gestão da infraestrutura de TIC do BDEP, visando assegurar a disponibilidade de suas funcionalidades;
- resolução de incidentes e problemas relacionados à infraestrutura de TIC;
- sustentação de aplicações em ambiente orientado a práticas de DevOps;
- garantia da continuidade dos serviços de TIC que suportam o BDEP;
- operação, suporte e sustentação do ambiente tecnológico, com foco na prevenção e correção de falhas, garantindo confiabilidade, resiliência e integridade das informações; e
- implementação, revisão e execução de políticas de cópias de segurança e retenção de dados.

13. Estimativa de custo total da contratação

A estimativa do custo levou em consideração os custos unitários dos salários de referência, acrescido do Fator K, estabelecidos na Portaria SDG/MGI nº 6.055/2025, que atualizou a Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023, tendo sido feita por meio de planilha simplificada, reproduzida abaixo:

Categoria de Serviços: Sustentação de Infraestrutura de Aplicações						
(Valores do Salário de Referência e do Fator K definidos pela Portaria SGD/MGI nº 6.055/2025)						
Perfil		Salário de referência (A)	Quantidade (B)	Fator K	Custo unitário mensal por Perfil (C = A x Fator K)	Custo total mensal por Perfil (D = C x B)
1	Administrador de Sistemas Operacionais Pleno	R\$ 6.404,69	1	2,06	R\$ 13.193,66	R\$ 13.193,66
2	Analista de Sistemas de Automação Pleno	R\$ 5.536,11	1	2,10	R\$ 11.625,83	R\$ 11.625,83
3	Analista de Sistemas de Automação Pleno	R\$ 8.755,20	1	2,01	R\$ 17.597,95	R\$ 17.597,95
4	Analista de Sistemas de Automação Sênior	R\$ 11.283,00	1	1,98	R\$ 22.340,34	R\$ 22.340,34
5	Especialista em Cloud Pleno	R\$ 11.774,28	1	1,97	R\$ 23.195,33	R\$ 23.195,33
6	Especialista em Cloud Sênior	R\$ 16.985,65	1	1,94	R\$ 32.952,16	R\$ 32.952,16
CUSTO TOTAL MENSAL:						R\$ 120.905,27

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 3.627.158.10 (três milhões, seiscentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO				CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUAN- TIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
		CATEGORIA DE SERVIÇO	PERFIL PROFISSIONAL	NÍVEL	QTDE					
1	1	Sustentação de Infraestrutura de Aplicações	Administrador de Sistemas Operacionais	Pleno	1	27014	mês	12	13.193,66	158.323,92
			Analista de Sistemas de Automação	Júnior	1	27014	mês	12	11.625,83	139.509,96
			Analista de Sistemas de Automação	Pleno	1	27014	mês	12	17.597,95	211.175,40
			Analista de Sistemas de Automação	Sênior	1	27014	mês	12	22.340,34	268.084,08
			Especialista em Cloud	Pleno	1	27014	mês	12	23.195,33	278.343,96
			Especialista em Cloud	Sênior	1	27014	mês	12	32.952,16	395.425,92
VALOR ANUAL – 12 MESES (R\$):									1.450.863,24	
VALOR GLOBAL – 30 MESES (R\$):									3.627.158,10	

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A contratação de serviços de infraestrutura de TIC para a sustentação do parque tecnológico sob responsabilidade da SDT mostra-se tecnicamente essencial e necessária, uma vez que esse ambiente é composto por um conjunto de soluções e ferramentas de TIC não corporativas, de uso exclusivo dessa Superintendência, que demandam acompanhamento especializado e atuação contínua para assegurar a operação ininterrupta do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP).

A adoção dessa solução permite garantir a adequada operação, manutenção e evolução da infraestrutura tecnológica que suporta o BDEP, assegurando, de forma integrada, o recebimento contínuo de novos dados técnicos de E&P, a preservação de sua integridade, a execução das atividades de controle de qualidade e conformidade, bem como o cumprimento das obrigações legais e regulatórias relativas ao armazenamento, ao controle dos períodos de sigilo e à disponibilização dos dados técnicos à sociedade e aos agentes autorizados.

Além disso, a complexidade, a criticidade e a especificidade tecnológica do ambiente do BDEP inviabilizam sua sustentação por meio da infraestrutura de TIC corporativa da ANP ou por soluções genéricas de mercado, reforçando a necessidade de contratação de serviços especializados de infraestrutura de TIC voltados ao atendimento das demandas de negócio da SDT, com foco em disponibilidade, confiabilidade, segurança da informação e continuidade operacional.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de operação, suporte e sustentação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que suporta o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP).

A opção pela contratação integrada desses serviços, em detrimento de contratações isoladas de manutenção e suporte técnico diretamente junto aos fabricantes das soluções atualmente em uso — em especial o Robô Hermes e a solução Nutanix — fundamenta-se em critérios de economicidade, eficiência operacional e sustentabilidade do investimento público, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023.

Essa abordagem permite a gestão unificada da infraestrutura de TIC, reduzindo custos indiretos, riscos de coordenação e ineficiências decorrentes da fragmentação contratual.

15.1. Vantagens com a escolha da solução

15.1.1. Redução de custos e ganhos de escala

A contratação integrada proporciona redução significativa de custos administrativos e operacionais, ao consolidar, em um único contrato, as atividades de gestão, fiscalização e execução técnica, evitando a duplicidade de estruturas, processos e esforços administrativos.

Adicionalmente, esse modelo possibilita ganhos de escala, uma vez que a contratada pode otimizar o uso de recursos técnicos, humanos e logísticos, refletindo-se em maior eficiência operacional e em preços unitários mais vantajosos para a Administração Pública.

15.1.2. Eliminação de redundâncias e sobreposição de custos

A adoção de contratações fragmentadas para serviços de suporte e manutenção tende a gerar custos redundantes, decorrentes da multiplicidade de margens administrativas, da duplicação de deslocamentos técnicos e da sobreposição de atividades entre diferentes fornecedores.

A solução integrada internaliza esses custos de coordenação e integração, promovendo uma gestão técnica mais eficiente do ambiente e contribuindo para a redução do custo total da contratação, ao assegurar uma visão sistêmica da infraestrutura de TIC que suporta o BDEP.

15.1.3. Responsabilização unificada e melhoria da eficiência

O modelo de contratação integrada permite a definição de níveis mínimos de serviço (NMS), acordos de nível de serviço (SLAs) e indicadores de desempenho de ponta a ponta (*end-to-end*), garantindo maior previsibilidade de resultados e responsabilização única pela disponibilidade, desempenho e estabilidade da infraestrutura de TIC.

Esse arranjo reduz riscos associados à fragmentação de responsabilidades, comum em modelos contratuais pulverizados, nos quais falhas operacionais podem resultar em disputas entre fornecedores, atrasos na solução de incidentes e aumento indireto de custos para a Administração.

15.1.4. Economicidade frente às evoluções tecnológicas

A contratação integrada de serviços de infraestrutura de TIC demonstra vantajosidade econômica no médio e longo prazo, especialmente diante do ritmo acelerado das evoluções tecnológicas que impactam ambientes complexos como o do BDEP.

O modelo proposto possibilita, entre outras vantagens:

- Atualização tecnológica contínua, mitigando riscos de obsolescência e reduzindo a necessidade de novos processos licitatórios para ajustes pontuais;
- Diluição dos custos de modernização, ao distribuir investimentos em inovação ao longo do período contratual, evitando desembolsos concentrados e elevados;
- Escalabilidade técnica e financeira, permitindo o ajuste da capacidade contratada de acordo com a demanda efetiva, reduzindo custos de ociosidade;
- Previsibilidade orçamentária, com valores alinhados a ciclos contratuais estáveis e passíveis de planejamento;
- Redução do risco de obsolescência tecnológica, uma vez que o ciclo de vida dos ativos e das soluções é gerido de forma integrada, mantendo o ambiente atualizado e aderente às boas práticas de segurança, desempenho e governança.

Dessa forma, a contratação integrada maximiza o valor público do investimento, ao assegurar que os custos permaneçam compatíveis com a evolução tecnológica e com as necessidades institucionais da ANP ao longo de todo o período de vigência contratual.

15.2. Fundamentação normativa e boas práticas

A opção pela contratação integrada encontra respaldo nas seguintes normas:

- 15.2.1. IN SEGES/MP nº 05/2017, que em seu Art. 20, §1º, inciso III, exige justificativa técnica e econômica para a escolha entre contratação conjunta ou separada de bens e serviços;
- 15.2.2. Portaria SEGES/MGI nº 1.070/2024, que orienta que a justificativa econômica deve considerar a relação custo-benefício e o ciclo de vida da solução;
- 15.2.3. Acórdão TCU nº 2.471/2017 – Plenário, que reconhece a economicidade das contratações por solução em contextos de interdependência técnica;
- 15.2.4. Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI (MPOG, 2018), que recomenda a adoção de contratações integradas para assegurar desempenho, padronização e eficiência de custos.

15.3. Justificativa

Conclui-se, portanto, que a contratação de infraestrutura integrada de TI mostra-se economicamente mais vantajosa em relação à celebração de contratos separados de suporte e manutenção, pois: reduz custos de transação e sobreposição de despesas, bem como assegura economia de escala e desempenho unificado, além de minimizar impactos financeiros decorrentes da evolução tecnológica.

A solução proposta, portanto, representa a alternativa mais eficiente e sustentável sob a ótica do custo-benefício e do ciclo de vida da contratação, em conformidade com a Portaria SEGES/MGI nº 1.070/2024.

PLANEJAMENTO

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação contribuirá para o atendimento dos seguintes objetivos primordiais da Superintendência de Dados Técnicos, relacionados à sustentação da infraestrutura de TIC que suporta o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP):

- 1. Manter o adequado funcionamento do gerenciamento, da operação e da sustentação do BDEP, assegurando sua disponibilidade contínua;
- 2. Assegurar o recebimento tempestivo e confiável dos dados técnicos enviados pelas operadoras, bem como daqueles obtidos por meio das atividades de aquisição, processamento, reprocessamento e estudos autorizados pela ANP;
- 3. Garantir a integridade, a consistência e o controle de qualidade dos dados técnicos de Exploração e Produção (E&P) geridos pela SDT;
- 4. Assegurar o cumprimento das obrigações legais da SDT relativas ao armazenamento, à gestão de sigilo e à disponibilização dos dados técnicos de E&P e de atividades correlatas, de forma a atender às demandas da sociedade brasileira, de agentes regulados e da própria Agência.

No contexto da prestação dos serviços, espera-se que a contratação produza resultados concretos associados aos grupos de serviços descritos no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar, contribuindo para a continuidade operacional, a redução de riscos, a melhoria da eficiência técnica e a confiabilidade da infraestrutura de TIC que sustenta o BDEP.

Grupo de Serviços		Resultados Esperados
1	Monitoramento do Ciclo de Vida e Manutenção de Servidores	Garantir a estabilidade e a confiabilidade da fundação computacional sobre a qual todas as aplicações e sistemas críticos do BDEP operam.
2	Segurança, Fortalecimento e Conformidade	Proteger a integridade e a confidencialidade dos dados estratégicos de E&P, garantindo a conformidade com as políticas de segurança e minimizando a exposição a riscos cibernéticos.
3	Automação de Tarefas Operacionais	Aumentar a eficiência operacional, reduzir o risco de erro humano em tarefas rotineiras e aumentar a eficiência operacional da equipe técnica.

4	Monitoramento e Análise de Performance	Assegurar que os sistemas críticos do BDEP operem com a máxima performance, otimizando o uso dos recursos tecnológicos, melhorando a experiência do usuário e fornecendo dados essenciais para o planejamento de capacidade futura.
5	Resolução de Problemas e Suporte Técnico	Minimizar o impacto de falhas técnicas nas atividades finalísticas do BDEP, assegurando uma resposta rápida e eficaz a qualquer evento que afete a disponibilidade dos sistemas.
6	Execução e Manutenção da Esteira CI/CD	Aumentar a qualidade das aplicações, reduzindo o tempo entre o desenvolvimento de uma nova funcionalidade e sua disponibilização para os usuários finais, ao mesmo tempo em que se minimiza o risco de falhas em produção.
7	Automação de Infraestrutura e IaC	Eliminar erros manuais, garantir a consistência entre os ambientes (desenvolvimento, homologação, produção) e permitir o provisionamento rápido e auditável de novos recursos.
8	Automação para Manipulação de Dados Técnicos	Garantir a integridade e a qualidade dos dados que entram no acervo do BDEP, automatizando os processos de verificação e preparação para acelerar a sua disponibilização para análise.
9	Automação e Administração do Ecossistema de Armazenamento IBM Spectrum	Garantir a preservação, a segurança e a disponibilidade do acervo de dados do BDEP, otimizando os recursos e assegurando a capacidade de recuperação em caso de desastre.
10	Operação de Ambientes de Contêineres	Assegurar a confiabilidade e o desempenho das aplicações modernas e containerizadas, maximizando o retorno sobre o investimento em novas tecnologias e garantindo que os serviços críticos de análise de dados estejam sempre disponíveis para o negócio.
11	Desenvolvimento de Scripts e Ferramentas Internas	Aumentar a eficiência operacional da equipe técnica e das áreas de negócio, customizando a automação para atender às necessidades específicas do fluxo de trabalho com dados técnicos.
12	Colaboração e Documentação	Preservar o conhecimento sobre a infraestrutura crítica do BDEP, reduzir a dependência de indivíduos e facilitar a integração de novas tecnologias e projetos de forma segura e padronizada.
13	Administração da Plataforma de Nuvem Privada e Virtualização	Prover uma infraestrutura moderna, elástica e resiliente, capaz de suportar as demandas de processamento e análise de dados com alta performance e continuidade operacional.
14	Infraestrutura como código IaC e Automação de Ambientes	Garantir a consistência e a auditabilidade de toda a infraestrutura, eliminando desvios de configuração e erros manuais, o que permite a criação e recriação de ambientes de forma rápida, confiável e segura.
15	Containerização e Orquestração	Acelerar a entrega e a modernização das aplicações de análise de dados, permitindo o desenvolvimento ágil e a operação escalável de microserviços.
16	Sustentação da Esteira de CI/CD e Práticas DevOps	Aumentar a agilidade e a qualidade das entregas de software, reduzindo o tempo entre o desenvolvimento de uma nova funcionalidade e sua disponibilização para os usuários finais.
17	Desenvolvimento e Automação para Dados Técnicos	Assegurar que as ferramentas de análise e os sistemas de parceiros possam se conectar e consumir os dados do BDEP de maneira performática e segura, viabilizando o ecossistema de dados.
18	Monitoramento, Observabilidade e Segurança	Garantir a estabilidade e resiliência do ambiente do BDEP, permitindo a detecção proativa de falhas, a otimização de performance e a resposta rápida a incidentes de segurança, protegendo assim a continuidade das operações e a integridade dos dados.

19	Apoio Técnico e Melhoria Contínua	Garantir que a infraestrutura não se torne obsoleta, evoluindo continuamente para suportar as futuras demandas do negócio e otimizar os investimentos em tecnologia.
----	-----------------------------------	--

17. Providências a serem Adotadas

Com vistas ao aperfeiçoamento da gestão dos contratos sob responsabilidade da Superintendência de Dados Técnicos (SDT), considerando a essencialidade desses instrumentos para a manutenção das atividades finalísticas e do parque tecnológico que sustenta o acervo de dados técnicos, foi instituída, em março de 2023, unidade interna específica voltada ao planejamento da contratação e à fiscalização dos contratos vigentes, denominada Coordenação-Geral de Contratos Técnico-Operacionais e Administrativos, composta por equipe com atuação prioritária nessas atribuições.

No que se refere à infraestrutura física necessária à execução dos serviços, destaca-se que já existe, no âmbito do contrato anterior, espaço físico destinado à atuação dos profissionais alocados, o qual se encontra disponível e poderá ser mantido para a execução do futuro contrato, não sendo identificada, neste momento, a necessidade de providências adicionais de adequação do ambiente físico.

VIABILIDADE

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação, com base evidências, informações, benefícios e necessidade da contratação demonstrados no Estudo Técnico Preliminar, essenciais para sustentação da infraestrutura de TIC que atende ao BDEP, contribuindo com o cumprimento das atribuições legais da Superintendência de Dados Técnicos.

19. Responsáveis

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Requisitante	Jean da Cruz Lopes
Integrante Administrativo	Priscila Ramos Barreto
Integrante Técnico	Roberto Moreira Caldeira

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL

IDENTIFICAÇÃO		
Razão Social:		
Endereço:	UF:	CEP:
Telefone:		
E-mail:		

Senhor Pregoeiro:

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico nº **XX/YY-ANP**, cujo objeto é a contratação de **serviços de infraestrutura de TIC para sustentação do parque tecnológico que atende ao Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), da ANP** conforme especificações e requisitos estabelecidos no respectivo Termo de Referência, e após tomar conhecimento de todas as condições nele estabelecidas, apresentamos a seguinte proposta:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO				CÓDIGO CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUAN-TIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
		CATEGORIA DE SERVIÇO	PERFIL PROFISSIONAL	NÍVEL	QTDE					
1	1	Sustentação de Infraestrutura de Aplicações	Administrador de Sistemas Operacionais	Pleno	1	27014	mês	12		
			Analista de Sistemas de Automação	Júnior	1	27014	mês	12		
			Analista de Sistemas de Automação	Pleno	1	27014	mês	12		
			Analista de Sistemas de Automação	Sênior	1	27014	mês	12		
			Especialista em Cloud	Pleno	1	27014	mês	12		
			Especialista em Cloud	Sênior	1	27014	mês	12		
VALOR ANUAL – 12 MESES (R\$):										
VALOR GLOBAL – 30 MESES (R\$):										

- Nos preços indicados acima estão incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.
- Para cada item da proposta, segue a respectiva planilha de custos e formação de preços devidamente preenchida.
- Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- Declaramos, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela ANP, seja qual for o motivo.
- Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data estabelecida para a sua apresentação.
- Os pagamentos deverão ser creditados à conta corrente nº _____, agência _____, Banco _____.
- O procurador da empresa, cujo CNPJ é _____, que assinará o Contrato, é o(a) Sr(a) _____, CPF nº _____.

Local e data: _____, ____ de ____ de ____.

Assinatura

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Planilha de Custos e Formação de Preços (ver detalhamento nas páginas seguintes)

Serviços de Infraestrutura de TIC para Sustentação do Parque Tecnológico que Atende ao BDEP					
Código do Perfil	Perfil Profissional de Referência	Remuneração Mensal (R\$)	Fator K	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
ASO-02	Administrador de Sist. Operacionais – Pleno	R\$ 6.404,69	2,06	13.193,66	158.323,92
ASISA-01	Analista de Sistemas de Automação – Júnior	R\$ 5.536,11	2,10	11.625,83	139.509,96
ASISA-02	Analista de Sistemas de Automação – Pleno	R\$ 8.755,20	2,01	17.597,95	211.175,40
ASISA-03	Analista de Sistemas de Automação – Sênior	R\$ 11.283,00	1,98	22.340,34	268.084,08
CLOUD-01	Especialista em Cloud – Pleno	R\$ 11.774,28	1,97	23.195,33	278.343,96
CLOUD-02	Especialista em Cloud – Sênior	R\$ 16.985,65	1,94	32.952,16	395.425,92
TOTAL ANUAL (12 MESES):					1.450.863,24
VALOR GLOBAL (30 MESES):					3.627.158,10
Remuneração e fator-K conforme a Portaria SGD/MGI Nº 6.055/2025 (que alterou a Portaria SGD/MGI nº 1.070/2023)					
19. ANEXO B - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (conforme a Portaria SGD/ME nº 6.680/2024)					
19.1. Orientações gerais sobre a planilha de custos e formação de preços					
19.1.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços é uma importante ferramenta que contribui para a análise crítica da composição dos preços unitários e total, com vistas a mitigar a assimetria de informações e auxiliar na eventual realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.					
19.1.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços deve ser entregue pelo licitante durante a fase de recebimento de propostas e não se vincula à estimativa apresentada pelo órgão contratante na fase de planejamento da contratação.					
19.1.3. Por se tratar de contratação por pagamento fixo mensal sob demanda por meio de ordens de serviço, vinculada ao atendimento de níveis mínimos de serviços, e não se configurar como contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, contratação por homem/hora e tampouco por postos de trabalho:					
a) O contratado deverá alocar os profissionais mínimos exigidos para cada perfil em cada Ordem de Serviço, além respeitar o limite mínimo da base salarial dos profissionais e demais encargos e custos previstos na planilha de custos e formação de preços constante da proposta vencedora da licitação;					
b) A fiscalização do contrato verificará o alcance do objetivo da OS, a efetiva disponibilização dos profissionais mínimos previstos para cada perfil na OS, a qualidade dos produtos/resultados entregues e o prazo de atendimento conforme critérios de aceitação e níveis mínimos de serviço estabelecidos;					
c) O contratado possui gestão sobre a equipe alocada no contrato, podendo realizar alterações na quantidade dos profissionais envolvidos na prestação do serviço, desde que aloque a quantidade mínima de profissionais prevista na respectiva ordem de serviço, observando a senioridade e qualificação profissional mínima requerida.					
19.2. Modelo de planilha de custos e formação de preços					
19.2.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser elaborada para cada item ou grupo previstos no objeto da contratação, conforme estrutura mínima a seguir:					
19.2.2. Os componentes de custos que integram a planilha são:					
a) Custo de Pessoal: Consolida todos os custos incorridos com a utilização de serviços de profissionais, que mantém vínculo celetista com a empresa contratada. Deverá ser computado o somatório de todos os custos acrescidos dos encargos provisionados que afetem a composição do preço final ofertado, a exemplo da remuneração, encargos sociais, auxílios e benefícios dos recursos humanos relacionados à prestação do serviço.					
b) Custos com software: Equivale ao somatório de todos os custos de disponibilização e utilização de recursos de software que integrarão a prestação dos serviços e que afetem a composição do preço final ofertado, a exemplo de ferramentas de automação, ferramentas de monitoramento, ferramenta de desenvolvimento, softwares de analytics ou de inteligência artificial, dentre outras. Na coluna "Memória de Cálculo / Justificativa", os custos devem ser apresentados com as justificativas que demonstrem a memória de cálculo, evidenciando o tipo, identificação (nome do produto e código único de identificação), forma de licenciamento ou aquisição e o valor total do software adquirido, além do período previsto de amortização desses custos e outras informações que permitam descrever os critérios de rateio desses custos que resultam no valor declarado.					
c) Custos com recursos de computação: Equivale ao somatório de todos os custos de disponibilização e utilização de recursos físicos ou virtuais de computação que integrarão a prestação dos serviços e que afetem a composição do preço final ofertado, a exemplo de instâncias de computação, plataformas, middlewares, centrais de processamento de dados, entre outros recursos de computação. Na coluna "Memória de Cálculo / Justificativa", os custos devem ser apresentados com as justificativas que demonstrem a memória de cálculo, evidenciando o tipo, identificação (nome do produto), forma de aquisição e o valor total dos recursos adquiridos, além do período previsto de amortização desses custos e outras informações que permitam descrever os critérios de rateio desses custos que resultam no valor declarado.					
d) Custos com equipamentos: Equivale ao somatório de todos os custos de disponibilização e utilização de equipamentos, utilitários e dispositivos diversos que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços e que afetem a composição do preço final ofertado, a exemplo de equipamentos de comunicação, ferramentas de medição eletrônica, tokens, mídias, gerador de sinal, dentre outros. Na coluna "Memória de Cálculo / Justificativa", os custos devem ser apresentados com as justificativas que demonstrem a memória de cálculo, evidenciando o tipo, identificação (nome do produto), forma de aquisição e o valor total dos equipamentos adquiridos, além do período previsto de amortização desses custos e outras informações que permitam descrever os critérios de rateio desses custos que resultam no valor declarado.					
e) Custos com serviços de informações: Equivale ao somatório de todos os custos de fornecimento de informações técnicas especializadas às equipes que prestam os serviços e que afetem a composição do preço final ofertado, a exemplo de plataformas digitais de fornecimento de conteúdo técnico especializado, serviços de mentoring, plataformas de suporte especializado, entre outras soluções de fornecimento de informações técnicas especializadas. Na coluna "Memória de Cálculo / Justificativa", os custos devem ser apresentados com as justificativas que demonstrem a memória de cálculo, evidenciando o tipo, identificação (nome do serviço e código único de identificação), forma de licenciamento e o valor total do serviço adquirido, além do período previsto de amortização desses custos e outras informações que permitam descrever os critérios de rateio desses custos que resultam no valor declarado.					
19.2.3. Os componentes de formação do preço que integram a planilha são:					
a) Elementos Comerciais (Fatores/Ajustes Comerciais): Fator de preço que pode ser aplicado, tendo como base estratégias de negócio, elementos mercadológicos e estratégias de precificação da empresa, a exemplo de margem operacional, margem de risco, lucro, dentre outros fatores internos e externos considerados na precificação.					
b) Cobertura Tributária: Fator de preço que inclui os custos tributários associados à prestação dos serviços que variam de acordo com o planejamento tributário de cada empresa não compreendidos na composição do fator K.					

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

Administrador de Sistemas Operacionais – Pleno

Nº PROCESSO	48610.230384/2024-17
LICITAÇÃO Nº	
CNPJ	
NOME DA EMPRESA	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	30
E	Numero de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra.

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		40 Horas Semanais
2	Remuneração Mínima Exigida (Item 23.8.2 do Termo de Referência)		
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO:	Administrador de Sistemas Operacionais – Pleno
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)		

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 6.404,69
B	Adicional de Periculosidade	0%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ -
D	Adicional Noturno		R\$ -
E	Hora Noturna Adicional		R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado		R\$ -
G	Outros (especificar)		R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 6.404,69

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário (=Remuneração / 12 meses)	8,33%	R\$ 533,72
B	Férias e Adicional de Férias (=Subtotal * 8,00%)	2,78%	R\$ 178,05
Subtotal			R\$ 711,77
Incidência do Submódulo 2.2		34,80%	R\$ 247,70
Total			R\$ 959,47

2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições			%	Valor (R\$)
A	INSS			20,00%	R\$ 1.280,94
B	Salário Educação			2,50%	R\$ 160,12
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT	FAP	1,00%	R\$ 64,05
		1,00%	1,00		
D	SESI ou SESC			1,50%	R\$ 96,07
E	SENAI ou SENAC			1,00%	R\$ 64,05
F	SEBRAE			0,60%	R\$ 38,43
G	INCRA			0,20%	R\$ 12,81
H	FGTS			8,00%	R\$ 512,38
I	Outras Contribuições (especificar)			0,00%	R\$ -
	Total			34,80%	R\$ 2.228,85

2.3		Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				Valor (R\$)
A	Transporte: = (Vlr Vale Transporte * Nº passagem dia * Nº dias úteis) - (Rem. * 6%)	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc) : = (Valor Vale Alimentação * Nº dias úteis)		Valor do Vale R\$ 35,00	Nº dias úteis 22	Desc. Empregado	R\$ 770,00
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica					R\$ 299,00
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
F	Auxílio cesta básica					R\$ -
I	Outros (especificar)					R\$ -
Total						R\$ 1.069,00
MÓDULO 2: RESUMO						
2.1		13º (décimo terceiro) Salário , Férias e Adicional de Férias				R\$ 959,47
2.2		GPS, FGTS e outras contribuições				R\$ 2.228,85
2.3		Benefícios Mensais e Diários				R\$ 1.069,00
TOTAL DO MÓDULO 2						R\$ 4.257,32
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1		Provisão para Rescisão				Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado =(((Rem/12) * percentual de dispensa sem justa causa com avso-prévio indenizado					R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado = (API * 8% FGTS)	0,00%				R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado = (((Rem / 30 dias) * 7 dias) / 12 meses)	1,94%				R\$ 124,54
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado = (APT * percentual do submódulo 2.2)	0,68%				R\$ 43,34
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado = (Remuneração *3,2%)	3,20%				R\$ 204,95
TOTAL DO MÓDULO 3					5,82%	R\$ 372,83
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1		Submódulo 4.1 - Ausências Legais				Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional de Férias = (Férias e Adicional de Férias / 12)					R\$ 14,84
B	Ausências Legais = ((Rem / 30 dias) / 12 meses			0,00%		R\$ -
C	Licença Paternidade = (((Rem / 30 dias) / 12 meses) * média de licenças ano * percentual de incidência	Licenças/ano:		0,00%		R\$ -
		Incidência:				
D	Ausência por Acidente de Trabalho = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:		0,00%		R\$ -
		Incidência:				
E	Afastamento Maternidade = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:		0,00%		R\$ -
		Incidência:				
F	Outros (especificar) especificar	0,00%				R\$ -
Total						R\$ 14,84
4.2		Submódulo 4.2 - Intra jornada				Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação			0,00%		
Total						R\$ -
MÓDULO 4: RESUMO						
4.1		Substituto nas Ausências Legais				R\$ 14,84
4.2		Substituto na Intra jornada				R\$ -
Subtotal do Módulo 4						R\$ 14,84
Incidência do submódulo 2.2				34,80%		R\$ 5,16
TOTAL DO MÓDULO 4						R\$ 20,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS					
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)			Valor (R\$)	
A	Uniformes			R\$ -	
B	Materiais			R\$ -	
C	Outros (especificar)			R\$ -	
D	Outros (especificar)			R\$ -	
				R\$ -	
TOTAL DO MÓDULO 5				R\$ -	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		R\$ 11.054,84	5,00%	R\$ 552,74
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5)				
B	Lucro		R\$ 11.607,58	3,83%	R\$ 444,83
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos					R\$ 12.052,41
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional					R\$ 13.193,66
C.1	C.1 Tributos federais (COFINS)			3,00%	R\$ 395,81
C.2	C.2 Tributos Federais (PIS)			0,65%	R\$ 85,76
C.3	C.3 INSS (Desoneração)				R\$ -
D	D.1 Tributos Estaduais (especificar)				R\$ -
E.1	E.1 Tributos Municipais (ISS)			5,00%	R\$ 659,68
E.2	E.2 Outros Tributos Municipais (especificar)				R\$ -
F	Total dos Tributos			8,65%	R\$ 1.141,25
MÓDULO 6: RESUMO					
6.A	Custos Indiretos				R\$ 552,74
6.B	Lucro				R\$ 444,83
6.F	Tributos				R\$ 1.141,25
TOTAL DO MÓDULO 6					R\$ 2.138,82
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				R\$ 6.404,69
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 4.257,32
C	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 372,83
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 20,00
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 11.054,84
	Lucro (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				R\$ 11.607,58
F	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 2.138,82
	Valor Total por Empregado				R\$ 13.193,66
	Quantidade de Empregados por Perfil Profissional				1
	Valor Total por Perfil Profissional				R\$ 13.193,66
	Quantidade de Perfil Profissional				1
	Custo Total Mensal com Mão-de-Obra para Administrador de Sistemas Operacionais – Pleno				R\$ 13.193,66
				Fator-K	2,06
TOTAL H/H					R\$ 78,53
TOTAL ANUAL					R\$ 158.323,92
TOTAL GLOBAL					R\$ 395.809,80

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

Analista de Sistemas de Automação – Júnior

Nº PROCESSO	48610.230384/2024-17
LICITAÇÃO Nº	
CNPJ	
NOME DA EMPRESA	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	30
E	Numero de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra.

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	40 Horas Semanais
2	Remuneração Mínima Exigida (Item 23.8.2 do Termo de Referência)	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: Analista de Sistemas de Automação – Júnior
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 5.536,11
B	Adicional de Periculosidade	0% R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0% R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Hora Noturna Adicional	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 5.536,11

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário (=Remuneração / 12 meses)	8,33%	R\$ 461,34
B	Férias e Adicional de Férias (=Subtotal * 8,00%)	2,78%	R\$ 153,90
Subtotal			R\$ 615,24
Incidência do Submódulo 2.2			34,80% R\$ 214,10
Total			R\$ 829,34

2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 1.107,22
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 138,40
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT 1,00% FAP 1,00	1,00% R\$ 55,36
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 83,04
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 55,36
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 33,22
G	INCRA	0,20%	R\$ 11,07
H	FGTS	8,00%	R\$ 442,89
I	Outras Contribuições (especificar)	0,00%	R\$ -
Total			34,80% R\$ 1.926,56

2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				Valor (R\$)	
A	Transporte: = (Vlr Vale Transporte * Nº passagem dia * Nº dias úteis) - (Rem. * 6%)	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc) : = (Valor Vale Alimentação * Nº dias úteis)		Valor do Vale R\$ 35,00	Nº dias úteis 22	Desc. Empregado	R\$ 770,00
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica					R\$ 299,00
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
F	Auxílio cesta básica					R\$ -
I	Outros (especificar)					R\$ -
Total						R\$ 1.069,00
MÓDULO 2: RESUMO						
2.1	13º (décimo terceiro) Salário , Férias e Adicional de Férias					R\$ 829,34
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					R\$ 1.926,56
2.3	Benefícios Mensais e Diários					R\$ 1.069,00
TOTAL DO MÓDULO 2						R\$ 3.824,90
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	Provisão para Rescisão				Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado =(((Rem/12) * percentual de dispensa sem justa causa com avso-prévio indenizado					R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado = (API * 8% FGTS)	0,00%				R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado = (((Rem / 30 dias) * 7 dias) / 12 meses)	1,94%				R\$ 107,65
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado = (APT * percentual do submódulo 2.2)	0,68%				R\$ 37,46
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado = (Remuneração *4%)	4,00%				R\$ 221,44
TOTAL DO MÓDULO 3				6,62%		R\$ 366,55
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais				Valor (R\$)	
A	Férias e Terço Constitucional de Férias = (Férias e Adicional de Férias / 12)				R\$ 12,83	
B	Ausências Legais = ((Rem / 30 dias) / 12 meses			0,00%	R\$ -	
C	Licença Paternidade = (((Rem / 30 dias) / 12 meses) * média de licenças ano * percentual de incidência	Licenças/ano:		0,00%	R\$ -	
D	Ausência por Acidente de Trabalho = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:		0,00%	R\$ -	
E	Afastamento Maternidade = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:		0,00%	R\$ -	
F	Outros (especificar) especificar			0,00%	R\$ -	
Total					R\$ 12,83	
4.2	Submódulo 4.2 - Intra jornada				Valor (R\$)	
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação			0,00%		
Total					R\$ -	
MÓDULO 4: RESUMO						
4.1	Substituto nas Ausências Legais				R\$ 12,83	
4.2	Substituto na Intra jornada				R\$ -	
Subtotal do Módulo 4					R\$ 12,83	
Incidência do submódulo 2.2				34,80%	R\$ 4,46	
TOTAL DO MÓDULO 4					R\$ 17,29	

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS					
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)			Valor (R\$)	
A	Uniformes			R\$ -	
B	Materiais			R\$ -	
C	Outros (especificar)			R\$ -	
D	Outros (especificar)			R\$ -	
				R\$ -	
TOTAL DO MÓDULO 5				R\$ -	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		R\$ 9.744,85	5,00%	R\$ 487,24
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5)				
B	Lucro		R\$ 10.232,09	3,79%	R\$ 388,10
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos					R\$ 10.620,19
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional					R\$ 11.625,82
C.1	C.1 Tributos federais (COFINS)			3,00%	R\$ 348,77
C.2	C.2 Tributos Federais (PIS)			0,65%	R\$ 75,57
C.3	C.3 INSS (Desoneração)				R\$ -
D	D.1 Tributos Estaduais (especificar)				R\$ -
E.1	E.1 Tributos Municipais (ISS)			5,00%	R\$ 581,29
E.2	E.2 Outros Tributos Municipais (especificar)				R\$ -
F	Total dos Tributos			8,65%	R\$ 1.005,63
MÓDULO 6: RESUMO					
6.A	Custos Indiretos				R\$ 487,24
6.B	Lucro				R\$ 388,10
6.F	Tributos				R\$ 1.005,63
TOTAL DO MÓDULO 6					R\$ 1.880,97
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				R\$ 5.536,11
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 3.824,90
C	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 366,55
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 17,29
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 9.744,85
	Lucro (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				R\$ 10.232,09
F	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 1.880,97
	Valor Total por Empregado				R\$ 11.625,82
	Quantidade de Empregados por Perfil Profissional				1
	Valor Total por Perfil Profissional				R\$ 11.625,82
	Quantidade de Perfil Profissional				1
	Custo Total Mensal com Mão-de-Obra para Analista de Sistemas de Automação – Júnior				R\$ 11.625,82
		Fator-K			2,10
TOTAL H/H					R\$ 69,20
TOTAL ANUAL					R\$ 139.509,84
TOTAL GLOBAL					R\$ 348.774,60

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

Analista de Sistemas de Automação – Pleno

Nº PROCESSO	48610.230384/2024-17
LICITAÇÃO Nº	
CNPJ	
NOME DA EMPRESA	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	30
E	Numero de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra.

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	40 Horas Semanais
2	Remuneração Mínima Exigida (Item 23.8.2 do Termo de Referência)	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: Analista de Sistemas de Automação – Sênior
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 11.283,00
B	Adicional de Periculosidade	0% R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0% R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Hora Noturna Adicional	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 11.283,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário (=Remuneração / 12 meses)	8,33%	R\$ 940,25
B	Férias e Adicional de Férias (=Subtotal * 8,00%)	2,78%	R\$ 313,67
Subtotal			R\$ 1.253,92
Incidência do Submódulo 2.2		34,80%	R\$ 436,36
Total			R\$ 1.690,28

2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.256,60
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 282,08
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT 1,00% FAP 1,00	1,00% R\$ 112,83
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 169,25
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 112,83
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 67,70
G	INCRA	0,20%	R\$ 22,57
H	FGTS	8,00%	R\$ 902,64
I	Outras Contribuições (especificar)	0,00%	R\$ -
Total		34,80%	R\$ 3.926,50

2.3		Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				Valor (R\$)
A	Transporte: = (Vlr Vale Transporte * Nº passagem dia * Nº dias úteis) - (Rem. * 6%)	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc) : = (Valor Vale Alimentação * Nº dias úteis)		Valor do Vale R\$ 35,00	Nº dias úteis 22	Desc. Empregado	R\$ 770,00
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica					R\$ 299,00
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
F	Auxílio cesta básica					R\$ -
I	Outros (especificar)					R\$ -
Total						R\$ 1.069,00

MÓDULO 2: RESUMO		
2.1	13º (décimo terceiro) Salário , Férias e Adicional de Férias	R\$ 1.690,28
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 3.926,50
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.069,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ 6.685,78

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3.1	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado =(((Rem/12) * percentual de dispensa sem justa causa com avso-prévio indenizado	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado = (API * 8% FGTS)	0,00% R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado = (((Rem / 30 dias) * 7 dias) / 12 meses)	1,94% R\$ 219,39
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado = (APT * percentual do submódulo 2.2)	0,68% R\$ 76,35
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado = (Remuneração *4%)	4,00% R\$ 451,32
TOTAL DO MÓDULO 3		6,62% R\$ 747,06

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional de Férias = (Férias e Adicional de Férias / 12)	R\$ 26,14
B	Ausências Legais = ((Rem / 30 dias) / 12 meses	0,00% R\$ -
C	Licença Paternidade = (((Rem / 30 dias) / 12 meses) * média de licenças ano * percentual de incidência	Licenças/ano: Incidência: 0,00% R\$ -
D	Ausência por Acidente de Trabalho = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano: Incidência: 0,00% R\$ -
E	Afastamento Maternidade = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano: Incidência: 0,00% R\$ -
F	Outros (especificar) especificar	0,00% R\$ -
Total		R\$ 26,14

4.2	Submódulo 4.2 - Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%
Total		R\$ -

MÓDULO 4: RESUMO		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 26,14
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$ -
Subtotal do Módulo 4		R\$ 26,14
Incidência do submódulo 2.2		34,80% R\$ 9,10
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 35,24

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS					
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)			Valor (R\$)	
A	Uniformes			R\$ -	
B	Materiais			R\$ -	
C	Outros (especificar)			R\$ -	
D	Outros (especificar)			R\$ -	
				R\$ -	
TOTAL DO MÓDULO 5				R\$ -	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		R\$ 18.751,08	5,00%	R\$ 937,55
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5)				
B	Lucro		R\$ 19.688,63	3,65%	R\$ 719,27
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos					R\$ 20.407,90
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional					R\$ 22.340,34
C.1	C.1 Tributos federais (COFINS)			3,00%	R\$ 670,21
C.2	C.2 Tributos Federais (PIS)			0,65%	R\$ 145,21
C.3	C.3 INSS (Desoneração)				R\$ -
D	D.1 Tributos Estaduais (especificar)				R\$ -
E.1	E.1 Tributos Municipais (ISS)			5,00%	R\$ 1.117,02
E.2	E.2 Outros Tributos Municipais (especificar)				R\$ -
F	Total dos Tributos			8,65%	R\$ 1.932,44
MÓDULO 6: RESUMO					
6.A	Custos Indiretos				R\$ 937,55
6.B	Lucro				R\$ 719,27
6.F	Tributos				R\$ 1.932,44
TOTAL DO MÓDULO 6					R\$ 3.589,26
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				R\$ 11.283,00
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 6.685,78
C	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 747,06
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 35,24
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 18.751,08
	Lucro (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				R\$ 19.688,63
F	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 3.589,26
	Valor Total por Empregado				R\$ 22.340,34
	Quantidade de Empregados por Perfil Profissional				1
	Valor Total por Perfil Profissional				R\$ 22.340,34
	Quantidade de Perfil Profissional				1
	Custo Total Mensal com Mão-de-Obra para Analista de Sistemas de Automação – Sênior				R\$ 22.340,34
		Fator-K		1,98	
TOTAL H/H					R\$ 132,98
TOTAL ANUAL					R\$ 268.084,08
TOTAL GLOBAL					R\$ 670.210,20

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

Analista de Sistemas de Automação – Sênior

Nº PROCESSO	48610.230384/2024-17
LICITAÇÃO Nº	
CNPJ	
NOME DA EMPRESA	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	30
E	Numero de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra.

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	40 Horas Semanais
2	Remuneração Mínima Exigida (Item 23.8.2 do Termo de Referência)	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: Analista de Sistemas de Automação – Sênior
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 11.283,00
B	Adicional de Periculosidade	0% R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0% R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Hora Noturna Adicional	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 11.283,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário (=Remuneração / 12 meses)	8,33%	R\$ 940,25
B	Férias e Adicional de Férias (=Subtotal * 8,00%)	2,78%	R\$ 313,67
Subtotal			R\$ 1.253,92
Incidência do Submódulo 2.2			34,80% R\$ 436,36
Total			R\$ 1.690,28

2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.256,60
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 282,08
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT 1,00% FAP 1,00	1,00% R\$ 112,83
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 169,25
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 112,83
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 67,70
G	INCRA	0,20%	R\$ 22,57
H	FGTS	8,00%	R\$ 902,64
I	Outras Contribuições (especificar)	0,00%	R\$ -
Total			34,80% R\$ 3.926,50

2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				Valor (R\$)	
A	Transporte: = (Vlr Vale Transporte * Nº passagem dia * Nº dias úteis) - (Rem. * 6%)	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc) : = (Valor Vale Alimentação * Nº dias úteis)		Valor do Vale R\$ 35,00	Nº dias úteis 22	Desc. Empregado	R\$ 770,00
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica					R\$ 299,00
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
F	Auxílio cesta básica					R\$ -
I	Outros (especificar)					R\$ -
Total						R\$ 1.069,00

MÓDULO 2: RESUMO		
2.1	13º (décimo terceiro) Salário , Férias e Adicional de Férias	R\$ 1.690,28
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 3.926,50
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.069,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ 6.685,78

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3.1	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado =(((Rem/12) * percentual de dispensa sem justa causa com avso-prévio indenizado	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado = (API * 8% FGTS)	0,00% R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado = (((Rem / 30 dias) * 7 dias) / 12 meses)	1,94% R\$ 219,39
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado = (APT * percentual do submódulo 2.2)	0,68% R\$ 76,35
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado = (Remuneração *4%)	4,00% R\$ 451,32
TOTAL DO MÓDULO 3		6,62% R\$ 747,06

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional de Férias = (Férias e Adicional de Férias / 12)	R\$ 26,14
B	Ausências Legais = ((Rem / 30 dias) / 12 meses	0,00% R\$ -
C	Licença Paternidade = (((Rem / 30 dias) / 12 meses) * média de licenças ano * percentual de incidência	Licenças/ano: 0,00% Incidência: R\$ -
D	Ausência por Acidente de Trabalho = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano: 0,00% Incidência: R\$ -
E	Afastamento Maternidade = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano: 0,00% Incidência: R\$ -
F	Outros (especificar) especificar	0,00% R\$ -
Total		R\$ 26,14

4.2	Submódulo 4.2 - Intraornada	Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%
Total		R\$ -

MÓDULO 4: RESUMO		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 26,14
4.2	Substituto na Intraornada	R\$ -
Subtotal do Módulo 4		R\$ 26,14
Incidência do submódulo 2.2		34,80% R\$ 9,10
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 35,24

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS					
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)			Valor (R\$)	
A	Uniformes			R\$ -	
B	Materiais			R\$ -	
C	Outros (especificar)			R\$ -	
D	Outros (especificar)			R\$ -	
				R\$ -	
TOTAL DO MÓDULO 5				R\$ -	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		R\$ 18.751,08	5,00%	R\$ 937,55
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5)				
B	Lucro		R\$ 19.688,63	3,65%	R\$ 719,27
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos					R\$ 20.407,90
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional					R\$ 22.340,34
C.1	C.1 Tributos federais (COFINS)			3,00%	R\$ 670,21
C.2	C.2 Tributos Federais (PIS)			0,65%	R\$ 145,21
C.3	C.3 INSS (Desoneração)				R\$ -
D	D.1 Tributos Estaduais (especificar)				R\$ -
E.1	E.1 Tributos Municipais (ISS)			5,00%	R\$ 1.117,02
E.2	E.2 Outros Tributos Municipais (especificar)				R\$ -
F	Total dos Tributos			8,65%	R\$ 1.932,44
MÓDULO 6: RESUMO					
6.A	Custos Indiretos				R\$ 937,55
6.B	Lucro				R\$ 719,27
6.F	Tributos				R\$ 1.932,44
TOTAL DO MÓDULO 6					R\$ 3.589,26
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				R\$ 11.283,00
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 6.685,78
C	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 747,06
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 35,24
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 18.751,08
	Lucro (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				R\$ 19.688,63
F	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 3.589,26
	Valor Total por Empregado				R\$ 22.340,34
	Quantidade de Empregados por Perfil Profissional				1
	Valor Total por Perfil Profissional				R\$ 22.340,34
	Quantidade de Perfil Profissional				1
	Custo Total Mensal com Mão-de-Obra para Analista de Sistemas de Automação – Sênior				R\$ 22.340,34
				Fator-K	1,98
TOTAL H/H					R\$ 132,98
TOTAL ANUAL					R\$ 268.084,08
TOTAL GLOBAL					R\$ 670.210,20

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

Especialista em Cloud – Pleno

Nº PROCESSO	48610.230384/2024-17
LICITAÇÃO Nº	
CNPJ	
NOME DA EMPRESA	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	30
E	Numero de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra.

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	40 Horas Semanais
2	Remuneração Mínima Exigida (Item 23.8.2 do Termo de Referência)	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: Especialista em Cloud – Pleno
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 11.774,28
B	Adicional de Periculosidade	0% R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0% R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Hora Noturna Adicional	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 11.774,28

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário (=Remuneração / 12 meses)	8,33%	R\$ 981,19
B	Férias e Adicional de Férias (=Subtotal * 8,00%)	2,78%	R\$ 327,32
Subtotal			R\$ 1.308,51
Incidência do Submódulo 2.2		34,80%	R\$ 455,36
Total			R\$ 1.763,87

2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.354,86
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 294,36
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT 1,00% FAP 1,00	1,00% R\$ 117,74
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 176,61
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 117,74
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 70,65
G	INCRA	0,20%	R\$ 23,55
H	FGTS	8,00%	R\$ 941,94
I	Outras Contribuições (especificar)	0,00%	R\$ -
Total			34,80% R\$ 4.097,45

2.3		Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				Valor (R\$)
A	Transporte: = (Vir Vale Transporte * Nº passagem dia * Nº dias úteis) - (Rem. * 6%)	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc) : = (Valor Vale Alimentação * Nº dias úteis)		Valor do Vale R\$ 35,00	Nº dias úteis 22	Desc. Empregado	R\$ 770,00
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica					R\$ 299,00
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
F	Auxílio cesta básica					R\$ -
I	Outros (especificar)					R\$ -
Total						R\$ 1.069,00
MÓDULO 2: RESUMO						
2.1		13º (décimo terceiro) Salário , Férias e Adicional de Férias				R\$ 1.763,87
2.2		GPS, FGTS e outras contribuições				R\$ 4.097,45
2.3		Benefícios Mensais e Diários				R\$ 1.069,00
TOTAL DO MÓDULO 2						R\$ 6.930,32
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1		Provisão para Rescisão				Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado =(((Rem/12) * percentual de dispensa sem justa causa com avso-prévio indenizado					R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado = (API * 8% FGTS)	0,00%				R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado = (((Rem / 30 dias) * 7 dias) / 12 meses)	1,94%				R\$ 228,94
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado = (APT * percentual do submódulo 2.2)	0,68%				R\$ 79,67
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado = (Remuneração *4%)	4,00%				R\$ 470,97
TOTAL DO MÓDULO 3					6,62%	R\$ 779,58
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1		Submódulo 4.1 - Ausências Legais				Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional de Férias = (Férias e Adicional de Férias / 12)					R\$ 27,28
B	Ausências Legais = ((Rem / 30 dias) / 12 meses			0,00%		R\$ -
C	Licença Paternidade = (((Rem / 30 dias) / 12 meses) * média de licenças ano * percentual de incidência	Licenças/ano:		0,00%		R\$ -
		Incidência:				
D	Ausência por Acidente de Trabalho = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:		0,00%		R\$ -
		Incidência:				
E	Afastamento Maternidade = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:		0,00%		R\$ -
		Incidência:				
F	Outros (especificar) especificar	0,00%				R\$ -
Total						R\$ 27,28
4.2		Submódulo 4.2 - Intra jornada				Valor (R\$)
A	Substituto no Intervalo para repouso ou alimentação			0,00%		
Total						R\$ -
MÓDULO 4: RESUMO						
4.1		Substituto nas Ausências Legais				R\$ 27,28
4.2		Substituto na Intra jornada				R\$ -
Subtotal do Módulo 4						R\$ 27,28
Incidência do submódulo 2.2				34,80%		R\$ 9,49
TOTAL DO MÓDULO 4						R\$ 36,77

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS					
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)			Valor (R\$)	
A	Uniformes			R\$ -	
B	Materiais			R\$ -	
C	Outros (especificar)			R\$ -	
D	Outros (especificar)			R\$ -	
				R\$ -	
TOTAL DO MÓDULO 5				R\$ -	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		R\$ 19.520,95	5,00%	R\$ 976,05
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5)				
B	Lucro		R\$ 20.497,00	3,38%	R\$ 691,93
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos					R\$ 21.188,93
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional					R\$ 23.195,33
C.1	C.1 Tributos federais (COFINS)			3,00%	R\$ 695,86
C.2	C.2 Tributos Federais (PIS)			0,65%	R\$ 150,77
C.3	C.3 INSS (Desoneração)				R\$ -
D	D.1 Tributos Estaduais (especificar)				R\$ -
E.1	E.1 Tributos Municipais (ISS)			5,00%	R\$ 1.159,77
E.2	E.2 Outros Tributos Municipais (especificar)				R\$ -
F	Total dos Tributos			8,65%	R\$ 2.006,40
MÓDULO 6: RESUMO					
6.A	Custos Indiretos				R\$ 976,05
6.B	Lucro				R\$ 691,93
6.F	Tributos				R\$ 2.006,40
TOTAL DO MÓDULO 6					R\$ 3.674,38
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				R\$ 11.774,28
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 6.930,32
C	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 779,58
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 36,77
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 19.520,95
	Lucro (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				R\$ 20.497,00
F	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 3.674,38
	Valor Total por Empregado				R\$ 23.195,33
	Quantidade de Empregados por Perfil Profissional				1
	Valor Total por Perfil Profissional				R\$ 23.195,33
	Quantidade de Perfil Profissional				1
	Custo Total Mensal com Mão-de-Obra para Especialista em Cloud – Pleno				R\$ 23.195,33
		Fator-K		1,97	
TOTAL H/H					R\$ 138,07
TOTAL ANUAL					R\$ 278.343,96
TOTAL GLOBAL					R\$ 695.859,90

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

Especialista em Cloud – Sênior

Nº PROCESSO	48610.230384/2024-17
LICITAÇÃO Nº	
CNPJ	
NOME DA EMPRESA	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano acordo, convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Número de Meses de Execução do Contrato	30
E	Numero de registro da convenção coletiva de trabalho	
F	Regime Tributário da Empresa:	LUCRO PRESUMIDO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra.

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	40 Horas Semanais
2	Remuneração Mínima Exigida (Item 23.8.2 do Termo de Referência)	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO: Especialista em Cloud – Sênior
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 16.985,65
B	Adicional de Periculosidade	0% R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0% R\$ -
D	Adicional Noturno	R\$ -
E	Hora Noturna Adicional	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	R\$ -
G	Outros (especificar)	R\$ -
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 16.985,65

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário (=Remuneração / 12 meses)	8,33%	R\$ 1.415,47
B	Férias e Adicional de Férias (=(Subtotal * 8,00%))	2,78%	R\$ 472,20
Subtotal			R\$ 1.887,67
Incidência do Submódulo 2.2			34,80% R\$ 656,91
Total			R\$ 2.544,58

2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 3.397,13
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 424,64
C	Seguro Acidente de Trabalho	RAT 1,00% FAP 1,00	1,00% R\$ 169,86
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 254,78
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 169,86
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 101,91
G	INCRA	0,20%	R\$ 33,97
H	FGTS	8,00%	R\$ 1.358,85
I	Outras Contribuições (especificar)	0,00%	R\$ -
Total			34,80% R\$ 5.911,00

2.3		Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				Valor (R\$)
A	Transporte: = (Vlr Vale Transporte * Nº passagem dia * Nº dias úteis) - (Rem. * 6%)	Nº Vales	Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ -
B	Auxílio Alimentação (Vales, cestas básicas, etc) : = (Valor Vale Alimentação * Nº dias úteis)		Valor do Vale	Nº dias úteis	Desc. Empregado	R\$ 770,00
			R\$ 35,00	22		
C	Assistência Médica e Familiar/Odontológica					R\$ 299,00
D	Auxílio Creche					R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral					R\$ -
F	Auxílio cesta básica					R\$ -
I	Outros (especificar)					R\$ -
Total						R\$ 1.069,00
MÓDULO 2: RESUMO						
2.1		13º (décimo terceiro) Salário , Férias e Adicional de Férias				R\$ 2.544,58
2.2		GPS, FGTS e outras contribuições				R\$ 5.911,00
2.3		Benefícios Mensais e Diários				R\$ 1.069,00
TOTAL DO MÓDULO 2						R\$ 9.524,58
MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1		Provisão para Rescisão				Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado =(((Rem/12) * percentual de dispensa sem justa causa com avso-prévio indenizado					R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado = (API * 8% FGTS)				0,00%	R\$ -
C	Aviso Prévio Trabalhado = (((Rem / 30 dias) * 7 dias) / 12 meses)				1,94%	R\$ 330,28
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado = (APT * percentual do submódulo 2.2)				0,68%	R\$ 114,94
E	Multa sobre o FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado = (Remuneração *4%)				4,00%	R\$ 679,43
TOTAL DO MÓDULO 3					6,62%	R\$ 1.124,65
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1		Submódulo 4.1 - Ausências Legais				Valor (R\$)
A	Férias e Terço Constitucional de Férias = (Férias e Adicional de Férias / 12)					R\$ 39,35
B	Ausências Legais = ((Rem / 30 dias) / 12 meses				0,00%	R\$ -
C	Licença Paternidade = (((Rem / 30 dias) / 12 meses) * média de licenças ano * percentual de incidência	Licenças/ano:			0,00%	R\$ -
		Incidência:				
D	Ausência por Acidente de Trabalho = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:			0,00%	R\$ -
		Incidência:				
E	Afastamento Maternidade = (((Rem / 30 dias) * média de ausências por ano) / 12 meses) * % de incidência	Licenças/ano:			0,00%	R\$ -
		Incidência:				
F	Outros (especificar) especificar				0,00%	R\$ -
Total						R\$ 39,35
MÓDULO 4: RESUMO						
4.1		Substituto nas Ausências Legais				R\$ 39,35
4.2		Substituto na Intraornada				R\$ -
Subtotal do Módulo 4						R\$ 39,35
Incidência do submódulo 2.2					34,80%	R\$ 13,69
TOTAL DO MÓDULO 4						R\$ 53,04

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS					
5	Insumos Diversos (valores mensais por empregado)			Valor (R\$)	
A	Uniformes			R\$ -	
B	Materiais			R\$ -	
C	Outros (especificar)			R\$ -	
D	Outros (especificar)			R\$ -	
				R\$ -	
TOTAL DO MÓDULO 5				R\$ -	
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		R\$ 27.687,92	5,00%	R\$ 1.384,40
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5)				
B	Lucro		R\$ 29.072,32	3,54%	R\$ 1.029,48
	Base de cálculo = (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				
Subtotal - Base de Cálculo de Tributos					R\$ 30.101,80
Subtotal B - Base de Cálculo de Tributos por dentro ou racional					R\$ 32.952,16
C.1	C.1 Tributos federais (COFINS)			3,00%	R\$ 988,56
C.2	C.2 Tributos Federais (PIS)			0,65%	R\$ 214,19
C.3	C.3 INSS (Desoneração)				R\$ -
D	D.1 Tributos Estaduais (especificar)				R\$ -
E.1	E.1 Tributos Municipais (ISS)			5,00%	R\$ 1.647,61
E.2	E.2 Outros Tributos Municipais (especificar)				R\$ -
F	Total dos Tributos			8,65%	R\$ 2.850,36
MÓDULO 6: RESUMO					
6.A	Custos Indiretos				R\$ 1.384,40
6.B	Lucro				R\$ 1.029,48
6.F	Tributos				R\$ 2.850,36
TOTAL DO MÓDULO 6					R\$ 5.264,24
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				R\$ 16.985,65
B	MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 9.524,58
C	MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 1.124,65
D	MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 53,04
E	MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS				R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 27.687,92
	Lucro (Total dos Módulos 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + Custos Indiretos)				R\$ 29.072,32
F	MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 5.264,24
	Valor Total por Empregado				R\$ 32.952,16
	Quantidade de Empregados por Perfil Profissional				1
	Valor Total por Perfil Profissional				R\$ 32.952,16
	Quantidade de Perfil Profissional				1
	Custo Total Mensal com Mão-de-Obra para Especialista em Cloud – Sênior				R\$ 32.952,16
		Fator-K		1,94	
TOTAL H/H					R\$ 196,14
TOTAL ANUAL					R\$ 395.425,92
TOTAL GLOBAL					R\$ 988.564,80